

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Isabela Dutra Laureano Fayer

Aprovação e permanência: desafios da gestão em uma escola estadual de Juiz de
Fora

Juiz de Fora

2025

Isabela Dutra Laureano Fayer

Aprovação e permanência: desafios da gestão em uma escola estadual de Juiz de Fora

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fayer, Isabela Dutra Laureano.

Aprovação e permanência : desafios da gestão em uma escola estadual de Juiz de Fora / Isabela Dutra Laureano Fayer. -- 2025. 160 p.

Orientador: Luiz Flávio Neubert

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. Aprovação. 2. Reprovação. 3. Abandono. 4. Gestão escolar. I. Neubert, Luiz Flávio , orient. II. Título.

Isabela Dutra Laureano Fayer

Aprovação e permanência: desafios da gestão em uma escola estadual de Juiz de Fora

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação
Profissional em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública.
Área de
concentração:
Educação

Aprovada em 28 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Luiz Flávio Neubert - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Eduardo Magrone
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Joyce Louback Lourenço
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 01/04/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Magrone, Professor(a)**, em



01/04/2025, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Flavio Neubert, Professor(a)**, em 03/04/2025, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joyce Louback Lourenço, Usuário Externo**, em 04/04/2025, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2327543** e o código CRC **A1A706CE**.

Dedico este trabalho a Deus, que ilumina o meu caminho e sempre está ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

À minha filha, Alice, meu maior tesouro, que me ensina, a cada dia, a imensurável força do amor.

Aos meus pais e irmãos, minha eterna gratidão por serem meu alicerce, minha rede de apoio incondicional e por caminharem ao meu lado em cada etapa dessa jornada.

Ao meu esposo Emerson, com quem compartilho sonhos, desafios, e a alegria desta conquista.

Ao Agente de Suporte Acadêmico, Leonardo Ostwaldi Vilardi, cuja presença e incentivo foram fundamentais ao longo de todo o processo de escrita. Sua generosidade, apoio e confiança no meu trabalho fizeram toda a diferença nessa caminhada.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert, por sua paciência, compreensão e orientação, elementos essenciais para a realização deste trabalho.

À equipe da Escola Estadual Delfim Moreira, que dedicou seu tempo e compartilhou seu conhecimento comigo, enriquecendo esta pesquisa com suas experiências e percepções, sempre em busca de uma escola melhor.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta trajetória, meu mais sincero agradecimento.

“É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 2014, p. 40).

RESUMO

Este estudo foi realizado no contexto do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) vinculado ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A pesquisa teve como foco a análise das estratégias que a gestão da Escola Estadual Delfim Moreira (EEDM) pode adotar para elevar os índices de aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio. Os objetivos específicos deste trabalho incluem descrever os dados relacionados à aprovação, reprovação, abandono e transferência dos estudantes da EEDM, além de identificar as medidas que têm sido implementadas pelo estado de Minas Gerais e pela própria escola para lidar com esses dados. A pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho teve início com a definição do problema: a reprovação no Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira. Realizou-se o levantamento de dados sobre o Ensino Médio no Brasil, com foco em Minas Gerais e na referida escola, com o objetivo de identificar as ações que a gestão escolar pode implementar para melhorar os indicadores de aprovação e permanência dos alunos. Na EEDM, anualmente, cerca de 640 alunos se matriculam. Em 2022, foi implementado o Novo Ensino Médio e, em 2023, o Ensino Médio em Tempo Integral. Para a realização da pesquisa foram analisados dados sobre aprovação, reprovação, abandono e transferências da EEDM entre os anos de 2016 e 2023 e observou-se que a taxa de aprovação dos alunos ficou abaixo de 70% nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2022. Foi realizada a aplicação de um questionário aos estudantes do Ensino Médio e entrevistas semiestruturadas com os profissionais da escola. A pesquisa revelou que tanto os alunos quanto seus responsáveis têm dúvidas sobre o currículo do EMTI e a formação do Ensino Médio e de que forma essa nova formatação pode contribuir para a aprovação e permanência dos alunos. Percebeu-se a necessidade de um maior engajamento dos professores em projetos e aulas mais dinâmicas e interdisciplinares, além de uma gestão escolar que esteja mais atenta às vozes dos alunos e que amplie a participação das famílias em diversas atividades na escola. No quarto capítulo, foi apresentado um plano de ação com a finalidade de resolver as questões levantadas na pesquisa de campo. Foram sugeridas ações como as reuniões presenciais entre a gestão, a supervisão e os professores, o monitoramento das razões por trás das transferências de alunos, a criação de

momentos de protagonismo para os estudantes e a convocação das famílias para uma participação mais ativa na vida escolar.

Palavras-chave: aprovação; reprovação; abandono; gestão escolar.

ABSTRACT

This study was conducted within the framework of the Professional Master's Program in Management and Evaluation of Public Education (PPGP), linked to the Center for Public Policies and Education Evaluation at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The research focused on analyzing strategies that the management of Delfim Moreira State School (EEDM) can adopt to improve the approval and retention rates of high school students. The specific objectives include describing data related to approval, failure, dropout, and student transfers at EEDM, as well as identifying measures implemented by the state of Minas Gerais and the school itself to address these issues. The research began by defining the problem: the high failure rate in the school's high school segment. A broader data collection on high school education in Brazil—with an emphasis on Minas Gerais and EEDM—was carried out to identify possible actions that school management could implement to improve approval and retention indicators. At EEDM, approximately 640 students enroll annually. In 2022, the New High School model was introduced, followed by the Full-Time High School program in 2023. Data from 2016 to 2023 on approval, failure, dropout, and transfers were analyzed, revealing approval rates below 70% in 2017, 2018, 2019, and 2022. The fieldwork included questionnaires administered to students and semi-structured interviews with school staff. The results showed that both students and their guardians have doubts about the structure and goals of the Full-Time High School curriculum and how it contributes to student success. The study highlighted the need for greater teacher engagement in dynamic, interdisciplinary projects and the importance of school leadership that listens to students and encourages active family participation. The fourth chapter presents an action plan to address the challenges identified in the research. Proposed measures include regular meetings among school management, supervision, and teachers; monitoring the reasons for student transfers; fostering student agency; and inviting families to play a more active role in school life.

Keywords: approval; failure; dropout; school management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Breve histórico da educação básica até a Base Nacional Comum Curricular.....	31
Figura 2	Evolução da distorção idade-série da Escola Estadual Delfim Moreira, de 2007 a 2023	55
Figura 3	O trabalho do professor pelo olhar dos estudantes.....	93
Figura 4	Análise do trabalho da gestão escolar pelos alunos do Ensino Médio em 2024	94
Figura 5	Avaliação do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral em Minas Gerais	104
Figura 6	A importância da participação da sua família nos processos educacionais	109
Quadro 1	Principais problemas encontrados na pesquisa de campo	116
Quadro 2	Problemas identificados e ações previstas	120
Quadro 3	Planejamento de reuniões escolares do Módulo II.....	124
Quadro 4	Cronograma para as reuniões do Módulo II	128
Quadro 5	Transferências.....	134
Quadro 6	Família na escola (para além das reuniões bimestrais)	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Brasil para o Ensino Médio: metas e resultados	29
Tabela 2	Matrículas de jovens entre 15 e 17 anos no Ensino Médio no Brasil ...	34
Tabela 3	Percentual de alunos do Ensino Médio com aprendizagem adequada nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Brasil	35
Tabela 4	Percentual do Índice Socioeconômico dos alunos da Escola Estadual Delfim Moreira em 2021	45
Tabela 5	Percentual do fluxo escolar do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira, de 2016 a 2021	48
Tabela 6	Transferências do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira em 2022	50
Tabela 7	Resultado do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira em 2022	51
Tabela 8	Resultado do 1º ano do Ensino Médio em Tempo Integral da Escola Estadual Delfim Moreira em 2023	52
Tabela 9	Transferências do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira, de 2017 a 2022	53
Tabela 10	Análise do sucesso e do fracasso escolar do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira, de 2017 a 2022.....	54
Tabela 11	Idade dos alunos participantes da pesquisa	81
Tabela 12	Turno de escolaridade dos alunos participantes da pesquisa	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CRMG	Currículo Referência de Minas Gerais
EEDM	Escola Estadual Delfim Moreira
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMTI	Ensino Médio em Tempo Integral
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
PETs	Plano de Estudos Tutorado
PSAE	Pesquisa sobre Abandono Escolar
REANP	Regime de Estudo Não Presencial
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEEMG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	AS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO, O ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS E O CONTEXTO DA ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA	18
2.1	ENSINO MÉDIO NO BRASIL: HISTÓRICO, REFORMA E PRINCIPAIS INDICADORES.....	19
2.1.1	Legislação e estudos bibliográficos sobre o Ensino Médio	19
2.2	ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS: O NOVO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA	36
2.3	A ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA	41
2.3.1	Indicadores do Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira	42
3	SUCESSO E FRACASSO ESCOLAR: A GESTÃO ESCOLAR, A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	59
3.1	GESTÃO PEDAGÓGICA.....	59
3.2	PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA	63
3.3	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PLANEJAMENTO ESCOLAR	68
3.4	METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	74
3.4.1	A percepção da escola por alunos e servidores	80
3.4.2	Aprovação e permanência	81
3.4.3	Estratégias para a permanência e aprovação escolar	87
3.4.3.1	<i>O trabalho integrado entre gestão, supervisão e professores</i>	<i>89</i>
3.4.4	A avaliação do Novo Ensino Médio e Ensino Médio em Tempo Integral	95
3.4.5	A participação da família	108
3.5	A ESCOLA QUE EU DESEJO: SUGESTÕES DE ALUNOS E SERVIDORES PARA A ESCOLA	112
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	118
4.1	PLANEJAMENTO DE REUNIÕES DE MÓDULO II	123

4.2	ACOMPANHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS.....	132
4.3	A FAMÍLIA NA ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS ESCOLARES	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para os gestores: direção e vice- direção.....	143
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para a supervisão pedagógica	146
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para os professores.....	149
	APÊNDICE D – Questionário para os estudantes.....	151
	APÊNDICE E – Formulário de transferência	160

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado nesta dissertação é a aprovação, reprovação e abandono no Ensino Médio, fundamentando-se na análise dos resultados dos alunos da Escola Estadual Delfim Moreira (EEDM). Tal análise considera os três formatos desenvolvidos na instituição para essa etapa de ensino: Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), Novo Ensino Médio (NEM) e Ensino Médio (EM) conforme a matriz de 2019. A pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho teve início com a definição do problema: a reprovação no Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira. Realizou-se o levantamento de dados sobre o Ensino Médio no Brasil, com foco em Minas Gerais e na referida escola, com o objetivo de identificar as ações que a gestão escolar pode implementar para melhorar os indicadores de aprovação e permanência dos alunos.

No Brasil, 75,4% dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos estão matriculados no Ensino Médio. Entretanto, dentre o total de alunos matriculados, apenas 69,4% dos jovens aos 19 anos concluíram o Ensino Médio (Brasil, 2021). Tal estatística referente ao acesso e à permanência no sistema educativo é preocupante, principalmente quando se observa a situação dos estudantes provenientes de classes socioeconômicas mais baixas e dos alunos autodeclarados negros ou pardos. No ano de 2020, aproximadamente 480 mil jovens com idades entre 15 e 17 anos, pertencentes ao público do Ensino Médio, estavam fora da escola. Assim, essa etapa crucial para a conclusão da educação básica tem recebido crescente atenção, impulsionando propostas de mudanças curriculares.

Para a realização da pesquisa na Escola Estadual Delfim Moreira, foram coletados dados referentes aos anos de 2016 a 2023, no que tange à aprovação, reprovação e transferências com o objetivo de identificar as estratégias que possam ser implementadas pela gestão escolar para a melhoria dos índices desta etapa da educação básica. Para tanto, foram analisados os dados disponíveis para o período mencionado, os quais estão acessíveis no portal do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), assim como nos relatórios disponibilizados pelos sistemas do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O interesse em investigar este tema originou-se de minha experiência profissional na Escola Estadual Delfim Moreira, onde exerço a função de supervisora pedagógica do Ensino Médio desde o ano de 2016. A instituição encontra-se situada

na Avenida Barão do Rio Branco, nº 2.437, em uma localização privilegiada no centro da cidade de Juiz de Fora. O “Palacete Santa Mafalda”, que abriga a escola em questão, é um patrimônio histórico do município e foi edificado no final da década de 1850 em homenagem a Dom Pedro II. Este edifício permaneceu interditado por um período de oito anos e, subsequentemente, passou por dois anos de obras de restauração. A reinauguração da obra, aos alunos, à comunidade e ao corpo docente, ocorreu no início do ano de 2023. A expectativa em retornar ao prédio oficial da escola era considerável, especialmente em virtude das limitações do espaço no prédio provisório, onde a instituição estava funcionando, o qual apresentava salas de aula mal ventiladas e carecia de infraestrutura adequada para a prática de educação física.

A Escola Estadual Delfim Moreira oferece o Ensino Fundamental nas séries finais (do 6º ao 9º ano) no período da tarde, bem como o Ensino Médio nos turnos da manhã, da noite e em regime de tempo integral. Além disso, a instituição disponibiliza turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno, abarcando tanto o Ensino Fundamental quanto o Médio. Anualmente, a escola registra uma média de 640 matrículas no Ensino Médio. Desde o ano de 2022, novas modalidades de Ensino Médio têm sido implementadas na instituição, incluindo o Novo Ensino Médio (que foi introduzido em 2022) e o Ensino Médio em Tempo Integral (lançado em 2023). Contudo, o histórico de aprovação dos alunos não superou 66% no período de 2017 a 2019. Excluindo-se os registros referentes à pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, os resultados de aprovação em 2022 apresentaram uma diminuição para 68%.

No transcorrer deste trabalho, serão detalhadas as ações planejadas pela gestão escolar, bem como os programas implementados pela Secretaria Estadual de Educação (SEE-MG), voltados ao acompanhamento do desenvolvimento escolar e às estratégias destinadas à melhoria dos indicadores de aprovação e permanência no Ensino Médio. Ademais, serão examinados os fatores que possam influenciar a reprovação, o abandono e as transferências no Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira, por meio da realização de uma pesquisa de campo com a participação de alunos do Ensino Médio e servidores da escola.

Este trabalho está estruturado em quatro seções distintas. A primeira seção consiste na introdução, que apresenta a questão central do estudo, a qual se destina à análise do papel exercido pela gestão escolar em relação aos dados do Ensino

Médio na Escola Estadual Delfim Moreira, incluindo os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Na segunda seção, serão expostas informações sobre o Ensino Médio no Brasil, especificamente no estado de Minas Gerais e na mencionada instituição, identificando os principais indicadores e programas destinados à melhoria da qualidade da educação nesse nível de ensino. Esta análise incluirá um comparativo entre as matrizes curriculares aplicadas na escola objeto da pesquisa, compreendendo os currículos dos anos de 2019, 2020 e 2023 (Ensino Médio Regular, Novo Ensino Médio e Ensino Médio em Tempo Integral).

A terceira seção do trabalho apresentará o referencial bibliográfico, destacando as contribuições de autores relevantes sobre os temas de aprovação, reprovação, abandono escolar, gestão pedagógica, participação familiar, formação de professores e planejamento escolar. Nesta seção, será também detalhada a metodologia de pesquisa, desenvolvida em formato quali-quantitativo, que inclui a aplicação de questionários aos alunos maiores de 18 anos do Ensino Médio, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com a gestão escolar, a supervisão pedagógica e os professores dessa modalidade de ensino.

Após a identificação dos principais problemas, a seção quatro deste trabalho apresenta um plano de ação fundamentado na metodologia 5W2H. Este plano tem como objetivo mitigar os problemas identificados, a partir de ações viáveis a serem implementadas pela gestão escolar da Escola Estadual Delfim Moreira, com o intuito de contribuir para a aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio. As ações propostas incluem o planejamento das reuniões presenciais de maneira clara e objetiva, o acompanhamento das solicitações de transferência e a realização de atividades que promovam a participação familiar no ambiente escolar.

2 AS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO, O ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS E O CONTEXTO DA ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os dados da escola objeto da pesquisa, a fim de possibilitar uma análise acerca das informações referentes ao Ensino Médio, em relação à aprovação, reprovação, abandono e transferências.

No primeiro item deste capítulo, será abordada a maneira pela qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 contribuiu para a ampliação do acesso dos jovens brasileiros ao Ensino Médio. Contudo, apesar das disposições legais, ainda existem significativas oportunidades de melhoria nos indicadores referentes a essa etapa da educação básica no Brasil. Ao longo dos anos, observou-se um aumento no percentual de matrículas de jovens com idade entre 15 e 17 anos no Ensino Médio; entretanto, em 2010, esse percentual ainda não havia alcançado os 50% da população jovem adequada para cursar o Ensino Médio.

A qualidade da educação brasileira, avaliada por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), registrou percentuais de 3,4 em 2005 e 4,2 em 2021, o que representa um incremento de apenas 0,8 em um intervalo de 16 anos. Frente a esses dados, os governos, ao longo dos anos, identificaram a necessidade de promover uma revisão do Ensino Médio. No decorrer deste capítulo, serão apresentadas as novas legislações referentes à reforma dessa etapa de ensino, culminando na aprovação e homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Serão também discutidos os dados mais recentes das avaliações em larga escala, assim como as disparidades nos resultados para os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática nas escolas públicas e privadas.

No segundo item do capítulo, serão apresentadas as reformas do Ensino Médio no estado de Minas Gerais, incluindo a modificação do currículo referência, fundamentada na BNCC. Serão também discutidos dados referentes às avaliações externas, bem como a ampliação das vagas em escolas de tempo integral, visando atender à Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

Na terceira parte do capítulo, será apresentada a Escola Estadual Delfim Moreira, abordando seu histórico, contexto, indicadores e os desafios enfrentados na implementação do Ensino Médio em Tempo Integral, a qual ocorreu sem a participação da comunidade escolar. Além disso, serão analisados os resultados do

Ensino Médio da instituição antes da adoção dessa nova proposta, bem como serão apresentados os dados referentes ao ano de 2023, que marca o primeiro ano de funcionamento do Ensino Médio em Tempo Integral na escola.

2.1 ENSINO MÉDIO NO BRASIL: HISTÓRICO, REFORMA E PRINCIPAIS INDICADORES

Nesta seção, serão apresentados os principais autores que analisam a reforma do Ensino Médio, as críticas que permeiam o projeto e o contexto político no qual a referida reforma foi implementada. Subsequentemente, serão discutidos os referenciais teóricos que tratam do fracasso e do sucesso escolar, além dos principais fatores que podem influenciar os resultados das instituições de ensino. Em continuidade, será examinada a gestão escolar, ressaltando o impacto de sua atuação nos resultados educacionais, assim como a participação das famílias e a formação dos educadores, e como todo esse contexto pode contribuir para a formação dos alunos.

2.1.1 Legislação e estudos bibliográficos sobre o Ensino Médio

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, incorporou o Ensino Médio como uma etapa fundamental da educação básica, contribuindo assim para a ampliação da oferta e do acesso a essa fase educacional nas diversas regiões do Brasil, com a previsão de sua obrigatoriedade. O artigo 22 desta mesma Lei estabelece a finalidade da educação básica, a qual é descrita como “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996). Ademais, os artigos 35 e 26 da LDB reforçam os objetivos que norteiam essa etapa final do Ensino Médio:

Art. 35. O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 2017).

Conforme exposto por Silva e Scheibe (2017), as reformas propostas para o Ensino Médio buscam adequar-se às exigências do mercado de trabalho, resultando na diminuição do papel da escola no processo de consolidação da educação básica. Essas reformas preveem a definição de competências que os alunos devem desenvolver, com vistas à sua preparação para o setor produtivo. No que tange às reformas no Ensino Médio, as autoras citam o Parecer CNE/CEB 05/2011, que aborda as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, cujo objetivo é reavaliar as expectativas em relação aos alunos formandos da educação básica.

O Ensino Médio passa a ter, conforme a normatização do Conselho Nacional de Educação, uma organização pedagógico-curricular que considera o trabalho, a ciências, a cultura e a tecnologia como dimensões da formação humana e eixo da organização curricular (Silva; Scheibe, 2017, p. 24).

Ao abordar o histórico das reformas do Ensino Médio no Brasil, as autoras destacam o Projeto de Lei nº 6.840/2013, que propõe duas alterações significativas: a carga horária de sete horas diárias e a possibilidade de escolha de itinerários formativos por parte dos estudantes. É importante considerar que o perfil dos alunos de 15 a 17 anos que frequentam escolas públicas e estão matriculados no Ensino Médio revela que uma parcela considerável deste público necessita trabalhar para contribuir com o orçamento familiar ou almeja adquirir experiência no mercado de trabalho. Ademais, nessa faixa etária, muitos indivíduos carecem da maturidade necessária para realizar escolhas informadas sobre suas áreas de estudo. O percurso formativo selecionado pelos estudantes também pode variar conforme as diferentes regiões do país, estados, municípios até mesmo dentro de uma mesma instituição de ensino, refletindo as opções de aprofundamento nas diversas áreas do saber. Por fim, é relevante expressar a preocupação acerca das condições em que as escolas oferecerão o ensino em tempo integral, dado que não se observa um investimento adequado para a melhoria dos ambientes educacionais e, especialmente, para a

formação técnica, que carece de laboratórios adequados para a realização de práticas profissionais.

Essas críticas corroboram a realidade observada nas escolas estaduais: a implementação do ensino em tempo integral ocorre de maneira impositiva, sem a efetiva participação dos envolvidos na comunidade escolar, sem a devida formação para os educadores e sem a preparação adequada da infraestrutura física ou dos equipamentos da instituição. A formação técnica, quando realizada sem a qualidade apropriada, resulta na formação de profissionais incapazes de desempenhar suas funções de forma segura, desvalorizando o setor e contribuindo para a diminuição da valorização do emprego.

Apesar das rigorosas críticas às alterações propostas e da mobilização de estudantes, sindicatos, associações e conselhos em oposição ao Projeto de Lei nº 6.840/2013, no ano de 2016 foi aprovada a Medida Provisória 746, que desconsiderou a mobilização empreendida. “É preciso dar o devido destaque às ocupações de mais de 1.200 escolas, Institutos Federais e Universidades por estudantes de todo o país” (Silva; Scheibe, 2017, p. 26). A aprovação da Medida Provisória 746/2016 ocorreu sem um diálogo adequado com a sociedade, em um contexto em que se seguiu ao impeachment da presidente Dilma Rousseff e à assunção do governo de Michel Temer. A referida MP foi alvo de inúmeras críticas severas por parte das instituições, abordando aspectos como a segmentação do currículo em cinco itinerários formativos a serem implementados pelos governos estaduais; a autorização de indivíduos com “notório saber” para lecionar em cursos de formação técnica; a extensão da jornada escolar para sete horas diárias; a precarização da formação técnica; a eliminação de disciplinas obrigatórias dos currículos e a parceria com o setor privado na formação técnica.

As autoras efetuam uma análise acerca da reforma do Ensino Médio, enfatizando as justificativas, em especial, no intuito de formar estudantes para o mercado de trabalho. Este processo implica na redução dos conteúdos obrigatórios e na orientação para os itinerários formativos, os quais são escolhidos pelos alunos.

Aproxima a última etapa da educação básica a uma visão mercantil da escola pública e contraria seu caráter público, inclusivo e universal. Ela sustenta que a prioridade da reforma é a melhoria do desempenho dos estudantes nos testes padronizados que compõem a política de avaliação em larga escala; que a finalidade do Ensino Médio é de preparar os jovens para ingresso no mercado de trabalho, seja para

conter a pressão por acesso à educação superior, seja para atender a demanda do setor produtivo; que a oferta e a organização curricular precisam, para observar essas intenções, se adequar a requisitos de eficiência inspiradas na lógica de organização mercantil, e por isso, tornar-se necessário “flexibilizar” o currículo, dividindo-o e ofertando o conhecimento de forma parcimoniosa (redução das disciplinas obrigatórias) e distinta aos diferentes sujeitos (distribuição pelos cinco itinerários formativos); implica, ainda, a construção de novas hierarquias que menosprezem determinados conhecimentos, como é o caso da Sociologia, da Filosofia e das Artes (Silva; Scheibe, 2017, p. 28).

Ao realizar uma análise comparativa entre as reflexões das autoras e a entrevista de Arelaro (2017), observa-se que a escolha dos estudantes no Ensino Médio constitui um problema relevante. Isso se deve ao fato de que, conforme mencionado por Arelaro (2017), os jovens frequentemente enfrentam dificuldades para confirmar se o curso superior em que estão matriculados realmente corresponde às suas aspirações iniciais, o que pode explicar as altas taxas de evasão no ensino superior. Nesse contexto, a divisão do Ensino Médio em formação geral básica e itinerários formativos resulta na perda de uma formação única e abrangente dos indivíduos, abrindo espaço para conteúdos que podem ser considerados pouco significativos para uma educação sólida. A autora enfatiza que a preocupação do governo federal em relação ao Ensino Médio se concentra exclusivamente nos indicadores das avaliações externas e na implementação da BNCC.

A obra de Arelaro (2017) destaca que os investimentos planejados para a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral são insuficientes para que as escolas possam oferecer um curso de qualidade, especialmente no que tange à oferta de cursos profissionalizantes. O autor expressa, ainda, uma preocupação com a formação dos docentes e a valorização do magistério, que poderia ser promovida por meio da adoção de um regime de dedicação exclusiva, contribuindo assim para a elevação da qualidade do ensino e um maior compromisso com a instituição escolar.

Ademais, observa-se um problema na formação de professores, dado que aqueles que recebem uma formação inadequada também são frequentemente mal remunerados. A qualidade insatisfatória da formação dos alunos resulta em um comprometimento inferior ao esperado, gerando uma mão de obra de baixo valor e limitadas oportunidades de ascensão social. Por último, as parcerias público-privadas são objeto de críticas, uma vez que promovem a terceirização da formação e a

inclusão de grupos privados na gestão escolar, sendo muitas vezes apresentadas como a única alternativa viável para a melhoria da qualidade da educação.

Krawczyk e Ferretti (2017) realizam uma análise sobre a reforma do Ensino Médio e, assim como os autores previamente mencionados, apresentam críticas à diversificação do ensino para os estudantes. Além disso, Krawczyk e Ferretti salientam a utilização de diferentes palavras-chave que podem levar a uma interpretação equivocada da formação, o que acentua a dificuldade em oferecer um ensino que seja ao mesmo tempo comum a todos e de qualidade significativa. A ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, por meio da implementação do Ensino Médio em Tempo Integral, ao distribuir uma carga horária maior aos itinerários formativos em comparação aos conteúdos da formação básica, “deixa clara a intencionalidade de valorização de tais percursos em detrimento da formação de caráter mais amplo” (Krawczyk; Ferretti, 2017, p. 38).

Contrariamente ao que é frequentemente veiculado nas mídias, a escolha dos estudantes em relação aos itinerários formativos está condicionada às possibilidades que a escola possui para oferecê-los. Dessa forma, conforme afirmam Krawczyk e Ferretti (2017, p. 28), “a falta de adequação do que se ensina na escola aos interesses dos alunos e à falta de possibilidades de escolha do que aprender, estaria desmotivando os jovens a estudar”. Em suma, as opções disponíveis para os estudantes são limitadas e podem não corresponder aos seus objetivos reais. A alteração curricular pode ser um fator que contribui para a baixa qualidade do ensino, além de acentuar o fracasso escolar e as desigualdades em nosso país.

De igual modo, a maneira como a reforma do Ensino Médio foi implementada pode facilitar a criação de escolas denominadas “charter”, as quais, segundo Krawczyk e Ferretti (2017), são instituições públicas sob gestão privada, algo que deveria ser da responsabilidade dos governos. Caso a proposta resulte em benefícios, poderá haver uma justificativa para a terceirização da gestão escolar.

O Ensino Médio, última etapa da educação básica, passou por diversas modificações nos últimos cinco anos. Foram implementadas mudanças significativas em sua legislação e nas diretrizes referentes ao seu desenvolvimento, destacando-se alterações na carga horária anual e no currículo. A fim de analisar os índices coletados ao longo deste trabalho, é necessário mencionar algumas das principais transformações que impactam diretamente o funcionamento da escola objeto da pesquisa, alterando as rotinas de funcionários, alunos e famílias, especialmente nos

casos em que foi realizada a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral. Para reforçar a justificativa acerca do envolvimento dos sujeitos nesta pesquisa, serão abordados os principais autores que discutem o tema do fracasso escolar, enfatizando as relações sociais e culturais sob as quais o país se desenvolveu.

A reforma do Ensino Médio fundamenta-se na análise dos indicadores de reprovação nesta fase de escolarização, bem como nos resultados das avaliações em larga escala. Contudo, é imprescindível não apenas focar no Ensino Médio, mas também realizar uma avaliação abrangente sobre a qualidade geral da educação brasileira. Esse exame se torna ainda mais necessário ao se considerar os fatores que influenciam tanto o sucesso quanto o fracasso escolar. Segundo Tavares Júnior (2018), “o rendimento é historicamente um dos maiores gargalos ao desenvolvimento educacional brasileiro”, o que amplia a discussão para abarcar as demais etapas da educação e leva em conta uma gama diversificada de fatores que podem estar associados aos resultados obtidos. O rendimento acadêmico é impactado pelas taxas de reprovação e abandono, que, por sua vez, acarretam despesas adicionais para assegurar a permanência do aluno na escola. Esse aumento nos gastos prejudica não apenas os investimentos nas instituições de ensino, mas também a valorização dos profissionais da educação.

De acordo com Tavares Júnior (2018), a progressão nos estudos apresenta-se como uma alternativa menos prejudicial em comparação à reprovação. Embora o aluno possa enfrentar dificuldades em determinados conteúdos, ao longo de sua trajetória educacional, a continuidade dos estudos diante de um material repetido ao longo de um novo ano, quando reprovado, tende a desencadear um desinteresse acentuado pelo aprendizado, podendo resultar na evasão escolar. Ao analisar as políticas educacionais implementadas nos contextos inglês e espanhol, o autor observa que a segregação de estudantes com base em seu desempenho compromete o desenvolvimento dos alunos com aproveitamento inferior. Afirmando que “a reprovação é uma tradição da escola brasileira”, Tavares Júnior (2018) destaca como essa prática reafirma as desigualdades existentes. Portanto, para contribuir efetivamente com o desenvolvimento do país, faz-se necessário que a prática de reprovação seja eliminada das diretrizes pedagógicas.

Historicamente, o desempenho acadêmico do aluno tem sido associado ao seu contexto familiar, social, étnico e de gênero. A análise das pesquisas conduzidas pelo autor revela que estudantes oriundos de famílias com maior renda e brancos possuem

mais probabilidades de sucesso na progressão dos estudos, bem como um acesso e permanência mais efetivos no Ensino Médio. Ademais, observa-se que quanto mais cedo o ingresso do aluno no sistema escolar, maiores são as chances de avanço em sua trajetória educacional. Referente a esta questão, Tavares Júnior (2018) menciona a existência de programas direcionados à correção dos fluxos escolares, os quais visam a reduzir a distorção entre idade e série, contribuindo de forma positiva para a permanência dos jovens nas escolas, minimizando os índices de reprovação.

A autora Patto (2022) realiza uma análise histórica das desigualdades sociais, econômicas e de oportunidades, buscando identificar de que maneira esse desenvolvimento, que remonta à época da Revolução Industrial, continua a influenciar o panorama das escolas e as disparidades na aprendizagem até os dias atuais. Ainda em 1980, Patto (2022) discorre sobre a situação do ensino brasileiro na década de 1940, destacando que apenas 4% dos estudantes matriculados logravam a aprovação no ensino primário sem reprovações, e, entre os alunos reprovados, muitos não conseguiam ser aprovados na primeira série. Além disso, nos anos 1970, observou-se que metade dos alunos matriculados na primeira série não conseguia avançar para a série subsequente.

Para realizar uma análise histórica do fracasso escolar e suas dimensões em relação à cultura, raça e origem social, Patto (2022) investigou a Revolução Industrial na Inglaterra, ocorrida em 1780, momento em que surgiram novas formas de organização social. Este processo revolucionário promoveu a migração da população rural para os centros urbanos, resultando no estabelecimento de uma nova dinâmica de poder entre a classe dominante – a burguesia – e a classe dominada – o proletariado.

Na primeira metade do século XIX, as mudanças propiciadas pela dupla revolução foram de tais proporções que alguns historiadores, como Hobsbawm (1982), não hesitam em considerá-las com “a maior transformação da história humana desde os tempos remotos, quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o estado” (Patto, 2022, p.17).

Com essa transformação, os agricultores e produtores artesanais perderam matéria prima, suas terras e sua clientela. Ao migrarem para as cidades, formaram uma nova geração de trabalhadores: os assalariados. Este grupo de trabalhadores constituiu a parcela pobre da população e a mão de obra da indústria, recebendo um salário que se revela insuficiente para garantir sua sobrevivência. A situação desses

trabalhadores se torna ainda mais precária à medida que os lucros dos capitalistas aumentam.

Para exemplificar o novo modo de vida dos migrantes da zona rural à zona urbana, a autora afirma que “trabalhar, nessas condições da indústria capitalista, significa mais do que sacrificar-se, significa mortificar-se. De vida produtiva, o trabalho reduz-se a meio para satisfação da necessidade de manter a existência” (Patto, 2022, p. 52). Assim, a condição de vida dos trabalhadores torna-se evidente, pois, ao chegarem nas cidades, deparam-se com uma nova forma de vida, ou melhor, de sobrevivência. Naquela época, as cidades eram superpovoadas e careciam de infraestrutura adequada, relegando os trabalhadores às periferias, onde as condições de vida diferiam significativamente das dos bairros burgueses. Neste contexto, as diferenças sociais e culturais se manifestavam de maneira mais clara e as ciências humanas surgiam como um esforço para justificar essa realidade.

No que tange às instituições escolares, até aquele momento, as escolas se apresentavam apenas como “uma intenção de um grupo de intelectuais da burguesia do que realidade” (Patto, 2022, p. 62), enquanto a igreja e a família eram encarregadas da transmissão do conhecimento. Assim, no século XIX, inicia-se uma política educacional, com três diferentes dimensões: uma iluminista, orientada para a ciência e a razão; outra com uma perspectiva liberal, na qual a herança familiar cede espaço à igualdade de oportunidades; e uma terceira, voltada para o nacionalismo e a consolidação dos Estados.

É somente nos países capitalistas liberais, estáveis e prósperos, que, a partir de 1848, a escola adquire significados diferentes para diferentes grupos e segmentos de classes, em função do lugar que ocupam nas relações sociais de produção. Neles, a escola é valorizada como instrumento real de ascensão e de prestígio social pelas classes médias e pelas elites emergentes. Como instituição a serviço do desenvolvimento tecnológico necessário para enfrentar as primeiras crises do novo modo de produção, de modo a racionalizar, aumentar e acelerar a produção, ela interessa aos empresários. Como manutenção do sonho de deixar a condição de trabalhador braçal desvalorizado e de vencer na vida, ela é almejada pela grande massa de trabalhadores miseráveis de uma forma ainda frágil e pouco organizada (Patto, 2022, p. 67).

Conforme expõe a autora, até o ano de 1870, a grande maioria da população mundial era analfabeta, apesar das escolas já existentes. Os ideólogos da época defendiam a criação de um sistema educacional com uma única língua, visando não

apenas a promoção da unidade nacional, mas também a igualdade entre cidadãos de diferentes raças, crenças e classes sociais. No final do século XIX, surgiu o movimento das escolas novas, que propôs uma reavaliação do processo de aprendizagem, promovendo o aluno como sujeito ativo nesse processo, em contrapartida dos preceitos da educação tradicional.

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, as classes trabalhadoras passaram a compreender que a educação poderia ser uma via de ascensão social para suas famílias, gerando, assim, pressões populares em prol do acesso à educação, o que contribuiu para a expansão das instituições de ensino nos países. A autora sustenta essa apresentação histórica ao salientar que, no Brasil, a influência da cultura francesa foi marcante em relação à filosofia e às ciências.

Pesquisadores, cientistas e filósofos da época empenharam-se em argumentar as diferenças entre brancos e negros, buscando, a qualquer custo, validar a superioridade de determinadas raças. A abolição da escravidão, por sua vez, pode ter ocorrido não por uma verdadeira busca de igualdade, mas porque o modelo de trabalho assalariado passou a ser mais conveniente para a burguesia do que o trabalho escravo. Além disso, diversos filósofos daquela época procuravam corroborar, por meio de suas investigações e publicações, a ideia de que a sabedoria e, conseqüentemente, a manutenção da classe social, poderiam ser determinadas simplesmente por herança genética.

Ao colocar em foco a distribuição desigual dos dons e dos talentos de acordo com as famílias e as linhagens, diminuiu a ênfase no critério meramente racial. Contudo, convém lembrar: numa ordem social em que o acesso aos bens materiais e culturais não é o mesmo para todos, o “talento” é muito menos uma questão de aptidão natural do que de dinheiro e prestígio; mais do que isto, numa sociedade em que a discriminação e a exploração incidem predominantemente sobre determinados grupos étnicos, a definição da superioridade de uma linhagem a partir da notoriedade de seus membros só pode resultar num grande mal-entendido: acreditar que é natural o que, na verdade, é socialmente determinado (Patto, 2022, p. 87).

Em seguida, iniciou-se uma investigação voltada aos alunos que não atendiam às expectativas das escolas. Nesse contexto, os médicos acompanharam esse grupo de estudantes, o que resultou na instalação de hospitais e centros que “depositavam” essas pessoas em diversas localidades do país. Diante dos indicadores que demonstravam que os principais indivíduos com dificuldades de aprendizagem eram

oriundos de famílias de baixa renda e de grupos étnicos minoritários, “a explicação começa a deixar de ser racial – no sentido biológico do termo – para ser cultural” (Patto, 2022, p. 95).

Em síntese, “a crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade” (Patto, 2022, p. 104). As famílias com menos recursos financeiros frequentemente participam de programas sociais e, por conseguinte, enfrentam certo preconceito cultural; no entanto, ainda são incentivadas a buscar a melhoria de suas condições de vida e a superar os obstáculos, especialmente por meio da educação formal. Não obstante, as divisões sociais e culturais também resultam de uma hierarquia de classes, que foi historicamente desenvolvida na sociedade.

Os estudos de Patto (2022) e as reflexões a respeito da historicidade do desenvolvimento escolar e suas origens trazem uma contribuição significativa para este trabalho, levando em consideração a análise dos fatores intra e extraescolares que podem impactar os indicadores observados na escola Escola Estadual Delfim Moreira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394), promulgada em 1996, estabeleceu os procedimentos e normas nacionais para a educação, determinando a garantia de acesso ao Ensino Fundamental e priorizando a oferta do Ensino Médio para os jovens. No cenário de 1996, o que se almejava era um Ensino Médio que promovesse a formação para a cidadania, mediante certificação que preparasse o educando para a continuidade dos estudos subsequentes, proporcionando as condições para a aprendizagem teórica e sua relação com a prática, inclusive garantindo uma formação básica voltada ao mercado de trabalho.

Apesar da ampliação do acesso ao Ensino Médio para os jovens brasileiros, surgiram numerosas preocupações ao longo dos anos, especialmente em relação aos índices de reprovação e defasagem identificados pelas pesquisas do INEP, como o Censo Escolar e as avaliações em larga escala.

Conforme os dados apresentados por Bassi, Codes e Araújo (2017), na nota técnica nº 41 do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), apenas 15,7% dos estudantes na faixa etária de 15 a 17 anos conseguiram efetuar matrícula no Ensino Médio, revelando uma significativa taxa de 44% de jovens fora da escola nos anos de 1991. Na década de 2000, o índice de matrículas atingiu 32,8%, e, em 2010, 47,3%. Embora os indicadores de matrículas tenham demonstrado aumento ao longo

dos anos, os resultados da aprendizagem para essa parcela da educação básica evidenciam resultados preocupantes.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, instituído em 2007, tem como finalidade identificar as necessidades de aprimoramento na educação e propor ações que visem ao alcance das metas estabelecidas, possibilitando, assim, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas. Este índice apresenta resultados sintéticos que variam de 0 a 10 e integra dois indicadores importantes: o fluxo escolar, obtido por meio da análise do Censo Escolar, e o desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala, aferido pelas médias de desempenho do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao Ensino Médio ao longo dos anos, desde 2005.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Brasil para o Ensino Médio: metas e resultados

Ano	Meta IDEB Brasil	Resultados IDEB Brasil
2005	-	3,4
2015	4,3	3,7
2021	5,2	4,2

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (Brasil, 2021).

Ao analisar os dados apresentados, observa-se que, entre os anos de 2005 e 2015, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica avançaram de forma marginal, com um incremento de apenas três décimos em 10 anos. A Meta 7 do Plano Nacional de Educação previa que, em 2021, a pontuação média do IDEB para o Ensino Médio alcançasse 5,2 pontos; no entanto, o índice efetivamente obtido foi de 4,2 pontos, sendo 3,9 nas instituições públicas e 5,6 nas privadas (Brasil, 2022). No estado de Minas Gerais, os índices foram equivalentes à média nacional, totalizando 4,2 pontos, com 4,0 pontos nas instituições públicas estaduais e 6,3 nas privadas.

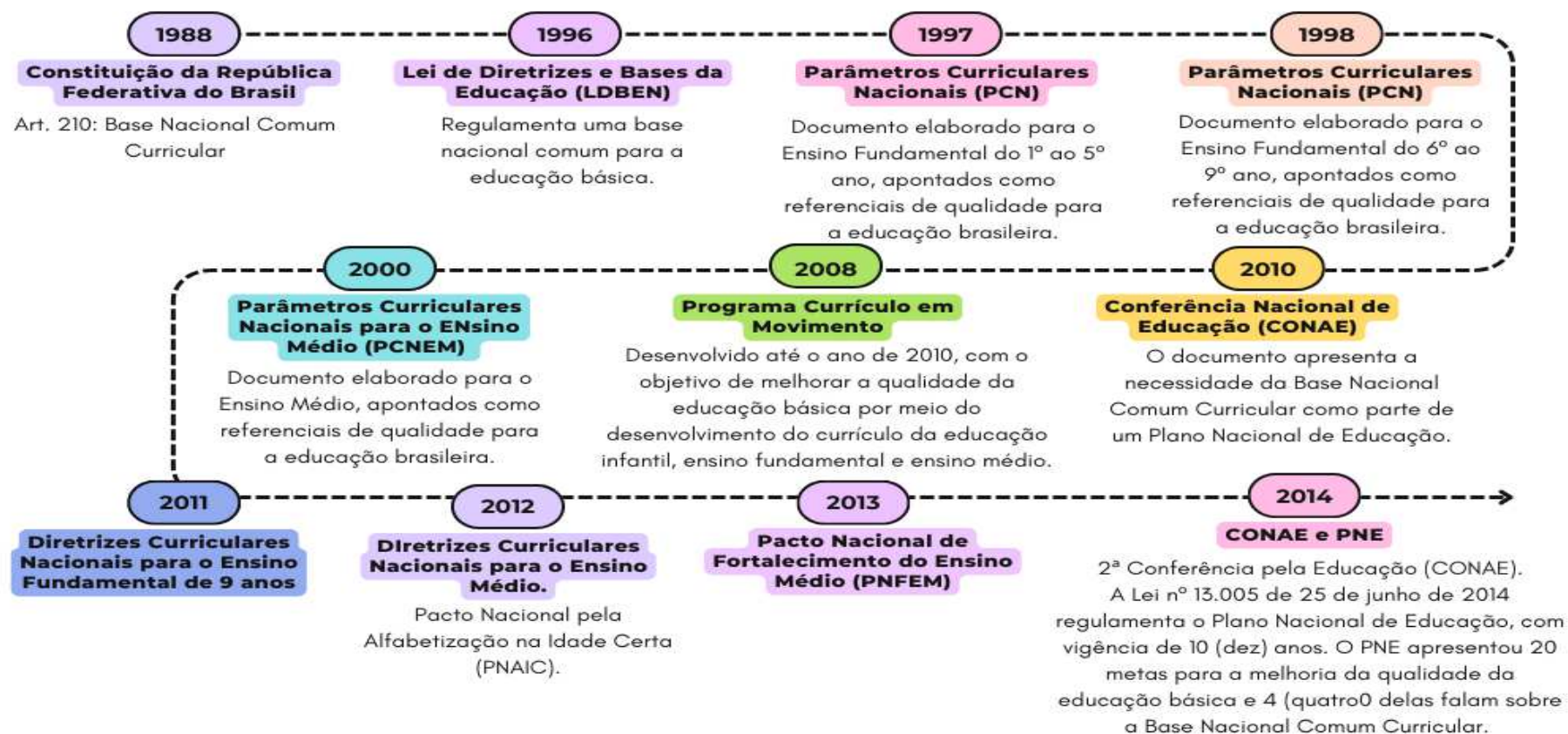
Considerando os resultados apresentados, faz-se necessário propor ações que visem à melhoria da qualidade da educação em âmbito nacional e estadual, com especial ênfase na educação pública. A Emenda Constitucional nº 59, promulgada em 2009, tornou obrigatória a escolarização da população na faixa etária de 15 a 17 anos. Tal medida mostrou-se necessária, uma vez que, em 1991, aproximadamente 44,9% dessa população estava fora da escola, enquanto apenas 15,7% estavam matriculados no Ensino Médio. Após cerca de duas décadas, em 2010, essa situação sofreu uma inversão significativa: apenas 16,7% da população desta faixa etária se encontrava fora da escola, e 47,3% estavam cursando o Ensino Médio (Bassi; Codes; Araújo, 2017). Apesar da ampliação do acesso, a qualidade da aprendizagem, mensurada por meio das notas do IDEB, ainda revela a necessidade de melhorias substanciais.

Com o objetivo de promover mudanças no Ensino Médio, a Lei 13.415, datada de fevereiro de 2017, foi instituída a partir da Medida Provisória nº 746 e assinada, em setembro de 2016, pelo então presidente Michel Temer. Essa legislação modifica a LDB e amplia a carga horária do Ensino Médio, passando gradativamente de 800 para 1.400 horas anuais, com o intuito de tornar essa etapa educacional mais atrativa para os alunos, além de estabelecer a organização do trabalho em áreas do conhecimento e itinerários formativos.

Além do aumento da carga horária, a alteração mais significativa reside na reformulação do currículo escolar, elaborado a partir da BNCC, que determina as habilidades e competências que devem ser alcançadas pelos estudantes ao longo da educação básica em cada área do conhecimento.

Com a finalidade de organizar um histórico das mudanças educacionais desde a LDB até a BNCC, a Figura 1 apresenta uma linha do tempo, organizada com base nas informações disponíveis no site da BNCC e nos documentos legais pertinentes.

Figura 1 – Breve histórico da educação básica até a Base Nacional Comum Curricular



Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados da BNCC.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, estabelece que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Com base nessa diretriz, foi empreendido um esforço significativo para a definição de conteúdos que garantam uma formação básica comum a nível nacional, concretizado, em 2018, na BNCC (Brasil, 2018). Além disso, a Constituição prevê, no âmbito educacional, a oferta facultativa do ensino religioso, o ensino em língua portuguesa, bem como a utilização das línguas maternas indígenas nas comunidades específicas, assegurando o respeito à diversidade cultural e linguística do país. No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, estipulou que a educação básica deveria ser regulamentada por uma base nacional comum.

No ano de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram estabelecidos como uma referência curricular comum para o Ensino Fundamental no Brasil, com o intuito de promover a unidade nacional e a responsabilidade federal em relação à educação. Os PCNs fornecem diretrizes sobre conteúdos, objetivos, ensino, aprendizagem, avaliação e práticas educativas, que, de forma flexível, podem ser adaptadas conforme as necessidades de cada escola. Os PCNs referentes ao Ensino Fundamental, englobando do 1º ao 5º ano, foram reconhecidos como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Nos anos seguintes, foram elaborados os PCNs para as séries finais do Ensino Fundamental e, posteriormente, para o Ensino Médio.

Entre os anos 2008 e 2015, a educação brasileira registrou grandes avanços. Um exemplo notável desse progresso foi o Programa Currículo em Movimento, realizado entre 2008 e 2010, cujo objetivo era melhorar a qualidade da educação básica por meio da discussão e organização de um currículo integrado para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Em 2010, a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE) destacou a necessidade de criação de uma Base Nacional Comum Curricular, considerada um elemento central do Plano Nacional de Educação (PNE).

Em 2011, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos e, em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Nesse mesmo ano, a Portaria nº 867 instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que inclui investimentos na capacitação

de professores alfabetizadores, além de recursos destinados à aquisição de livros didáticos e jogos pedagógicos.

No ano de 2013, a Portaria nº 1.140 criou o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM), que visa implementar estratégias conjuntas entre os governos federal e estaduais, na busca pela melhoria da qualidade educacional no Ensino Médio, através da revisão do currículo e do investimento na formação continuada de professores dessa etapa de ensino.

A Lei nº 13.005, datada de 25 de junho de 2014, regulamentou o Plano Nacional de Educação, com duração de 10 anos. O PNE estabeleceu 20 metas direcionadas à melhoria da educação básica, sendo quatro delas relacionadas à BNCC. Entre as diretrizes do PNE, destacam-se a erradicação do analfabetismo, a universalização do acesso à educação, a promoção da igualdade de oportunidades e a superação das desigualdades, além do compromisso com a melhoria da qualidade do ensino.

Após a conclusão dessa trajetória, foi realizado o I Seminário Interinstitucional destinado à elaboração da BNCC. Em 2015, o documento preliminar da BNCC foi disponibilizado às instituições de ensino para discussão, principalmente no contexto do “Dia D”, evento previsto no calendário escolar. Em 16 de setembro de 2015, a primeira versão da BNCC foi oficialmente divulgada. Ao longo do ano de 2016, foram realizados 27 seminários com o objetivo de debater o documento, e em 22 de dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentou a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que instituiu e orientou a implantação da BNCC. Com a terceira versão da BNCC apresentada em 2018, o estado de Minas Gerais elaborou, entre os anos de 2019 e 2020, o Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica, publicado no ano de 2021, apresenta os dados consolidados acerca da educação nos últimos anos. Em 2021, constatou-se que 94,5% dos jovens com idades entre 15 e 17 anos estavam matriculados em instituições de ensino. Desde 2012, observa-se um crescimento na demanda por matrículas, que era de 61% naquele ano e alcançou 75,4% em 2020. No estado de São Paulo, em 2020, 87% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam matriculados no Ensino Médio, enquanto no Amapá, o mesmo índice foi de apenas 49,1% para o mesmo ano. Os dados sobre o incremento das matrículas estão dispostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Matrículas de jovens entre 15 e 17 anos no Ensino Médio no Brasil

Ano	Percentual
2012	61,0
2020	75,4
2021	94,5

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (Brasil, 2021).

Ao analisar a situação socioeconômica, observa-se que apenas 70,5% dos jovens oriundos dos domicílios mais pobres têm acesso ao Ensino Médio. Embora esse percentual tenha demonstrado um crescimento desde o ano de 2012, a taxa de conclusão do Ensino Médio entre alunos de 19 anos ainda se limita a 69,4% dos matriculados. A taxa de conclusão é significativamente mais elevada entre os alunos de famílias mais abastadas, brancos e residentes em áreas urbanas, quando comparada aos índices de alunos provenientes de famílias de baixa renda, negros ou pardos e oriundos da zona rural. Apesar desses cenários, os resultados relacionados ao rendimento escolar, entre os anos de 2009 e 2019, indicam uma melhoria na aprovação dos alunos no Ensino Médio, resultando em um aumento no número de estudantes aprovados. Em contrapartida, os indicadores de reprovação e abandono apresentaram redução.

No que se refere aos resultados das avaliações nacionais em larga escala, conforme indicado pelo SAEB (Brasil, 2023), os índices de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática mostram um crescimento sutil nos diversos níveis da educação básica, incluindo o Ensino Fundamental nas séries iniciais e finais, além do Ensino Médio. A disparidade nos resultados se torna evidente ao se comparar as redes pública e privada de ensino. Os resultados obtidos pela rede privada superam, de maneira significativa, os da rede pública. De modo geral, o país evidencia uma considerável diferença no nível de aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática. A Tabela 3 apresenta os resultados correspondentes.

Tabela 3 – Percentual de alunos do Ensino Médio com aprendizagem adequada nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Brasil

Ano	Língua Portuguesa	Matemática
2007	24,5	9,8
2019	37,1	10,3

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (Brasil, 2021).

Em 2019, durante o Ensino Médio, os resultados referentes à Língua Portuguesa indicaram que 24,5% dos alunos demonstravam um aprendizado considerado adequado. Em contraste, os resultados de Matemática para a mesma série foram alarmantes, atingindo apenas 10,3% no mesmo ano. Historicamente, os resultados do SAEB têm mostrado uma tendência de aumento, contudo, a melhoria para o Ensino Médio é ainda mais limitada, especialmente na área da Matemática, onde o crescimento é notoriamente baixo. Em 2007, apenas 9,8% dos estudantes brasileiros do Ensino Médio apresentaram índices adequados de aprendizado matemático. Ao se analisar um período de 12 anos, observa-se que a performance em Matemática não registrou um incremento significativo, permanecendo inalterada em menos de 1%. A situação do aprendizado matemático também se reflete no estado de Minas Gerais, onde os índices são ainda mais preocupantes: em 2007, o percentual de alunos com aprendizado adequado foi de 13,9% e, em 2019, este indicador sofreu uma queda para 13,2%, conforme evidenciado pelas avaliações em larga escala.

Diante desse panorama, o país tem avançado na implementação de políticas e programas voltados para a melhoria da qualidade da educação, com especial foco na Meta 6 do Plano Nacional de Educação, a qual compromete-se a aumentar as matrículas dos alunos na educação integral. Em Minas Gerais, o Novo Ensino Médio, que foi implementado em 2022, está ganhando visibilidade e contempla ações destinadas ao fortalecimento do Ensino Médio em Tempo Integral, propondo uma formação geral dos alunos embasada na BNCC, em consonância com a formação geral básica e itinerários formativos, e enfatizando, principalmente, o protagonismo juvenil.

2.2 ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS: O NOVO CURRÍCULO DE REFERÊNCIA

O estado de Minas Gerais é constituído por 853 municípios, o que representa 15% do total de municípios do Brasil e 10% da população nacional, totalizando aproximadamente 20,7 milhões de habitantes. Essas características conferem ao estado um papel significativo como representante da diversidade regional, política, econômica e social, que é tipicamente brasileira. Segundo o Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG (Minas Gerais, 2023), o estado possui 16.151 escolas que atendem mais de 4 milhões de estudantes, sendo que 86% desse total está matriculado na rede pública de ensino. Dentre essas instituições, 3.622 são escolas estaduais e as políticas públicas formuladas para Minas Gerais visam “garantir uma educação de qualidade com equidade” (Minas Gerais, 2023, p. 8).

A BNCC estabelece as habilidades e as competências que devem ser desenvolvidas pelos estudantes por meio das metodologias previstas nos currículos escolares. A BNCC é uma normativa que define as habilidades e competências previstas para cada ano de escolarização, enquanto o currículo delineia o percurso a ser seguido para alcançar esse desenvolvimento.

A reformulação do Ensino Médio no estado de Minas Gerais foi instaurada pela publicação da Resolução SEE nº 4.657/2021, datada de 12 de novembro de 2021. Este documento fundamentou-se na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, com o intuito de ampliar progressivamente a carga horária destinada ao Ensino Médio.

A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (Brasil, 2017).

A Lei nº 13.415/2017 promoveu alterações na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e estabeleceu a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Em Minas Gerais, o CRMG para o Ensino Médio contempla as adequações necessárias. A referida Lei determina que o Ensino Médio deve ser uma etapa fundamental para a construção do projeto de vida do educando, abrangendo a “formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Brasil, 2017), visando à formação integral do aluno dessa etapa de ensino. Além disso, a Lei exclui a oferta da língua espanhola nas escolas e permite a contratação de profissionais de notório

saber para as aulas curriculares do Novo Ensino Médio. Em conformidade, com essa legislação, são promovidas diversas inovações nas práticas pedagógicas do estado.

Art. 12. Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das alterações na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

Dessa forma, a resolução estadual reafirma o compromisso do Estado em proporcionar o Ensino Médio em um novo formato, a partir do ano de 2022, tanto para as turmas regulares quanto para a modalidade de EJA. A Resolução SEE nº 4.657/2021 estabelece a organização da escola para o ano de 2022, bem como as matrizes curriculares que serão oferecidas aos alunos.

A nova matriz para o 1º ano do Ensino Médio apresenta uma divisão do ensino em duas partes: a formação geral básica, que abrange a parte obrigatória do currículo, composta por disciplinas já conhecidas pelos alunos, pela escola e pela comunidade, mas agora estruturadas por áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. A segunda parte do currículo é organizada por meio dos itinerários formativos, que estão distribuídos em unidades e componentes curriculares tais como Projeto de Vida, Eletivas, Preparação para o Mundo do Trabalho e Aprofundamento nas áreas do conhecimento.

Em conformidade com a Resolução que regulamenta o Ensino Médio para o ano de 2022, a carga horária será ampliada de 800 para 1.000 horas, sendo 600 horas destinadas à formação geral básica e 400 horas aos itinerários formativos. Para tal, a ampliação da carga horária poderá ocorrer no sexto horário ou no contraturno. Nos cursos de Ensino Médio em Tempo Integral, a distribuição será de 600 horas para formação geral básica e 900 horas para itinerários formativos, aumentando assim o período diário de permanência dos alunos na escola.

Desde o ano de 2020, o estado de Minas Gerais implementa 13 escolas piloto do Novo Ensino Médio, as quais se encontram distribuídas em diversas regiões do estado: Jequitinhonha-Mucuri, Central, Alto Paranaíba, Norte, Triângulo e Sul de Minas. A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), em colaboração com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas

Gerais (UNDIME-MG), elaborou, em regime de cooperação, o Currículo Referência do Ensino Médio em Minas Gerais.

Currículo Referência de Minas Gerais, para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, elaborado a partir dos fundamentos educacionais expostos na nossa Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE/2014), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) e a partir do reconhecimento e da valorização dos diferentes povos, culturas, territórios e tradições existentes em nosso estado (Minas Gerais, 2021).

Segundo o documento produzido pelo CRMG em 2021, Minas Gerais contou com uma comissão técnica responsável pela elaboração dos currículos, através de um regime de colaboração. O chamado “Dia D” representou um marco significativo no calendário escolar das instituições estaduais, tendo como objetivo estreitar a relação entre a comunidade escolar e a BNCC, além de fomentar a discussão sobre as possibilidades de transformação nos próximos anos.

O Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais justifica a revisão curricular ao levar em consideração os novos sujeitos que compõem a comunidade escolar, os quais são descritos como “sujeito popular e plural, socialmente advindo das periferias, organizado em grupos, clubes e bondes” (Minas Gerais, 2021). O documento utiliza o termo “juventudes” para referir-se a esses indivíduos. Adicionalmente, fundamenta-se no Plano Nacional de Educação, datado de 2014, e na BNCC, de 2018. O CRMG reafirma que o Projeto Político Pedagógico, documento que orienta o processo educacional, deve estar atualizado e em conformidade com as diretrizes da BNCC e com as prerrogativas do próprio CRMG.

Defendemos uma educação que garanta isonomia e igualdade, que consiga promover uma educação de qualidade, nos preceitos estabelecidos no Plano Nacional de Educação, reconhecendo e valorizando os sujeitos participantes do processo, bem como as múltiplas dimensões da formação humana; uma educação que promova a inclusão e o acesso; que reconheça, respeite e valorize as diversidades; que reconheça seus sujeitos e tempos de vivência e estabeleça laços com a comunidade e seu território. Propomos, ainda, uma escola que acolha as crianças e juventudes, possibilitando-lhes: lidar melhor com seu corpo, sentimentos e emoções; compreender que a sociedade é formada por pessoas pertencentes a grupos étnico-raciais distintos cuja ancestralidade é base na construção da nação brasileira; promover o diálogo possibilitando a apresentação de opiniões divergentes; combater estereótipos e discriminações de

qualquer natureza e violações de direitos; valorizar sua participação social e a dos outros; construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça e cooperação (Minas Gerais, 2023, p. 19).

No que tange ao Ensino Médio em Tempo Integral, o CRMG estabelece que “a concepção de educação integral nos permite organizá-lo desconsiderando a hierarquização dos saberes, garantindo a construção do conhecimento a partir das diversas dimensões humanas”. Nesse sentido, o documento é organizado prevendo habilidades e competências para as diferentes etapas escolares, com foco no estudante, contribuindo para a melhoria da aprendizagem em todas as áreas do conhecimento e para a ampliação das habilidades de letramento matemático e em leitura.

Para apresentar o novo currículo de Minas Gerais, foi promovido, em 2020, o “Dia D”, uma data específica dedicada à reflexão sobre as modificações previstas para o ensino no estado. Esse evento foi realizado nas escolas durante reuniões pedagógicas do Módulo II.

O processo de construção do currículo para o Ensino Médio contou, também, com encontros realizados nos diversos territórios para que educadores e comunidade escolar pudessem debater a versão preliminar do documento e apresentar propostas para ampliá-la. Realizamos a consulta pública online com mais de 650 contribuições que foram analisadas pela equipe e adequadamente inseridas no documento, tornando-o mais colaborativo e representativo das diversas Minas Gerais. Envolvendo 120.000 profissionais de todas as partes do estado, a versão preliminar do Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais contou com a participação de 13 escolas piloto. A construção do Currículo Referência contou, também, com a escuta às entidades parceiras, como a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação em Minas Gerais – UNCME/MG, a União Nacional do Dirigentes Municipais de Educação em Minas Gerais - UNDIME/MG, o Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais – CEE/MG, além de outras entidades e colaboradores, como professores de Espanhol da Rede Estadual de Minas Gerais. A redação final deste documento contou ainda com a leitura crítica do Instituto Reúna, Instituições de Ensino Superior do território mineiro e Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (Minas Gerais, 2023, p. 12).

Apesar de a documentação referir-se ao ano letivo de 2023, as contribuições para um documento que busca promover uma transformação tão significativa na “identidade” da escola, que é o currículo, orientador do processo educativo, são

limitadas, visto que 650 é um número pouco representativo, considerando a vasta dimensão do estado de Minas Gerais, conforme destacado anteriormente.

O novo currículo do estado de Minas Gerais tem por objetivo adaptar-se às especificidades locais, respeitando as premissas previstas na BNCC. O foco do currículo é o desenvolvimento integral do estudante e, para tal, está organizado em formação geral básica e itinerários formativos. Diversas matrizes estão disponíveis e as escolas gozam de autonomia para escolher aquela que melhor se adapta à sua realidade. Os itinerários formativos podem ser elaborados e sugeridos pelos professores por meio de documento próprio, fazendo parte da escolha dos alunos, desde que atendam aos critérios pré-estabelecidos pelas normativas.

A implementação do Ensino Médio em Tempo Integral na Escola Estadual Delfim Moreira ocorreu no ano de 2023. Não houve reunião prévia para discutir essa decisão, nem envolvimento ou participação dos estudantes ou da equipe gestora. No final do ano de 2022, a escola foi informada acerca da nova modalidade que seria implantada, no modelo propedêutico, sem a integração de um curso técnico ao Ensino Médio, decisão esta que também não foi tomada pela escola, pelos alunos ou pela comunidade.

Durante o ano letivo de 2023, o Ensino Médio em Tempo Integral da Escola Estadual Delfim Moreira recebeu um acompanhamento abrangente relacionado aos resultados e projetos desenvolvidos. Esse acompanhamento incluiu a análise dos conselhos de representantes de turma, a qualidade da merenda fornecida, as atividades planejadas e questionamentos diretos aos alunos acerca de sua participação efetiva nas atividades escolares.

No que se refere ao NEM, foram implementados programas como o reforço escolar de Português e Matemática, direcionados a alunos do Ensino Médio Regular e do Ensino Fundamental, ampliando, desta forma, uma aula de permanência na escola para tal finalidade. Além disso, foram introduzidos novos programas como os Agrupamentos Temporários, que consistem em aulas de reforço de Português e Matemática ministradas em conjunto com as aulas regulares; o Sistema de Busca Ativa, que avalia a frequência dos alunos e solicita à escola o registro adequado das justificativas de faltas e o contato com os alunos; e o Programa de Recomposição das Aprendizagens, que tem como objetivo o trabalho em sala de aula nas habilidades não consolidadas durante o período da pandemia.

Ademais, no ano de 2023, as avaliações internas programadas consistiram em Avaliação Diagnóstica, Avaliação Intermediária e Avaliação Somativa para todas as séries, com o intuito de identificar as habilidades e competências que ainda necessitam de desenvolvimento por parte dos alunos.

O Estado de Minas Gerais tem direcionado esforços significativos para implementar programas focados no acompanhamento e na recuperação das aprendizagens dos estudantes. Os alunos do Ensino Médio em Tempo Integral já dispõem de diversas disciplinas que visam fomentar a realização de pesquisas e trabalhos durante as aulas dos itinerários formativos, incluindo as Atividades Integradoras, as disciplinas de Nivelamento, os Laboratórios de Aprendizagem, Pesquisa e Intervenção, além de Estudos Orientados.

Na seção seguinte, serão apresentadas informações relativas à cidade de Juiz de Fora, bem como à localização da Escola Estadual Delfim Moreira e seus principais indicadores educacionais, que incluem o fluxo escolar (aprovação, reprovação e transferências), o Índice Socioeconômico da escola e outras informações pertinentes contidas no Projeto Político Pedagógico da escola.

2.3 A ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA

A Escola Estadual Delfim Moreira está situada na Avenida Barão do Rio Branco, nº 2.437, em uma área central de destaque na cidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora, que integra a região interiorana do Estado de Minas Gerais, apresentava, segundo os dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, uma população superior a 540 mil habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Consoante às informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal, a taxa de escolarização da população com idade entre 6 e 14 anos é de 98,3%, conforme dados de 2010, sendo que os principais setores econômicos da cidade são os serviços e a indústria.

O prédio original da escola, conhecido como “Palacete Santa Mafalda”, é um patrimônio histórico da cidade, erguido no final da década de 1850 em homenagem a Dom Pedro II. Após um longo período em estado de inatividade, o imóvel foi adquirido pelo Estado em 1907 e transformado no Primeiro Grupo Central de Minas Gerais. Em 2013, enfrentou desafios relevantes quanto às condições de conservação, especialmente em relação ao telhado, que comprometiam sua utilização. Por

consequente, tornou-se necessário transferir as atividades escolares para um novo endereço, ainda localizado na área central de Juiz de Fora.

As obras de restauração do Palacete tiveram início em 2019 e, em 24 de março de 2023, foi realizado um evento para celebra a inauguração da obra, com a presença do governador Romeu Zema. Participaram da cerimônia diversos representantes políticos, além da diretora, vice-diretora, supervisora e cinco alunos da instituição. No mês de abril de 2023, a escola retornou ao seu endereço original.

No local anterior (rua Santo Antônio, nº 1.130), não havia quadras apropriadas para o desenvolvimento de atividades esportivas ou aulas de Educação Física que atendessem a todos os alunos. Para suprir essa necessidade, foi montada uma sala de aula contendo duas mesas de tênis de mesa e jogos de tabuleiro. Ademais, o prédio onde a escola esteve situada carecia de rampas de acessibilidade.

2.3.1 Indicadores do Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira

A Escola Estadual Delfim Moreira apresenta, em média, 640 alunos matriculados no Ensino Médio anualmente. Entre os anos de 2017 e 2019, as taxas de aprovação não ultrapassaram os 66%, o que resultou em um número significativo de alunos que abandonaram a escola ou foram reprovados. Nos anos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia de Covid-19, o ensino foi conduzido de forma não presencial. Durante esse período, os alunos receberam apostilas impressas, distribuídas pela escola, para viabilizar o estudo em suas residências.

Nesses dois anos, os índices de aprovação apresentaram um acréscimo, alcançando resultados superiores a 88%. No retorno ao ensino presencial, em 2022, a média de alunos aprovados foi de 68%. Contudo, novas mudanças na estrutura educacional poderão influenciar os resultados futuros: a implementação do Novo Ensino Médio, em 2022, e a introdução do Ensino Médio em Tempo Integral, a partir de 2023.

No ano de 2023, a Escola Estadual Delfim Moreira registrou um total de 837 matrículas. A maioria dos estudantes frequentou as aulas no turno da manhã, com 335 alunos no Ensino Médio Regular e 128 no Ensino Médio Integral. No turno da tarde, foi oferecido o Ensino Fundamental dos anos finais, contabilizando 211 matrículas. À noite, o público da Educação de Jovens e Adultos somou 163 matrículas. Em 2023, a média de alunos por turma na instituição era de 31.

A escola dispõe de um Laboratório de Informática equipado com 30 computadores novos conectados à Internet. Além disso, conta com uma biblioteca que possui um acervo diversificado e rico, incluindo obras clássicas e contemporâneas, como: romances, gibis, livros direcionados ao público jovem e mangás. A biblioteca também oferece cinco computadores para pesquisa online e uma impressora para uso pedagógico dos alunos, além de mapas cartográficos e globos terrestres interativos, que podem ser utilizados para enriquecer as aulas.

A Escola Estadual Delfim Moreira possui ainda uma sala de Ciências, equipada com mesas diferenciadas, bancos altos, 40 jalecos e materiais destinados a estudos químicos, incluindo lupas para análise de substâncias. Foi também instituído um anfiteatro dotado de uma TV de 70 polegadas, utilizado para a exibição de filmes, apresentações de trabalhos ou outras atividades que justifiquem seu uso, com capacidade para cerca de 100 pessoas. Esses espaços específicos são utilizados de acordo com agendamento prévio. Todas as salas de aula da instituição possuem TVs para fins pedagógicos.

Para atender a alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais, a escola dispõe de uma Sala de Recursos, organizada para o atendimento no contraturno. Essa sala é equipada com computadores, impressoras, jogos educativos, tablets, ábacos, mapas táteis e outras ferramentas voltadas para esse público. A fim de atender ao Ensino Médio em Tempo Integral, foi organizada uma sala de convivência, com TV e projetor multimídia para reuniões e atividades escolares, além de sofás, onde os alunos podem descansar após o almoço. Apesar de todas essas ferramentas, a escola não conta com uma cota para cópias de materiais. Os educadores enviam o material via e-mail ou o entregam fisicamente, e a escola se encarrega de realizar as cópias, incluindo em cores, quando necessário.

Em conformidade com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, atualizado em 2022, observa-se que o índice socioeconômico dos estudantes é elevado, classificado como nível V. Contudo, o próprio PPP indica que essa informação pode não refletir com precisão a realidade escolar. De acordo com os dados disponíveis no portal do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o índice socioeconômico dos alunos é uma métrica obtida por meio do questionário socioeconômico das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica.

No levantamento realizado em 2021, que serve como referência para a coleta mais recente desses dados pelo INEP, apenas 97 alunos responderam ao questionário. Entre esses, a média do nível socioeconômico da instituição foi de 5,22 pontos, resultado que classificou a escola no nível V. Segundo informações fornecidas pelo INEP, valores que variam entre 5 e 5,5 indicam que os indivíduos pesquisados estão situados no nível V, o que sugere, conforme as informações disponibilizadas pelo Instituto, que os alunos provavelmente possuem em seus lares:

Uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, aspirador de pó, um computador e escolaridade da mãe (ou responsável) variando entre Ensino Médio e ensino superior completo e do pai (ou responsável) entre ensino fundamental completo e Ensino Médio completo (INEP, 2021, p.15).

A maior parte dos estudantes que participaram da pesquisa encontra-se nos níveis IV e V. Embora a média indique uma quantidade de 97 alunos, esse número corresponde apenas a 9,78% do total de 992 matrículas registradas no ano de 2021. Tal percentual não reflete a realidade do conjunto dos sujeitos escolares, mas sim uma fração dos alunos que efetivamente participaram do Sistema de Avaliação da Educação Básica. A Tabela 4 apresenta o percentual de alunos distribuídos conforme os diferentes níveis socioeconômicos, em conformidade com os dados disponibilizados no site do INEP.

Muitos alunos da escola provêm de diversas localidades, sendo imprescindível o uso do transporte urbano para o deslocamento até a escola. Observa-se que apenas 10% dos estudantes residem nas imediações da instituição (Escola Estadual Delfim Moreira, 2022, p. 19). A maior parte dos discentes se alimenta nas dependências escolares durante o intervalo, onde são disponibilizadas frutas diariamente e um cardápio variado. Os alunos que frequentam o turno matutino e possuem atividades no contraturno têm a possibilidade de solicitar autorização para almoçar após o término as aulas. Frequentemente, esses alunos estão envolvidos em cursos de capacitação profissional ou atuam como jovens aprendizes em empresas ou comércios.

Tabela 4 – Percentual do Índice Socioeconômico dos alunos da Escola Estadual Delfim Moreira em 2021

Itens	Brasil	Minas Gerais	Juiz de Fora	Escola
Quantidade de alunos respondentes	5.006.256	462.939	6.056	97
Média INSE	5,05	5,21	5,37	5,22
Nível de classificação	V	V	V	V
Percentual de alunos por nível				
1	1,52	0,72	0,28	0,0
2	11,95	7,59	4,05	3,44
3	15,08	12,65	10,78	6,36
4	19,84	20,13	18,37	29,572
5	19,88	22,37	21,96	28,32
6	15,55	17,97	21,67	18,68
7	13,62	15,65	20,14	12,84
8	2,58	2,92	2,76	0,79

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do INEP (Brasil, 2021).

No que tange à participação familiar, o PPP ressalta que essa é uma variável que influencia diretamente na aprendizagem dos alunos. Os familiares participam da vida escolar por meio de reuniões de pais e responsáveis, nas atividades nos sábados letivos e, quando surgem conflitos na escola, são convocados. Contudo, a participação observada está aquém das expectativas estabelecidas.

Promovemos reuniões de pais, encontros individualizados com responsáveis e familiares, palestras para os alunos e diversos eventos (festa junina, encontros literários, Feira de Ciências, entre outros) abertos aos responsáveis. Para a escola, a participação da família afeta a aprendizagem dos estudantes da escola da seguinte forma: A família influencia bastante o comportamento e desempenho do estudante, especialmente no tocante ao comprometimento. Aqueles que têm uma família participativa, preocupada com suas dificuldades, se já são dedicados se dedicam ainda mais (Escola Estadual Delfim Moreira, 2022, p. 23).

O calendário escolar, que serve como um documento orientador para o ano letivo, é elaborado em conformidade com as resoluções da SEE-MG. Neste documento, encontram-se contempladas as informações essenciais para a condução do ano letivo, incluindo a distribuição dos bimestres, as reuniões pedagógicas, as datas designadas para encontros com os responsáveis, os sábados letivos e os conselhos de classe. A gestão escolar fornece um calendário impresso a cada

professor, e a supervisão escolar é responsável pela elaboração de uma circular contendo orientações gerais para a organização do ano letivo.

Na função de supervisora escolar, realizo uma variedade de atividades, como o monitoramento do trabalho dos professores, orientações acerca do planejamento das aulas, suporte para as avaliações, verificação da aprendizagem dos alunos e acompanhamento dos registros escolares nos diários de classe. Além disso, participo de todas as reuniões pedagógicas do Módulo II, encontros com os responsáveis do turno em que atuo, além de prestar atendimento a alunos, professores e pais.

Bimestralmente, a supervisão pedagógica elabora uma circular com diversas orientações, as quais incluem: o reforço de datas importantes do calendário escolar, as ações a serem tomadas quando um aluno está apresentando atestado médico, procedimentos em casos de indisciplina, diretrizes para a convocação dos responsáveis, estratégias a adotar quando o aluno acumula faltas, métodos para cálculo da recuperação bimestral, orientações sobre a distribuição de pontos no bimestre, instruções para o registro no Módulo II, orientações para a realização de registros no Diário Escolar Digital e informações relevantes sobre alguns alunos (geralmente aqueles com atestados médicos, alunos com deficiência, e alunos afastados por motivos de trabalho ou serviço militar), além de outras informações pertinentes para o início do ano letivo. É importante ressaltar que é possível revisar algumas orientações em conformidade com as diretrizes da Superintendência Regional de Ensino (SRE), da SEE-MG ou de outros fatores pertinentes à própria escola.

No que diz respeito ao quadro de docentes, a escola contou, para o ano letivo de 2023, com 48 professores regentes de aulas efetivos, além de dois professores contratados para desempenhar a mesma função. Dentre esses professores, 80% possuem especialização concluída, 40% finalizaram o mestrado e 10% possuem certificação de doutorado. Considerando esses dados, é viável implementar ações que contemplem a participação dos docentes, uma vez que há uma baixa rotatividade de professores. No entanto, apesar do número de professores efetivos, ainda são necessárias iniciativas que promovam o fortalecimento de um trabalho integrado em equipe.

No final de cada bimestre letivo, são realizadas reuniões do conselho de classe. Nesses encontros, a supervisão pedagógica se reúne com os professores para analisar o desempenho dos alunos e as metodologias empregadas para favorecer o

processo de aprendizagem. Além disso, são identificados os alunos que necessitam de atenção individualizada ou acompanhamento junto aos seus responsáveis. Antes da reunião do conselho de classe, a supervisão escolar elabora uma ficha preliminar, a qual permite aos docentes examinarem alguns aspectos relevantes, como o desempenho dos alunos, a frequência, as metodologias utilizadas, os alunos que se destacam e aqueles que enfrentam mais dificuldades de aprendizado. Durante a reunião, esses dados são discutidos com o intuito de realizar um diagnóstico abrangente.

Após a realização do conselho de classe, a supervisão estabelece as estratégias necessárias para convocar alunos e seus responsáveis. Quando estes não podem comparecer à escola, é feito um contato telefônico visando incentivá-los a participar de maneira mais ativa na vida escolar de seus filhos, além de garantir que estejam alinhados com as orientações da escola. Geralmente, não são propostas alternativas nas metodologias de ensino ou nas avaliações, limitando-se a algumas orientações durante a reunião, como a apresentação de práticas bem-sucedidas implementadas pelos professores em sala de aula.

Historicamente, a instituição enfrenta uma média de 40% de reprovação entre os alunos do Ensino Médio, no período de 2016 a 2019. Essa realidade de reprovação é comum em muitas escolas públicas brasileiras e suscita preocupação, especialmente ao considerar as taxas na escola em que atuamos profissionalmente.

Conforme definição do dicionário, o termo “fracasso” é associado àquele que não obteve êxito ou vitória. No contexto deste estudo, “fracasso escolar” se refere a todas as matrículas que não culminaram em aprovação ao final do ano letivo, excluindo as transferências. Por sua vez, a aprovação será aqui entendida como “sucesso escolar”. Ao considerar o fracasso escolar sob a perspectiva de não aprovação, é imprescindível refletir sobre os fatores que levam aproximadamente 40% dos estudantes a não alcançarem o êxito escolar em determinado ano letivo.

A Tabela 5 apresenta os dados referentes ao fluxo escolar nos anos de 2016 a 2021, para as turmas de Ensino Médio Regular, tanto no período da manhã quanto da noite.

Tabela 5 – Percentual do fluxo escolar do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira, de 2016 a 2021

Ano letivo	Aprovação	Reprovação	Deixou de frequentar
2016	64,30	31,40	14,40
2017	65,30	27,20	7,50
2018	60,60	24,90	14,50
2019	62,90	29,20	7,90
2020	88,60	3,50	7,90
2021	85,30	14,50	0,20

Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base nos dados do Simade.

É fundamental ressaltar que, no período de 2016 a 2019, os alunos estudaram de acordo com matriz do Ensino Médio, a qual foi implementada nas escolas estaduais desde 2016. Nos anos de 2020 e 2021, as atividades escolares foram conduzidas por meio do Regime de Estudos Não Presencial (REANP). Esta modalidade foi instaurada pelo Estado de Minas Gerais como uma alternativa ao ensino remoto, necessária em virtude do isolamento social decorrente da pandemia do novo Coronavírus.

Durante esse período, foi possível observar que muitos alunos enfrentaram dificuldades no acesso às tecnologias. Considerando essa realidade, a escola disponibilizou os Planos de Estudos Tutorados (PETs) em formato impresso. Os PETs consistem em apostilas contendo o material de todas as disciplinas correspondentes a determinado ano escolar. Assim, muitos alunos utilizaram essa possibilidade para realizar suas atividades, sendo que uma participação mínima foi considerada suficiente para garantir a aprovação, a fim de evitar qualquer forma de prejuízo aos alunos.

Em 2022, com o retorno das atividades presenciais, foi implementado o Novo Ensino Médio, que trouxe mudanças significativas nos currículos e na matriz curricular. No ano de 2023, a escola passou a adotar o Ensino Médio em Tempo Integral. As alterações nas matrizes e nos currículos começam sempre no primeiro ano do ciclo escolar, ou seja, no primeiro ano do Ensino Médio. Essa modificação também impactou a distribuição das turmas, uma vez que a partir de 2022, o Ensino Médio Regular foi mantido apenas no turno matutino, enquanto o turno noturno concentrou suas atividades na oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos nos níveis fundamental e médio.

Analisando os dados apresentados na Tabela 5, observa-se que, nos anos de 2020 e 2021, as taxas de aprovação mostraram uma melhoria, enquanto as taxas de reprovação apresentaram uma diminuição. Os dados indicam que a taxa aprovação do Ensino Médio está em média em 63%. As taxas de reprovação ultrapassam 20% e a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola esteve próxima de 14% nos anos de 2016 e 2018; no entanto, essa taxa foi reduzida para 7% nos anos de 2017 e 2019.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo identificar os fatores que podem estar contribuindo para a reprovação e o abandono escolar dos estudantes, desde a sua chegada à escola, passando pelo acolhimento, o diagnóstico das aprendizagens já adquiridas, até o planejamento docente e a conclusão do ano letivo.

À luz dos dados apresentados, torna-se necessário realizar uma análise das possíveis justificativas para as elevadas taxas de reprovação e abandono, com o intuito de delinear estratégias que visem a reversão ou a melhoria desses indicadores. Nesse sentido, algumas indagações se revelam pertinentes, tais como: Qual é o método empregado para o diagnóstico escolar dos alunos? Quem são esses alunos, de onde procedem (qual bairro, que meio de transporte utilizam, qual é sua condição social?). Como se efetua o planejamento escolar? Os alunos demonstram participação nas aulas e nos projetos desenvolvidos pela escola? Estão suas especificidades e demandas devidamente consideradas? Quem são os educadores responsáveis por esses alunos e quais metodologias estão sendo aplicadas em sala de aula que possam favorecer a aprendizagem? De que forma se dá a participação das famílias nesse contexto e qual é sua influência? Como a supervisão e a gestão escolar podem contribuir para a permanência e o engajamento dos alunos? A formação pedagógica dos docentes é adequada para promover diferentes estratégias de ensino?

A Tabela 6 apresenta os dados referentes às transferências dos alunos do Ensino Médio.

Tabela 6 – Transferências do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira em 2022

Ano de escolaridade	Total de alunos	Transferidos	Percentual de transferidos
1º ano EM	290	71	24,0
2º ano EM	281	99	35,0
3º ano EM	278	66	24,0
Total	849	236	28,0

Fonte: Elaborada pela autora (2023) baseada nos dados do Simade.

Constata-se, por meio dos dados disponíveis na Tabela 6, uma elevada taxa de transferências de alunos no Ensino Médio no ano de 2022. Contudo, lamentavelmente, não foi possível identificar as justificativas que motivaram essas transferências. Em algumas ocasiões, pais ou alunos buscam a direção ou a vice-direção para discutir a questão antes de tomarem a decisão; entretanto, é possível que realizem a solicitação de transferência diretamente na secretaria, sem apresentar a devida justificativa.

Considerando que 2022 foi um ano marcado pela retomada das atividades escolares presenciais, um processo que se mostrou desafiador tanto para os alunos quanto para suas famílias, servidores e toda a comunidade escolar, é pertinente questionar: Quais seriam os motivos que levaram à transferência desses alunos? Antes de efetuarem os pedidos de transferência, esses alunos foram atendidos pela gestão escolar ou houve alguma conversa para averiguar as razões subjacentes às transferências? Existe um formulário disponível na secretaria escolar que permita indicar os motivos das transferências? Quais ações foram implementadas com o intuito de favorecer a permanência desses alunos? As metodologias adotadas pelos docentes foram adequadas ao processo de aprendizagem desses estudantes? Existem fatores ou influências externas à escola que possam ter contribuído para a decisão de transferência (como questões financeiras, familiares, entre outras)?

Com o intuito de analisar os dados referentes ao retorno presencial das atividades escolares, foi realizado o acesso às informações correspondentes ao ano de 2022 na plataforma do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE). A Tabela 7 apresenta os dados obtidos.

Tabela 7 – Resultado do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira em 2022

Itens	1º ano EM	2º ano EM	3º ano EM	Total
Total de alunos (excluídas as transferências)	219	182	212	613
Aprovados	132	148	138	418
Percentual de aprovados	60,0	81,0	65,0	68,0
Deixou de frequentar (infrequente)	24	4	5	33
Reprovados	60	30	68	158
Percentual de fracasso escolar (reprovados e infrequentes)	38,0	18,0	34,0	31,0

Fonte: Elaborada pela autora (2023) baseada nos dados do Simade.

De acordo com as Tabelas 6 e 7, em 2022, dos 849 alunos matriculados no Ensino Médio, apenas 418, o que corresponde a 49% lograram êxito na aprovação ao final do ano letivo. Além disso, constatou-se que 4% dos alunos abandonaram a instituição, sendo que essa taxa é particularmente elevada no primeiro ano do Ensino Médio em comparação com os demais anos dessa etapa de escolarização. No que tange aos alunos reprovados, 22% dos matriculados nessa fase não conseguiram concluir os estudos no referido período letivo.

Os dados evidenciam um índice elevado de não aprovação na primeira série do Ensino Médio. É importante ressaltar que muitos alunos desta etapa provêm de instituições de ensino municipais, as quais não oferecem o Ensino Médio, e enfrentam um processo de adaptação ao ingressar na Escola Estadual Delfim Moreira. Essas instituições, em regra, são menores, possuem um número reduzido de alunos e disponibilizam uma quantidade limitada de conteúdos e professores. Ao ingressarem no Ensino Médio, os estudantes precisam enfrentar novos conteúdos, interagir com diferentes professores e se adaptar a novos ambientes.

No ano de 2023, implementou-se o Ensino Médio em Tempo Integral. A Tabela 8 apresenta os resultados relacionados à aprovação, reprovação e o abandono escolar.

Tabela 8 – Resultado do 1º ano do Ensino Médio em Tempo Integral da Escola Estadual Delfim Moreira em 2023

1º ano do EMTI	Nº	%
Total de alunos matriculados	128	100,0
Aprovados	101	78,9
Reprovados	34	18,75
Deixou de frequentar	3	2,34

Fonte: Elaborada pela autora (2024) baseada nos dados do Simade.

Ao realizar uma comparação entre os dados referentes aos resultados do 1º ano do Ensino Médio Regular e aqueles do Ensino Médio em Tempo Integral, é possível constatar uma melhoria significativa nos índices de aprovação. Em 2022, apenas 60% dos alunos do 1º ano obtiveram aprovação, enquanto em 2023, o percentual de aprovados ultrapassou 78% do total de estudantes.

Durante o ano de 2023, com a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral na Escola Estadual Delfim Moreira, a Superintendência Regional de Ensino promoveu reuniões regulares ao longo do ano letivo, que incluíram visitas à escola e formulação de perguntas presenciais ao gestor, supervisor, professores e alunos do EMTI. Os temas abordados englobaram o funcionamento da escola, desenvolvimento de conteúdos, planejamento e avaliação. Nos primeiros e segundos anos da implementação do EMTI, as turmas contavam com professores coordenadores designados para cada área do conhecimento. Esta função era desempenhada por um professor da turma e tinha como objetivo promover a interdisciplinaridade entre as áreas e o trabalho integrado entre a formação básica comum e os itinerários formativos, conforme estabelecido pelo currículo do EMTI e pela matriz curricular.

A Tabela 9 apresenta os dados relativos às transferências de alunos entre os anos de 2017 e 2022. Observa-se que, durante o período de atividades não presenciais (2020 e 2021), o número de transferências apresentou uma redução significativa em comparação aos anos anteriores. É relevante ressaltar que, até o ano de 2021, a escola oferecia turmas de Ensino Médio Regular nos turnos da manhã e da noite.

Tabela 9 – Transferências do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira, de 2017 a 2022

Ano escolar	Total de alunos	Transferências	Percentual de transferências
2017	637	132	21,0
2018	491	109	22,0
2019	604	98	16,0
2020	509	72	14,0
2021	755	50	7,0
2022	849	236	28,0

Fonte: Elaborada pela autora (2023) baseada nos dados do Simade.

O ano de 2022 apresentou desafios significativos em decorrência do retorno integral das atividades presenciais após o período de isolamento social. Ao excluir os dados relacionados a transferências e abandonos e focar exclusivamente nas informações sobre aprovação e reprovação do referido ano, constatou-se que, dos 849 alunos matriculados, 397 abandonaram a instituição antes de concluir o ano letivo, enquanto 452 foram aprovados. Dessa forma, aproximadamente metade dos alunos que se matricularam nesse ano letivo alcançou êxito em sua aprovação.

Ao analisar a Tabela 10, constata-se que os dados referentes aos anos de 2017 a 2019 revelam um baixo índice de aprovação entre os alunos, em relação ao total de matrículas registradas no ano letivo. Ademais, observa-se uma expressiva quantidade de alunos que não continuaram frequentando a escola durante esses anos. Somando esses percentuais, verifica-se que ultrapassam os 40% dos alunos matriculados no período de 2017 a 2019. Nos anos de 2020 e 2021, nota-se um incremento nos indicadores de aprovação, bem como uma redução nas taxas de evasão escolar.

Ao examinar os dados apresentados na Tabela 10, observa-se que, no ano de 2022, com o retorno integral às atividades presenciais, houve uma diminuição no número de alunos aprovados, acompanhada por um aumento nos casos de reprovação e abandono. É importante destacar que o percentual total de 100% é alcançado nesta tabela em decorrência de dois fatores que não foram considerados: o remanejamento entre as diferentes modalidades de ensino e as transferências.

Tabela 10 – Análise do sucesso e do fracasso escolar do Ensino Médio Regular da Escola Estadual Delfim Moreira, de 2017 a 2022

Ano escolar	Total de alunos (excluídas as transferências)		Sucesso escolar: aprovação		Fracasso escolar: reprovação		Fracasso escolar: abandono	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2017	505	100,0	214	42,0	202	40,0	51	10,0
2018	382	100,0	84	22,0	146	38,0	135	35,0
2019	506	100,0	180	36,0	171	34,0	89	18,0
2020	497	100,0	348	70,0	16	3,0	59	12,0
2021	705	100,0	553	78,0	130	18,0	3	0,4
2022	613	100,0	418	68,0	158	26,0	33	5,0

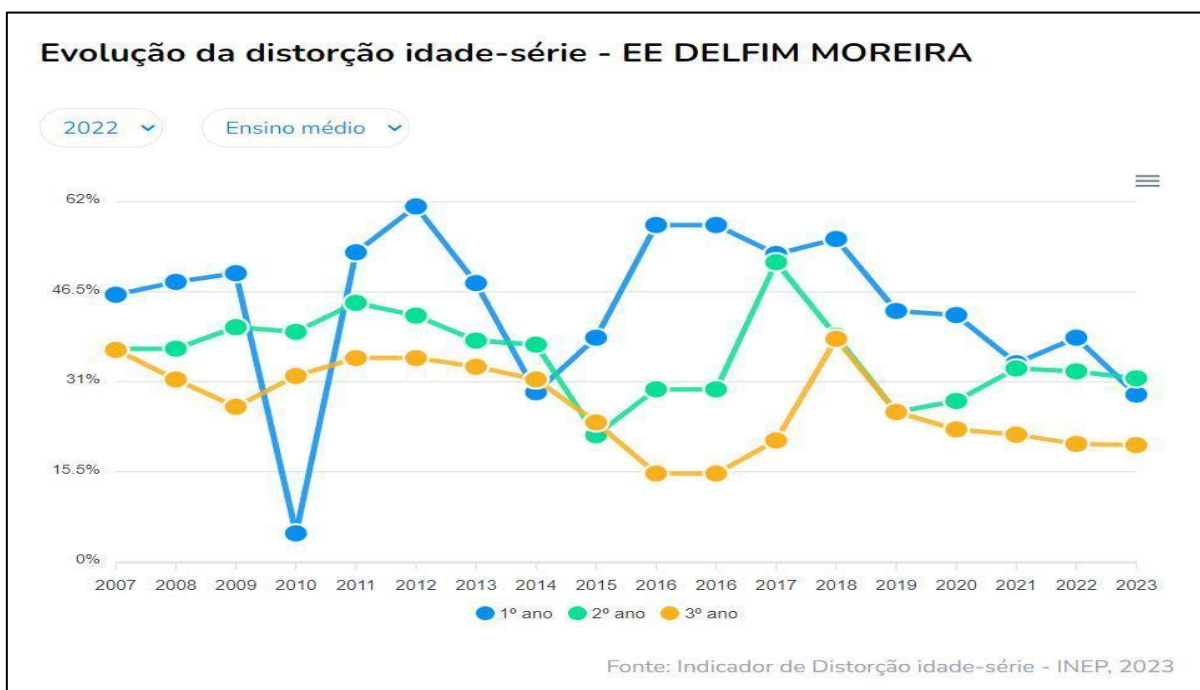
Fonte: Elaborada pela autora (2023) baseada nos dados do Simade.

O gráfico da distorção idade-série, apresentado na Figura 2, permite a identificação dos alunos que apresentam defasagem no Ensino Médio na escola objeto de análise. Considerando o período em que o presente estudo foi realizado, entre 2016 e 2023, observa-se uma redução na distorção ao longo dos anos, com exceção do ano de 2022. Neste ano, aproximadamente 30% dos alunos do Ensino Médio encontravam-se com defasagem de dois anos ou mais. Desde 2016, o 1º ano do Ensino Médio tem se caracterizado como a série com maiores índices de distorção, salvo em 2023, quando o 2º ano registrou uma taxa de 31,6%, enquanto o 1º ano apresentou 28,8% de defasagem.

Os indicadores de abandono escolar examinados no PPP demonstram que, no Ensino Fundamental, as taxas de desistência são inferiores às observadas no Ensino Médio.

[...] pode-se perceber que as taxas de abandono no Ensino Fundamental são, respectivamente, 6º ano – 2%; 7º ano – 2,5%; 8º ano – 2,8%, 9º ano – 3%, com leve aumento na medida em que avança o ano de escolaridade. No Ensino Médio, a taxa de abandono é de 11%, no 1º ano; 8%, no 2º ano e 5%, no 3º ano (Escola Estadual Delfim Moreira, 2022, p. 40).

Figura 2 – Evolução da distorção idade-série da Escola Estadual Delfim Moreira, de 2007 a 2023



Fonte: QEdU (2023).

Esse aumento pode ser justificado pelo fato de que, no Ensino Fundamental, os alunos são mais jovens e necessitam que pais compareçam à escola para conduzi-los ou buscá-los. Dessa forma, quando necessário, esses responsáveis se dirigem à supervisão, vice-direção ou direção para tratar de algum assunto. Em contraste, no Ensino Médio, os alunos geralmente se deslocam de forma independente para a escola, são mais velhos e apresentam uma maior autonomia, raramente estando acompanhados por seus pais ou responsáveis.

Percebe-se no cotidiano escolar uma dificuldade significativa em relação ao custeio do transporte, o que impacta a frequência dos alunos às aulas. A localização da escola no centro da cidade pode ser um fator que contribui para a infrequência, dependendo do bairro de residência dos estudantes. É pertinente destacar que “notamos, ainda, muitos casos de dificuldade em arcar com o transporte escolar, que gera infrequência e, às vezes, abandono” (Escola Estadual Delfim Moreira, 2022, p. 42).

Diversas ações delineadas pela escola têm como objetivo reverter as taxas de fracasso escolar, conforme estabelecido no PPP. Entre estas ações, destacam-se a realização da recuperação paralela, a proposta de aulas e avaliações diferenciadas,

bem como a oferta de atividades extracurriculares. A supervisão pedagógica orienta os docentes a implementarem as recuperações paralelas, com a intenção de introduzir novas metodologias de aprendizagem; no entanto, é alarmante constatar que poucos educadores conseguem elaborar e aplicar novas estratégias que visem ao mesmo aprendizado.

A escola empenha-se na busca por projetos e atividades extracurriculares para os alunos, algumas das quais estão previstas no calendário escolar, tais como: Feira de Ciências, Feira de Profissões, visitas à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e viagens educativas para cidades como Tiradentes, Ouro Preto, Ibitipoca, São Paulo e Rio de Janeiro. Para a execução dessas atividades, o professor deve elaborar um projeto em parceria com a equipe pedagógica, apresentar justificativas e objetivos, e encaminhá-lo à gestão escolar, que realizará a previsão orçamentária e os procedimentos necessários. Além das atividades externas, os alunos são também convidados a participar de palestras e oficinas ministradas por profissionais que visitam a escola para promover espaços de apresentação e debate, com o apoio de instituições como a UFJF, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), e diversas faculdades particulares, entre outras parcerias.

Ao analisar os dados disponíveis, é possível estabelecer um comparativo com as propostas curriculares para o Ensino Médio em Minas Gerais. Até o ano de 2019, as escolas estaduais desse estado seguiam uma matriz curricular tradicional, na qual os conteúdos eram definidos de forma segmentada, por disciplina. Nos anos de 2020 e 2021, conforme a matriz vigente, os alunos tiveram acesso aos conteúdos por meio dos PETs, o que garantiu a continuidade do aprendizado durante a pandemia. Em 2022, a Escola Estadual Delfim Moreira implementou o Novo Ensino Médio (NEM), a partir do 1º ano dessa etapa de escolarização. O currículo do Novo Ensino Médio objetiva promover um trabalho articulado por áreas de conhecimento, visando fortalecer o protagonismo estudantil, além de ampliar a carga horária escolar, que aumentou de 800 para 1.200 horas anuais.

No ano de 2023, inicia-se uma nova proposta: a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral, que amplia a carga horária anual dos alunos para 1.800 horas. Os resultados analisados até o presente momento referem-se ao primeiro ano de implementação do Novo Ensino Médio (1º ano em 2022) e às turmas regulares que já estavam em andamento (2º e 3º anos). É relevante destacar que não foram

considerados neste estudo os registros escolares da modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

A definição do atendimento escolar é realizada pela Secretaria Estadual de Educação em colaboração com as Superintendências Regionais de Ensino. Assim, durante a implementação do NEM e do EMTI, as escolas não podem recusar a oferta desses cursos em suas novas modalidades. Contudo, não foram organizados encontros de formação destinados ou professores para prepará-los quanto às inovações do Ensino Médio, especialmente no que diz respeito à sua organização, planos de curso e metodologias. No decorrer do ano letivo de 2023, observou-se a disponibilização de cursos online de forma gratuita, para professores e gestores das diversas áreas do conhecimento, através do site da Escola de Formação da Secretaria Estadual de Educação.

Além de observar os resultados anuais, este trabalho também visa analisar o tratamento e os reflexos das políticas delineadas em busca do sucesso do Ensino Médio. A formação tradicional do Ensino Médio apresenta uma interdisciplinaridade limitada, apesar das tentativas de promoção desse aspecto. Certamente, com a nova metodologia e o novo currículo baseados na BNCC, o objetivo central é proporcionar o protagonismo dos alunos e promover o trabalho por áreas de conhecimento.

O estado de Minas Gerais, ao elaborar um novo currículo, também disponibiliza novos planos de curso e recursos diversos para apoiar o planejamento docente. A implementação do Ensino Médio em Tempo Integral nas escolas tem como finalidade apresentar novas metodologias, planejamentos e formações interdisciplinares, principalmente por meio dos Itinerários Formativos, visando o desenvolvimento de habilidades e competências que não são mais trabalhadas apenas por disciplinas, mas por áreas de conhecimento interligadas, promovendo assim uma formação integral do estudante.

Nesse contexto, este trabalho tem a incumbência de analisar as taxas de sucesso e fracasso escolar do Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira, no período de 2016 a 2023, incluindo a implementação das novas matrizes curriculares. Serão identificados os alunos, suas trajetórias, origens e expectativas, com a finalidade de definir estratégias que possam contribuir para a melhoria dos índices escolares. O principal objetivo deste estudo é identificar quais medidas podem ser adotadas pela gestão da Escola Estadual Delfim Moreira para reduzir o fracasso escolar, contemplando as questões de reprovação e abandono no Ensino Médio.

Os estudos que abordam a análise dos dados de desempenho acadêmico dos alunos frequentemente desconsideram suas vivências individuais. Há uma expectativa de maior frequência e participação dos alunos, bem como uma dedicação substancial aos estudos, por parte tanto dos alunos quanto de suas famílias. Entretanto, é imperativo considerar também o acolhimento proporcionado ao aluno e o processo pedagógico ao qual ele está submetido, identificando a utilização de metodologias que possam favorecer a aprendizagem e motivar o aluno a permanecer na escola até a conclusão do ano letivo, visando assim ao seu sucesso acadêmico. Para tanto, é fundamental realizar uma reflexão aprofundada acerca da formação docente, bem como da aplicação de metodologias ativas e estratégias pedagógicas. Além disso, é necessário promover a escola como um ambiente significativo para o aluno, de modo a despertar seu interesse e estimular seu desenvolvimento enquanto sujeito ativo na construção do conhecimento.

3 SUCESSO E FRACASSO ESCOLAR: A GESTÃO ESCOLAR, A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Este capítulo objetiva apresentar uma discussão sobre os fatores que podem influenciar a permanência e a aprovação dos alunos, aspectos que neste trabalho são considerados como indicadores de sucesso escolar, assim como o abandono e a reprovação, definidos neste trabalho como fracasso escolar, com ênfase especial no Ensino Médio. Serão abordados os conceitos de gestão educacional, a relação entre família e escola, e a formação dos professores. O intuito é identificar de maneira esses três aspectos podem interferir na qualidade do aprendizado dos estudantes.

Na sequência, será apresentada a metodologia da pesquisa. O estudo de campo será conduzido por meio da aplicação de questionários online, permitindo que os alunos do Ensino Médio compartilhem suas percepções acerca dos principais fatores que influenciam o sucesso e o fracasso escolar, além de avaliar o impacto da gestão escolar, da família e da atuação dos professores em tais resultados. Ademais, entrevistas com professores e gestores escolares possibilitarão uma análise profunda sobre como a ação docente, a gestão escolar e o envolvimento da família no processo educacional contribuem para a aprendizagem dos alunos.

3.1 GESTÃO PEDAGÓGICA

Os autores Nicolella *et al.* (2017), em um estudo sobre o fracasso e o sucesso escolar em Minas Gerais, apresentaram os seguintes resultados: um aluno que abandona a escola possui 49% de probabilidade de fazê-lo novamente, em comparação àqueles que nunca interromperam seus estudos. Em relação à reprovação, a probabilidade de abandono é 77% maior entre os alunos que já foram reprovados em comparação aos que nunca enfrentaram esse obstáculo. Essa análise evidencia o impacto da repetência ou retenção escolar, principalmente nos primeiros anos de trajetória educacional dos estudantes.

Além disso, os autores investigaram os fatores que podem influenciar a permanência ou o abandono escolar. No contexto do Ensino Médio em Minas Gerais, foram identificadas como principais causas do abandono: “a dificuldade em conciliar trabalho com os estudos, gravidez na adolescência, problemas familiares, o excesso

de disciplinas, a falta de interesse, a defasagem idade/série” (Nicolella *et al.*, 2017, p. 18).

Ao examinar a PSAE (Pesquisa sobre Abandono Escolar), realizada em 46 escolas de Minas Gerais no final do ano de 2009, Nicolella *et al.* (2017) constataram que as três dimensões com maior impacto na decisão pelo abandono escolar são a família, a escola e o aluno. Nas análises realizadas pelos autores, utilizando diferentes metodologias, percebe-se que as políticas existentes ainda não foram implementadas de maneira eficaz nas instituições de ensino. Ademais, os principais agravantes relacionados ao abandono escolar persistem, e questões como a qualidade do trabalho docente e as dificuldades de aprendizagem nas disciplinas são, embora mencionadas de forma incipiente na literatura, indicativas de uma necessidade premente de revisão metodológica no planejamento escolar.

As interações entre família, escola e aluno são fundamentais para os resultados educacionais; entretanto, autores corroboram que a gestão escolar exerce um papel de grande importância e pode influenciar positivamente os indicadores educacionais. Ao analisar o impacto das políticas públicas direcionadas à educação sobre a gestão educacional, Luck (2015) destaca que a melhoria da qualidade educacional deve ser considerada o ponto central para a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida. Essa transformação promoveria mudanças nas dinâmicas familiares e na qualidade de vida dos indivíduos, podendo ser alcançada apenas por meio de avanços políticos. Exemplos do Japão e da Coreia do Sul, que alcançaram significativo desenvolvimento ao investir maciçamente em educação, corroboram essas afirmações. Tais modificações impactam diretamente a forma como os indivíduos se percebem em sua sociedade.

Para o aprimoramento da qualidade educacional, Luck (2015) destaca que a formação dos gestores constitui um elemento essencial para que estes possam implementar as mudanças previstas e requeridas nos sistemas de ensino.

A gestão educacional estabelece o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer do sistema de ensino e das escolas, sem o que todos os demais esforços e gastos são despendidos sem promover os devidos resultados, o que, de fato, tem acontecido na educação brasileira. As estatísticas indicando as elevadas taxas de repetência, evasão, distorção idade-série e sobretudo nos baixos índices de aprendizagem dos alunos são reveladores de sérios desperdícios na área educacional (Luck, 2015, p. 4).

A gestão, além de seu viés meramente administrativo, tem a capacidade de mobilizar os sujeitos de maneira a promover transformações significativas na educação. Contudo, os índices alarmantes de baixa qualidade do ensino, conforme apontado pelas avaliações em larga escala “são devidos, em grande parte, a deficiências de gestão que ocorrem por falta de referencial, organização e orientações adequadas para nortear a atuação educacional com a devida competência” (Luck, 2015, p. 29). Nesse contexto, investir na formação de gestores educacionais pode resultar em um aprimoramento da qualidade educacional.

O primeiro aspecto a ser considerado na gestão educacional consiste na alteração do paradigma de uma abordagem meramente administrativa. A gestão educacional deve, na verdade, se ocupar de uma realidade que é dinâmica e ativa.

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos da escola, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito das suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstrações públicas de seus processos e resultados) (Luck, 2015, p. 36).

A gestão educacional deve ser realizada de forma colaborativa, envolvendo a sociedade e a comunidade escolar, e deve apresentar transparência tanto para os sujeitos internos quanto externos à escola, reconhecendo todos como participantes essenciais no processo de tomada de decisão.

As iniciativas voltadas para a melhoria da educação, em diferentes níveis das esferas governamentais, têm como propósito identificar e corrigir problemas de maneira paliativa. Não existe uma ação que tenha sido concebida para abordar todos os problemas de forma integral. A ausência de articulação entre as soluções potenciais para os desafios enfrentados de maneira isolada impede a resolução dos indicadores de fracasso e da “falta de eficácia” da educação brasileira. Isso ocorre porque o sistema educacional deve ser entendido como um todo, e modificações em uma única situação podem comprometer o funcionamento do sistema em sua totalidade. A correção de um único problema não se configura como uma alternativa sustentável, pois “tem faltado, para a promoção da qualidade da educação uma visão

global de escola como instituição social e uma percepção abrangente da teia de relações entre os vários componentes que delineiam a experiência educacional” (Luck, 2015, p. 42).

No que diz respeito à gestão escolar e suas especificidades, Luck (2015, p. 46) afirma que “o envolvimento tanto de quem vai realizar a prática como de seus usuários, na tomada de decisão, constitui-se em condição básica da gestão democrática, efetividade de ações e autonomia da escola”. A autora ressalta que a gestão escolar se difere da administração científica em virtude de suas especificidades, uma vez que se ocupa das dinâmicas, vivências e processos humanos, visando promover um aprendizado significativo. Lamentavelmente, observa-se uma predominância de orientações no formato “top down”, de cima para baixo, que não levam em consideração as realidades específicas da escola, determinando ações sem ouvir as necessidades das escolas e dos sujeitos que nelas se encontram. “Além disso, retiram da escola o direito e o dever da autoria sobre suas ações e respectivos resultados” (Luck, 2015, p. 52).

O termo “gestão escolar” substitui a expressão “administração escolar” com o intuito de ampliar seu significado, transcendendo uma definição restrita e simplificada. Nas décadas anteriores, os resultados quanto ao sucesso escolar foram insatisfatórios, acompanhados de altas taxas de repetência e evasão. Nesse mesmo período, observou-se a exclusão e a seleção de alunos. A teoria vigente na época sustentava a compreensão de que o aluno deveria conquistar o sucesso por meio de seu esforço pessoal, ajustando-se à escola como um processo natural. A escola mantinha uma postura rígida de culpar o aluno por seu fracasso.

em organizações que constroem em conjunto uma realidade educacional proativa, empreendedora e orientada para a constituição da pedagogia do sucesso apresentam como característica a superação desse entendimento limitado e a formulação do entendimento de que cada um faz parte da organização e do sistema educacional como um todo, e de que a construção é realizada de modo interativo entre os vários elementos (Luck, 2015, p. 75).

Uma gestão que compartilha responsabilidades, opera de maneira democrática e consciente e promove a participação dos sujeitos nos processos e nas decisões, pode contribuir significativamente para o progresso dos alunos e para a melhoria do funcionamento da instituição. Tal possibilidade depende do reconhecimento da escola como parte integrante do sistema educacional, sendo necessário que esta também

esteja imersa nas políticas que lhe dizem respeito, assim como nas decisões em esferas mais amplas e decisórias, não se limitando a ser uma mera cumpridora das políticas determinadas. A gestão escolar deve engajar tanto os sujeitos dentro da escola quanto aqueles que atuam em seu entorno, da mesma forma que os sistemas educacionais precisam incluir as próprias escolas nos diálogos e nas tomadas de decisões, planejamentos e ações. Isso permitirá que, em conjunto, possam contribuir para a melhoria dos resultados e para o sucesso educacional.

3.2 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

No que se refere à análise do impacto da participação das famílias nos resultados escolares, a autora Castro (2017) destaca que, apesar da ampliação do acesso à educação, certos indicadores relacionados à qualidade, à aprendizagem e ao fluxo escolar ainda representam desafios tanto para o governo quanto para a sociedade.

A Sociologia da Educação nos ensina que o sucesso e o fracasso escolar são determinados socialmente, pois quem estabelece os conteúdos a serem ensinados, as competências a serem desenvolvidas, os critérios de avaliação e promoção, bem como o interstício etário compulsório (e o desejável) são a sociedade e suas instituições. Soma-se o fato de que os comportamentos, as oportunidades e os fazeres sociais que se mostram mais favoráveis (ou não) às trajetórias escolares de sucesso, também são produzidos socialmente. É socialmente que os grupos interagem, disputam, produzem estratégias, estruturam seus capitais e se discriminam. Deste modo, o sucesso e o fracasso escolar são socialmente determinados (Castro, 2017, p. 2).

Além de enfatizar o papel crucial da sociedade nas trajetórias escolares, a autora evidencia como a relação familiar e suas estratégias exercem um impacto significativo sobre a socialização dos membros mais jovens. Isso se dá por meio das escolhas e decisões tomadas pela própria família. Ao determinar as trajetórias acadêmicas dos filhos, a família realiza suas escolhas, enquanto a escola desempenha a função de conduzir esse percurso, podendo assegurar (ou não) a aprendizagem e a permanência do estudante, colaborando assim para o sucesso ou o fracasso escolar.

Silva e Hasenbalg (2002, *apud* Castro 2017) apresentam três dimensões da estrutura familiar que afetam o desempenho escolar: o capital econômico, o capital

cultural da família e os arranjos familiares. O capital econômico estabelece que, quanto maior a disponibilidade de recursos financeiros, maior será a demanda por educação por parte dos filhos. O capital cultural considera o acesso a diferentes ambientes que favorecem o aprendizado, a valorização da educação e a inclusão dos membros da família nas oportunidades educacionais, enquanto o conceito de arranjo familiar relaciona-se à composição dos indivíduos que constituem a família, a qual pode facilitar ou prejudicar o desenvolvimento escolar. Na ausência de uma dessas dimensões, recai sobre a escola a responsabilidade de promover meios que assegurem o sucesso escolar, independentemente da situação familiar do estudante.

De acordo com Castro (2017), observa-se entre os alunos provenientes de contextos menos favorecidos uma maior defasagem escolar, além de uma alta taxa de ausências nas escolas. No que se refere ao Ensino Médio, os jovens menos privilegiados tendem a possuir baixas expectativas em relação à conclusão dessa etapa, uma vez que essa vivência não está normalmente presente em seu capital cultural ou na experiência familiar. A autora realiza uma pesquisa acerca da conclusão do 3º ano do Ensino Médio por estudantes em condições sociais desfavoráveis, analisando como tais condições podem impactar, mas não definir, o sucesso ou fracasso desses jovens. Entretanto, a reprovação, que ocorre desde o Ensino Fundamental, repercute de maneira direta no futuro do estudante, influenciando suas expectativas e ambições em relação ao mercado de trabalho e à continuidade dos estudos, além de moldar sua postura diante dos desafios que se apresentam. a sua postura diante dos desafios.

Do ponto de vista coletivo, a aprovação é, em grande parte, responsável pelo funil que se verifica ao longo da educação básica: muitos ingressam, mas poucos conseguem concluir de forma adequada, no tempo e idade corretos. Do ponto de vista individual, a reprovação é, no mínimo, desmotivante, não garante o aprendizado, podendo comprometer as expectativas da longevidade escolar. Os alunos que passam por alguma retenção nas etapas anteriores apresentam chances bem menores de concluir o Ensino Médio (Castro, 2017, p.18).

Nesse contexto, a situação familiar exerce um impacto sobre os resultados escolares, embora não os determine de maneira definitiva. Entretanto, a repetência ou retenção escolar acarreta consequências significativas na vida do aluno, tanto no âmbito educacional quanto social.

Os autores Tavares Júnior, Mont'Alvão e Neubert (2015) destacam a relevância da renda familiar nos resultados educacionais, argumentando que quanto maior o poder econômico da família, maior será o investimento em educação destinado aos filhos. Esse investimento, por sua vez, apresenta uma correlação positiva com a probabilidade de sucesso no desenvolvimento escolar. Além disso, os autores destacam a importância do capital cultural e da escolaridade dos pais, os quais influenciam os incentivos oferecidos aos filhos, propiciando um ambiente favorável para o desenvolvimento cognitivo. Essa situação também se reflete na capacidade dos pais de orientar e inserir os filhos em contextos propícios à aprendizagem, o que pode contribuir para o êxito escolar. Essa dinâmica é igualmente corroborada pelo capital social da família, ao proporcionar à criança oportunidades que favorecem o processo de aprendizagem na sociedade.

Ademais, além das condições culturais presentes na família, fatores sociodemográficos, bem como questões de gênero e etnia, exercem impacto significativo na aprendizagem dos sujeitos. A distribuição das oportunidades de escolarização revela-se desigual ao longo do território nacional, abrangendo tanto regiões urbanas quanto rurais. As condições estruturais da família, especialmente no que tange à presença de chefes femininos e ao número de filhos, revelam-se mais relevantes nos anos iniciais da escolarização, embora sua importância diminua ao longo do desenvolvimento do jovem, até a adolescência ou fase adulta. No entanto,

atenção especial deve ser dirigida a dois fatores: a cor apresenta coeficientes crescentes ao longo das transições. Alunos não brancos encontram mais dificuldade, apesar de controlados todos os demais fatores e, principalmente, após a severa seleção efetivada nos anos iniciais (Tavares Júnior; Mont'Alvão; Neubert, 2015, p. 54).

Ainda segundo as pesquisas dos autores,

estudantes brancos e aqueles com renda familiar mais alta têm grandes vantagens de acesso e permanência no Ensino Médio, mesmo controlando-se o efeito de todas as outras variáveis consideradas nos modelos. Por outro lado, confirma-se que as chances de um estudante qualquer chegar ao Ensino Médio são muito maiores em 2013 do que eram em 1999. A seletividade ao longo do Ensino Médio é mais acentuada em relação à cor. Gênero e renda familiar têm efeito relevante, mas declinante ao longo das transições. A idade de ingresso tem efeito relevante sobre as chances de progressão: quanto mais precoce o ingresso (sem defasagem), maiores as chances de sucesso (Tavares Júnior; Mont'Alvão; Neubert, 2015, p. 54).

Nesse contexto, os autores destacam como a influência dos fatores familiares e os fatores externos à condição familiar pode impactar os resultados nos processos de aprendizagem.

Observou-se que apesar da intensa melhoria no acesso, a conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ainda era muito limitada, devido a problemas de fluxo. Reiterou-se que a repetência, e não a evasão, é o principal problema da educação básica (Tavares Júnior; Mont'Alvão; Neubert, 2015, p. 45).

Em síntese, além do investimento em educação proporcionado pela família, a reprovação pode afetar a permanência e a aprovação dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. Conforme Patto (2022) menciona em seus estudos, corroborando com autores citados anteriormente, são diversos os fatores que impactam a vida escolar e social dos jovens. O que se observa em comum é a defesa da importância de projetos políticos efetivos que visem à consideração das desigualdades sociais, econômicas e de acesso, incluindo o direito à aprendizagem escolar. Tais projetos podem influenciar de forma significativa os resultados identificados pelos autores e contribuir para a melhoria dos indicadores nacionais, abrangendo não apenas a esfera educacional. No que tange às oportunidades de trabalho, por exemplo, os autores Nicolella *et al.* (2017) afirmam que há discrepâncias entre as oportunidades de trabalho disponíveis para famílias menos favorecidas. Geralmente, famílias com poder econômico mais restrito conseguem acesso a vagas de menor prestígio.

De acordo com Lahire (1997), a compreensão dos resultados requer a análise de outros contextos, tanto familiares quanto sociais.

De certo modo, podemos dizer que os casos de "fracassos" escolares são casos de solidão dos alunos no universo escolar: muito pouco daquilo que interiorizaram através da estrutura de coexistência familiar lhes possibilita enfrentar as regras do jogo escolar (os tipos de orientação cognitiva, os tipos de práticas de linguagem, os tipos de comportamentos próprios à escola), as formas escolares de relações sociais. Realmente, eles não possuem as disposições, os procedimentos cognitivos e comportamentais que lhes possibilitem responder adequadamente às exigências e injunções escolares, e estão, portanto, sozinhos e como que alheios diante das exigências escolares. Quando voltam para casa, trazem um problema (escolar) que a constelação de pessoas que os cerca não pode ajudá-los a resolver: carregam, sozinhos, problemas insolúveis (Lahire, 1997, p. 19).

Nesse sentido, o autor confirma as conclusões apresentadas pelos autores previamente mencionados nas análises mais recentes, evidenciando como o contexto familiar pode estar diretamente associado às condições de escolarização dos filhos. Lahire (1997) reafirma que o investimento em educação pode gerar maiores ou menores possibilidades de sucesso escolar, propiciando, assim, alterações nas condições sociais dos estudantes.

Nogueira (2005) afirma que as práticas de incentivo e valorização dos estudos variam entre as diferentes famílias, o que pode impactar na influência exercida sobre o sucesso escolar. As transformações ocorridas desde o século XX, que afetaram a relação entre família e escola, influenciaram a percepção do aluno como um sujeito de direitos, levando em consideração suas individualidades, autonomia, interesses e experiências, que devem ser reconhecidos e valorizados.

Na família contemporânea, a concepção de respeito não desapareceu, mas sim alterou o seu significado. Assim, os valores escolares e a perspectiva em relação ao estudante também sofreram modificações, acompanhadas por uma mudança na visão sobre a autoridade familiar, que deve ser fundamentada no diálogo e no respeito mútuo. Os pais assumem a responsabilidade de proporcionar um bem-estar psicológico aos seus filhos, refletindo sobre os erros e acertos de suas práticas educativas, quais sejam um reflexo das ações dos filhos. Sentimentos como orgulho e culpa tornam-se frequentes, fazendo com que esses pais se sintam responsáveis pelo sucesso ou fracasso de seus filhos, tanto na vida escolar quanto na vida profissional. Neste contexto, a escola assume um papel fundamental, especialmente no que diz respeito à formação profissional, uma vez que a transmissão de ocupações de pais para filhos já não ocorre mais da mesma maneira que anteriormente.

Segundo a autora, as relações entre escola e família tornaram-se mais proximais, principalmente em virtude das modificações na estrutura familiar, contextos sociais, culturas e tradições, além do acesso da família à escola e da importância desta para o núcleo familiar. A autora ainda destaca que existem três processos que evidenciam a transformação na relação entre família e escola.

No cotidiano, os canais de comunicação parecem se ampliar para além da tradicional participação nas associações de pais e mestres e da presença em reuniões oficiais com professores. Hoje há projetos pedagógicos, palestras, cursos e jornadas envolvendo os pais; há as «festas da família», a agenda escolar do aluno, os bilhetes, os contatos telefônicos, as conversas na entrada e na saída das aulas e

ainda, segundo Perrenoud (1995), a mais importante das formas de contato: a própria criança, através da qual se dá a maior parte da comunicação. O segundo processo, decorrente do primeiro, mas não completamente redutível a ele, é o de individualização da relação. Como assinala Henriot-Van Zanten (1988), há hoje uma nítida acentuação das interações face a face entre pais e educadores. E, por fim, o terceiro processo – já acima mencionado – refere-se à redefinição dos papéis ou, em outros termos, da divisão do trabalho educativo entre as duas partes. De um lado, a escola não se limita mais às tarefas voltadas para o desenvolvimento intelectual dos alunos, estendendo sua ação aos aspectos corporais, morais, emocionais, do processo de desenvolvimento. De outro, a família passa a reivindicar o direito de intervir no terreno da aprendizagem e das questões de ordem pedagógica e disciplinar. Não há mais uma clara delimitação de fronteiras (Nogueira, 2005, p. 575).

Nesse contexto, observam-se transformações nas configurações familiares e escolares, bem como na relação entre essas duas influentes esferas sociais. As possibilidades de sucesso ou fracasso escolar não podem ser atribuídas exclusivamente a um ou outro fator, mas ambos exercem influências significativas nas potencialidades do indivíduo.

3.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PLANEJAMENTO ESCOLAR

A dinâmica entre professor e aluno tem se modificado ao longo dos anos. Segundo Arroyo (2013), a mera transmissão de conhecimentos tem dado lugar a uma abordagem mais humana, que considera as dimensões sociais e históricas, exigindo uma sensibilidade que não pode ser ignorada no ambiente escolar. Nesse prisma, o autor advoga pela necessidade de uma reavaliação da organização escolar, enfatizando a importância da redução do número de alunos por sala de aula, tendo em vista que os estudantes contemporâneos demandam uma atenção que vai além da simples aquisição de conteúdos. Tal aspecto somente poderá ser viabilizado por meio de uma revisão das políticas educacionais vigentes.

Arroyo (2013) também aponta uma dicotomia entre as funções de educar e formar, ressaltando as especificidades do trabalho docente. A gestão da disciplina no ambiente escolar, frequentemente negligenciada nos cursos de formação, configura-se como uma questão crucial para os educadores. Ao longo das suas práticas, os professores têm aprendido a lidar com as diversas histórias, conflitos e inseguranças que os alunos trazem para a escola. Conforme dito pelo autor, “a identidade

educadora disputa com a identidade docente em tempo completo” (Arroyo, 2013, p. 26). Além disso, Arroyo observa que a avaliação do trabalho docente não contempla a realidade enfrentada pelos educadores, que frequentemente se veem sobrecarregados com questões que muitas vezes parecem ter mais relevância do que o conteúdo em si.

Chegar à escola, às salas de aula, aos processos de ensino-aprendizagem atolados no caos social, marca inevitavelmente o aprender ou rejeitar as interpretações do real que como ensinantes lhes passamos. Marca nossa docência. Diante da precarização do viver dos educandos fica mais exposta a precarização do nosso trabalho (Arroyo, 2013, p. 28).

Portanto, é possível afirmar que os cursos de formação de professores ainda não conseguem abarcar plenamente a realidade escolar, de modo a preparar os educadores de forma eficaz para o exercício de sua profissão. É fundamental que os professores reconheçam seus alunos, compreendam suas realidades, experiências, a fim de que o trabalho em sala de aula e na escola como um todo seja efetivo e contribua para o que muitas vezes é denominado de sucesso escolar. Além de elaborar um planejamento escolar que contemple as habilidades e competências previstas, é imprescindível que os educadores desenvolvam uma compreensão aprofundada sobre a importância de identificar quem são seus alunos e as especificidades que cada um traz para o ambiente educacional.

Em 1950, o Brasil ainda se confrontava com o desafio de garantir uma educação pública de qualidade, acessível a todos, incluindo os habitantes das periferias urbanas. Entre as décadas de 1970 e 1980, houve uma ampliação no acesso à educação. No entanto, a pobreza começou a se manifestar nas instituições de ensino, refletindo-se no interesse dos alunos e de suas famílias, não apenas em relação ao acesso à educação, mas também no que tange à alimentação escolar. A revisão do currículo, da formação docente e do sistema educacional se tornava imperativa para atender essa nova clientela.

A não adaptação dos currículos, das didáticas, dos tempos e dos parâmetros de avaliação teriam levado aos altos índices de reprovação, evasão, defasagem que tanto aumentaram com a chegada dos pobres. Esses índices, que vão crescendo na medida em que o número de alunos pobres vai aumentando, seriam um indicador inequívoco dessa postura insensível, desse ignorar a especificidade dos coletivos populares que foram chegando e sendo reprovados, defasados, por tratar todos com os mesmos parâmetros de medida, ignorando suas diferenças (Arroyo, 2013, p. 159).

O currículo escolar orienta integralmente o trabalho das instituições de ensino, estabelecendo a carga horária, as habilidades, as competências a serem desenvolvidas. Conforme destaca Arroyo (2013), o currículo é tanto um elemento estruturante quanto um reflexo das questões políticas, ao determinar o que é considerado competência da escola e ao prever a avaliação do que é ensinado. Nesse sentido, uma revisão dos currículos, do sistema educacional e da forma como a educação é implementada nas escolas públicas se torna evidente.

A evasão e a reprovação desses alunos “novatos” evidenciam as disparidades relacionadas à cor, raça e condição social. Muitas vezes, esses novos sujeitos foram percebidos como um problema de aprendizagem, apresentados como inferiores. “O sistema escolar tem uma dívida social a pagar por ter reforçado a imagem cruel, inferiorizante dos pobres porque seriam pobres mentais, por ter “reforçado a injustiça social com a injustiça cognitiva” (Arroyo, 2013, p.160). Adicionalmente, segundo o autor, após a integração desse novo público na escola, os currículos tornaram-se mais rígidos, com a justificativa de não comprometer a qualidade do ensino.

Diante dos 97% de acesso ao ensino, a cruzada salvadora se concentra na qualidade da escola pública frente à massa desqualificada que chega ameaçadora; diante da pressão por ações afirmativas e por políticas aflora o medo e a suspeita de que o acesso dos jovens negros, pardos ameace a nobre qualidade do conhecimento superior. Pesquisas são encomendadas para conferir se os cotistas negros, pardos tem o mesmo rendimento mental a ponto de não rebaixar a qualidade do nível superior (Arroyo, 2013, p. 161).

Conforme afirma Arroyo (2013), o conhecimento por sua natureza libertadora, deveria ser devidamente valorizado, assim como os profissionais da educação. Contudo, principalmente no que tange ao aluno oriundo de camadas populares, o paradigma educacional visado é aquele que se fundamenta nas exigências do mercado de trabalho e na empregabilidade. “Este atrelamento entre currículos, competências, habilidades supostamente demandadas pelo mercado passam a conformar o que privilegiar, ensinar, avaliar, hierarquizar, esquecer, secundarizar nos currículos” (Arroyo, 2013, p. 103). Neste contexto, a função do docente se transforma em preparar os educandos para essas situações futuras, em detrimento da formação cidadã, “seremos vistos no mesmo olhar com que são vistos os alunos populares, como mercadoria” (p. 103). O currículo escolar, portanto, orienta as atividades desenvolvidas na instituição de ensino, e as políticas de avaliação pautadas em

competências reforçam a formação voltada à empregabilidade. Assim, essa concepção altera a função do educador, que, ao invés de desenvolver conhecimentos, passa a assumir o papel de preparador para o mercado de trabalho.

O chamado conhecimento escolar se define fora do escolar em função desses padrões de mercado segregadores, racistas, segmentados, que reduzem o trabalhador a mercadoria descartável. Se esse padrão e as relações sociais de trabalho são tão determinantes dos currículos e da docência, do ordenamento e das estruturas do sistema escolar, a valorização – desvalorização do nosso trabalho e nossa desvalorização como trabalhadores passam a estar mais atreladas a essa visão. Perde sentido lutar por nossa valorização e prestar-nos a ser treinadores de alunos empregáveis (Arroyo, 2013, p. 105).

Ainda conforme Arroyo (2013), nos cursos de formação de professores, é imperativo que sejam abordados temas relacionados à formação para o trabalho e às realidades do mundo do trabalho. Um conhecimento profundo sobre esses aspectos poderia propiciar uma adaptação mais eficaz dos currículos às necessidades da sala de aula. Quando os docentes avaliam e classificam os alunos, ao mesmo tempo em que são também avaliados e classificados, encontram-se em um paradoxo que vai de encontro à valorização de sua prática. A preparação voltada para o “saber sobre”, em detrimento do “saber para”, precisa ser destacada na formação dos educandos.

A valorização e a desvalorização do docente, segundo o autor, estão claramente associadas aos coletivos populares, que são desconsiderados pela tradição política. Arroyo (2013) ressalta, ainda, que a compreensão do que é popular, incluindo suas histórias, culturas e tradições, deve ser valorizada para que a própria escola pública também receba o devido reconhecimento. Para que ocorra uma transformação efetiva, as escolas públicas precisam ser mais estruturadas e os sujeitos que nelas se inserem devem igualmente ser valorizados.

Não apenas nos desenhos curriculares e no material didático de educação básica estão ausentes, também nos desenhos dos currículos de licenciatura e de pedagogia, os mestres e os alunos estão ausentes como sujeitos. Onde ambos aparecem mostrando sua inegável existência são nas avaliações. Nesse ritual aparecem presentes não como sujeitos de histórias, identidades, mas como respondentes de questões, como aprovados e, sobretudo, reprovados, dominando ou não os resultados esperados. Um dos rostos mais destacados dos alunos em índices e pesquisas é dos milhões de reprovados.

Os mestres também aparecem presentes nos rituais de avaliação, responsabilizados pelos resultados dos seus alunos, merecedores ou não de prêmios, bônus, julgados como qualificados ou

desqualificados, responsáveis, assíduos ou irresponsáveis. Somente nesse ritual de avaliação-aprovação-reprovação importa quem falou nas aulas e quem escutou, quem ensinou e quem aprendeu. Sobretudo, aparecem pichados de brincarem de ensinar e de aprender como escutamos na mídia e de gestores.

Nos resultados das avaliações importa quem não fala, quem não acerta, quem falou mal, não ensinou. Os sujeitos importam para condená-los (Arroyo, 2013, p. 54).

Dessa forma, nas deliberações relacionadas às políticas, metodologias, currículos, entre outras decisões que influenciam o cotidiano da escola, a inclusão dos agentes escolares frequentemente é ignorada. No entanto, para que sejam obtidos resultados nas avaliações, tal envolvimento é considerado relevante sob a perspectiva da responsabilização.

Reconhecer os sujeitos em suas vivências, particularidades, histórias e contextos – não apenas dos alunos, mas também dos professores – sem tratar a todos como iguais, continua a ser uma área de aprimoramento, segundo o mesmo autor. A identificação dos sujeitos se torna especialmente evidente nas divulgações dos resultados das avaliações, ao se realizar comparações entre escolas públicas e privadas, alunos negros ou pardos e brancos, e entre os gêneros masculino e feminino. “Os educandos nunca foram esquecidos nas propostas curriculares, a questão é com que olhar foram e são vistos” (Arroyo, 2013, p. 102).

Dourado (2001) caracteriza a função docente como de baixo prestígio, evidenciando a inadequação dos salários e a insuficiência na formação dos profissionais da educação, além de apontar para a precariedade das condições de trabalho. Torres (1996, *apud* Dourado, 2001) afirma que os cursos de formação docente desconsideram as experiências e o conhecimento prévio dos alunos; por conseguinte, tornam-se ineficazes. Ademais, ao ignorar o contexto da realidade docente, incluindo as condições de trabalho, os salários e as lacunas nos planos de carreira, o tempo disponível e a carga horária exigida em diversas instituições, bem como a exclusão da participação dos educadores nas decisões relevantes sobre mudanças no âmbito educacional, essa categoria profissional acaba desvalorizada.

Arroyo (2013) considera a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo escolar e a importância de reconhecer o valor de cada um deles. “Cada dia chegam às escolas, às salas de aula mais do que alunos(as). Chegam experiências sociais, raciais, que antes não chegavam. São novas? Exigem conhecimento” (Arroyo, 2013, p. 158). Os professores, enquanto alunos, deveriam ser reconhecidos como sujeitos

do conhecimento, possuindo particularidades, vivências e expectativas. Quando tal reconhecimento ocorre, a formação acadêmica tende a estimular que os docentes repliquem essas práticas em sua atuação pedagógica. No entanto, destacam-se grandes lacunas nos cursos de formação, refletidas no cotidiano das escolas públicas, especialmente no que diz respeito ao Ensino Médio, onde adolescentes se mostram carentes de atenção e de diálogos sobre diversos temas, além do conteúdo programático, desejando alguém que os compreenda e que lhes ofereça uma aprendizagem que transcenda o mero aspecto formativo.

Diante dos estudos dos autores mencionados, evidencia-se a necessidade de uma revisão nos programas de formação de professores, aliada à reestruturação das carreiras e salários, à promoção de condições de trabalho dignas e à valorização do magistério. O autor Nóvoa destaca que “formar professores como profissionais é formar para a pluralidade destas dimensões” (Nóvoa, 2024, p. 3). Nesse contexto, Nóvoa (2024) defende que a formação de professores é fundamental para a construção de um cenário mais favorável à educação.

A formação de um profissional não se limita à aquisição de determinados conhecimentos ou competências, implica vivências, interações, dinâmicas de socialização, a apropriação de uma cultura e de um ethos profissional. É uma realidade complexa que exige um trabalho em comum entre formandos e formadores, entre os estudantes que frequentam cursos de formação de professores e os professores da educação básica em exercício nas escolas (Nóvoa, 2024, p. 9).

Com essa mudança, os docentes sentirão uma valorização mais significativa e poderão dedicar-se de maneira mais eficaz à sua instituição de ensino, elaborando planejamentos mais robustos e investindo esforços no reconhecimento individual de cada aluno. Isso inclui a identificação das melhores estratégias de ensino e avaliação, levando em consideração os contextos e o envolvimento dos estudantes, além de fomentar o desempenho acadêmico, contribuindo assim para a melhoria dos resultados de aprendizagem. Cumpre destacar que uma profissão não se define, em sua essência, pelo seu caráter prático, mas, sobretudo, por suas dimensões teóricas, culturais, simbólicas, sociais e políticas.

3.4 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Nesta seção, será apresentada a metodologia e os instrumentos de pesquisa utilizados para a realização deste trabalho. Além disso, serão discutidos os principais conceitos relacionados à pesquisa de campo qualitativa, conforme abordado pelos autores Dalfovo, Lana e Silveira (2008), Minayo (1994) e André e Ludke (1986).

De acordo com Dalfovo, Lana e Silveira (2008), a definição de um problema é fundamental para a realização de uma pesquisa científica. O pesquisador deve, adicionalmente, delimitar uma amostra que levará em consideração as variáveis e particularidades pertinentes ao seu estudo. A aplicação de questionários e entrevistas, organizada por meio de variáveis de resposta apresentadas em tabelas e gráficos, caracteriza a pesquisa como quantitativa.

No que se refere à pesquisa qualitativa, Cassel e Symon (1994, *apud* Dalfovo; Lana; Silveira, 2008) afirmam que essa modalidade prioriza a valorização da subjetividade e da interpretação dos próprios sujeitos da pesquisa, permitindo uma compreensão mais profunda do contexto, dos sujeitos envolvidos, bem como de seus comportamentos e experiências. Assim, a pesquisa qualitativa não se coloca em oposição à pesquisa quantitativa; pelo contrário, ambas se complementam. Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa proporciona uma compreensão mais abrangente de grupos ou contextos específicos, enquanto a pesquisa quantitativa oferece contribuições mais objetivas para a definição de um problema.

A pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho teve início com a definição do problema: a reprovação no Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira. Realizou-se o levantamento de dados sobre o Ensino Médio no Brasil, com foco em Minas Gerais e na referida escola, com o objetivo de identificar as ações que a gestão escolar pode implementar para melhorar os indicadores de aprovação e permanência dos alunos.

No decorrer do capítulo 2, foram apresentadas informações coletadas por Bassi, Codes e Araújo, na nota técnica nº 41 de 2017 do IPEA. Em 1991, aproximadamente 44,9% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos estavam fora da escola, enquanto apenas 15,7% estavam matriculados no Ensino Médio. Em 2010, essa situação sofreu uma inversão significativa: 16,7% da população nessa faixa etária estava fora da escola, enquanto 47,3% estavam cursando o Ensino Médio (Bassi; Codes; Araújo, 2017). Apesar da ampliação do acesso, a qualidade da

aprendizagem, medida pelos índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ainda requer atenção especial.

Entre os anos de 2005 e 2015, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica apresentaram um avanço modesto: apenas três décimos em uma década. A Meta 7 do Plano Nacional de Educação previa, para 2021, a obtenção de uma média de 5,2 pontos no IDEB do Ensino Médio no Brasil; no entanto, o índice alcançado foi de 4,2, com apenas 3,9 nas instituições públicas (Brasil, 2022). O estado de Minas Gerais registrou 4,0 pontos no IDEB na esfera pública estadual no mesmo ano.

Em relação às reformas implementadas no Ensino Médio, foram realizadas análises das modificações que ocorreram nos últimos anos. Em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 tornou obrigatória a escolarização da população na faixa etária de 15 a 17 anos. A Medida Provisória nº 746, de 2016, promoveu alterações na LDB e ampliou a carga horária destinada ao Ensino Médio. A transição gradual de 800 horas para 1.400 horas anuais reestruturou o Ensino Médio, com o intuito de torná-lo mais atrativo para os estudantes, por meio da adoção de um ensino segmentado por áreas de conhecimento e itinerários formativos.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica (Brasil, 2021) disponibiliza dados consolidados referentes à educação nos últimos anos. No ano de 2021, 94,5% dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos encontravam-se matriculados em instituições de ensino. Desde 2012, observa-se um crescimento na demanda por matrículas, que passou de 61% em 2012 para 75,4% em 2020.

No que tange à situação socioeconômica, o Anuário revela que 70,5% dos jovens oriundos dos domicílios mais empobrecidos têm acesso ao Ensino Médio. Embora essa porcentagem tenha apresentado um crescimento desde 2012, apenas 69,4% dos alunos matriculados na faixa etária de 19 anos concluíram o Ensino Médio.

Acerca das avaliações nacionais em larga escala, os índices de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, medidos pelo SAEB, indicam um leve aumento. Em 2019, os resultados para Língua Portuguesa no Ensino Médio mostraram que 24,5% dos alunos apresentaram aprendizado adequado. Em Matemática, para a mesma série, o percentual de alunos com aprendizagem adequada atingiu apenas 10,3% nesse mesmo ano. Ao longo de 12 anos de avaliação, o desempenho matemático adequado registrou um crescimento inferior a 1%. Essa realidade de baixo progresso em Matemática também se reflete no estado de Minas Gerais, que apresenta índices

ainda mais preocupantes: em 2007, a taxa de aprendizado adequado foi de 13,9%, enquanto em 2019 esse indicador mostrou apenas 13,2% de alunos com aprendizagem adequada em Matemática, conforme os resultados das avaliações em larga escala.

A reestruturação do Ensino Médio no estado de Minas Gerais foi estabelecida a partir da publicação da Resolução SEE nº 4.657, de 2021. Este documento fundamentou-se na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, com a finalidade de ampliar progressivamente a carga horária destinada ao Ensino Médio.

A Escola Estadual Delfim Moreira conta, anualmente, com uma média de 640 alunos matriculados no Ensino Médio. Com o intuito de evidenciar a situação do Ensino Médio na instituição objeto da presente pesquisa, foram analisadas as taxas de aprovação, reprovação e abandono entre os anos de 2016 e 2023, destacando-se uma diminuição nas taxas de reprovação e declínio no número de abandonos no período pós-pandemia (2021). Em 2022, a taxa de transferências para o Ensino Médio correspondeu a 28% do total de alunos matriculados. Relativamente às taxas de reprovação em 2022, o maior índice foi observado no 1º ano do Ensino Médio, alcançando 38% do total de alunos matriculados, enquanto no 3º ano, a taxa de reprovação foi de 34%. Já em 2023, com a introdução do Ensino Médio em Tempo Integral, a soma das taxas de reprovação e abandono chegou a 20% para essa modalidade.

Entre os anos de 2017 e 2019, as taxas de aprovação permaneceram inferiores a 66%. No ano de 2022, a média de alunos aprovados foi de 68%. Em 2023, registrou-se um total de 837 matrículas, predominando os turnos matutino e integral. Neste mesmo ano, a escola apresentou uma média de 31 alunos por turma na escola.

Foi realizado um levantamento da legislação e das reformas previstas, assim como dos principais indicadores do Ensino Médio no Brasil, em Minas Gerais e na escola objeto de estudo. Ademais, foram identificados os principais autores que tratam do tema relacionado ao fluxo escolar, os quais foram utilizados na elaboração da primeira parte do terceiro capítulo deste trabalho.

Patto (2022) oferece uma análise histórica acerca da construção da escola pública e do movimento direcionado ao acesso das camadas populares a essa instituição, abordando seu contexto e fragilidades. Os autores Nicolella *et al.* (2017) examinaram os resultados referentes à reprovação, aprovação, evasão e abandono, evidenciando, por meio de suas investigações no estado de Minas Gerais, como a

reprovação pode impactar a permanência do estudante na escola e quais fatores influenciam essa permanência e reprovação. Luck (2015) avaliou as políticas públicas voltadas à educação, com especial atenção à gestão escolar, enfatizando a necessidade de melhorias na educação para o desenvolvimento do Brasil. Castro (2017) destacou a importância do envolvimento familiar no desenvolvimento do educando e como tal investimento pode impactar a sociedade.

Os autores Tavares Júnior, Mont'Alvão e Neubert (2015) demonstraram como a renda familiar e o capital cultural, bem como o nível de escolarização dos pais, podem afetar os resultados educacionais. Além disso, os autores buscaram evidenciar de que maneira os fatores sociodemográficos, de gênero e cor se manifestam na análise dos resultados. Arroyo (2013) sublinha a relevância da formação docente para a atuação em sala de aula. Por sua vez, Dourado (2001) identificou os principais desafios enfrentados pelos docentes, especialmente no que se refere à baixa valorização em termos de salário, carreira e reconhecimento do conhecimento.

Este estudo adotou uma abordagem metodológica mista, integrando aspectos qualitativos e quantitativos, o que possibilitou uma análise aprofundada do tema em questão. Para tanto, foram coletados dados referentes ao Ensino Médio no Brasil, especificamente em Minas Gerais e na escola objeto da pesquisa. A coleta de dados em campo foi realizada por meio da aplicação de questionários aos alunos e da condução de entrevistas semiestruturadas com os colaboradores da instituição. Adicionalmente, foram elaborados gráficos e tabelas com o intuito de facilitar a compreensão dos problemas identificados e propor possíveis soluções viáveis para a gestão escolar.

Com o objetivo de evidenciar a percepção da comunidade escolar em relação ao impacto da gestão escolar, à participação da família e à formação e atuação dos docentes nos desempenhos acadêmicos, a pesquisa em campo foi conduzida por meio da aplicação de um questionário online destinado aos alunos do Ensino Médio com idade superior a 18 anos, além de entrevistas semiestruturadas com integrantes da gestão escolar, supervisão pedagógica e professores de diversas áreas de conhecimento do Ensino Médio. Justifica-se a inclusão de alunos maiores de 18 anos na pesquisa em decorrência da possibilidade de assinatura do termo de consentimento, permitindo que eles participem da pesquisa sem a necessidade de autorização de um responsável.

No ano de 2024, a escola contou com seis turmas de 3º ano do Ensino Médio Regular no turno matutino, oito turmas de Ensino Médio em Tempo Integral e três turmas de Ensino Médio Regular no período noturno. O questionário destinado aos alunos, cujo modelo se encontra disponível no Apêndice D, foi elaborado através da plataforma Google Formulários.

Para assegurar uma ampla divulgação e adesão à pesquisa, a pesquisadora visitou todas as salas de aula nos turnos matutino e noturno, convidando os estudantes a participarem do estudo. Durante essas visitas, foi disponibilizado um QR Code nos quadros das salas a fim de facilitar o acesso ao questionário. Ademais, o link para o formulário foi compartilhado nos grupos de WhatsApp dos representantes de turma. A pesquisa foi planejada com a expectativa de que, no mínimo, 60 estudantes respondessem ao questionário, considerando as sete turmas do 3º ano do Ensino Médio regular oferecidas pela escola. Nas turmas de 3º ano, no final do ano letivo, grande parte dos alunos são maiores de 18 anos, enquanto nas turmas de 1º e 2º ano, os alunos possuem entre 14, 15 e 16 anos.

O questionário esteve disponível exclusivamente em formato online e pôde ser respondido no período compreendido entre 22 de novembro e 15 de dezembro de 2024. No início do formulário, os estudantes foram instruídos a confirmar sua idade e a manifestar concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Apenas após essa etapa, os alunos tiveram acesso às questões da pesquisa. Ao todo, 33 alunos manifestaram interesse em participar; no entanto, cinco deles não puderam inserir suas respostas por serem menores de 18 anos. Assim, o perfil delineado baseou-se nas respostas de 28 estudantes, o que corresponde a uma média de 5% dos alunos do ensino médio e 11% do total matriculado no 3º ano do Ensino Médio (geralmente maiores de 18 anos).

André e Ludke (1986) afirmam que a entrevista constitui o principal instrumento de pesquisa nas Ciências Sociais, pois possibilita a análise não apenas das respostas fornecidas, mas também do contexto, da postura e das ações dos sujeitos. De acordo com os mesmos autores (André; Ludke, 1986), “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (p. 34). Nesse contexto, com o intuito de identificar a percepção dos professores e da gestão escolar, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas. Elas incluíram uma entrevista com a diretora e com uma vice-diretora, conforme o

roteiro descrito no Apêndice A; além de seis professores, sendo um da área de Ciências Humanas, um da área de Ciências da Natureza, dois da área de Matemática e dois de Língua Portuguesa, conforme o roteiro apresentado no Apêndice B; e dois supervisores pedagógicos, segundo o roteiro disponível no Apêndice C. Todos os entrevistados exercem funções no Ensino Médio em Tempo Integral ou em turmas regulares do Ensino Médio.

As respostas às perguntas 1, 2 e 3 dos Apêndices A, B e C, relacionadas à experiência e trajetória profissional, revelaram que todos os professores e gestores são servidores efetivos com mais de cinco anos de atuação na escola. Os dois supervisores mencionados têm um tempo de serviço inferior na instituição, sendo um servidor efetivo nomeado em 2023 e outro contratado para o ano de 2024. Dentre os 10 entrevistados, nove possuem formação em pós-graduação, sendo dois deles mestres e um doutor. Além disso, dois servidores têm sua aposentadoria prevista para os anos de 2025 e 2026.

Todas as entrevistas foram conduzidas de maneira presencial, com agendamento prévio. Os encontros ocorreram em diversos ambientes da escola, como a biblioteca, a sala de supervisão pedagógica, a sala da direção e em salas de aula, de acordo com a disponibilidade dos servidores e dos locais. As entrevistas transcorreram de forma tranquila e sem interrupções, criando um ambiente propício para a coleta de dados.

Os entrevistados mostraram-se à vontade durante as conversas, que tiveram duração variando entre 7 e 40 minutos. As entrevistas de menor duração foram realizadas com os professores de Matemática e Língua Portuguesa, enquanto as mais longas foram conduzidas com o professor de Ciências Humanas e o supervisor do Ensino Médio em Tempo Integral. Todos os participantes expressaram sua concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início das entrevistas e consentiram com a gravação do áudio. Na análise da pesquisa, os servidores serão identificados de acordo com suas áreas de atuação.

Após a conclusão da pesquisa de campo, foram analisadas as respostas dos sujeitos envolvidos, com o propósito de estabelecer uma conexão entre os resultados obtidos e as referências bibliográficas, identificando as validações ou confrontos em relação às hipóteses formuladas para este trabalho.

De acordo com Minayo (1994), ao proceder com a tipificação dos dados, o pesquisador deve agir com cautela, a fim de evitar interpretações apressadas, além

de observar atentamente todos os argumentos e afirmações que possam tanto contribuir quanto contrabalançar as declarações dos sujeitos da pesquisa. Uma vez realizada a organização dos dados e identificada “o sentido do que foi relatado”, o pesquisador pode se distanciar das falas dos entrevistados e efetuar sua análise, exercendo o ato de interpretação. A garantia da fidedignidade da interpretação em relação à pesquisa se concretiza quando o pesquisador é capaz de considerar os sujeitos pesquisados como co-leitores de sua investigação, compartilhando suas análises. Ademais, o pesquisador deve apresentar as dificuldades enfrentadas na realização das análises e na pesquisa em seus relatórios.

Com o desenvolvimento das entrevistas e questionários, bem como a coleta dos resultados obtidos, este estudo visa identificar quais ações a gestão escolar pode implementar de modo a contribuir para a redução das taxas de reprovação e abandono, bem como das transferências escolares. A formação docente, a participação da família e o trabalho interno da instituição de ensino podem, de fato, influenciar positivamente os resultados. O Plano de Ação Educacional (PAE) a ser elaborado terá como propósito propor ações viáveis para a gestão escolar, visando à diminuição da reprovação e do abandono de alunos do Ensino Médio, ao mesmo tempo que se busca fortalecer a permanência e a aprovação escolar.

3.4.1 A percepção da escola por alunos e servidores

Esta seção tem o propósito de analisar as informações obtidas por meio do desenvolvimento da pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Delfim Moreira. Serão apresentados os dados coletados por meio do questionário online aplicado aos estudantes do Ensino Médio da referida instituição, assim como as informações concernentes às entrevistas semiestruturadas realizadas com os servidores da escola. O foco da análise recai sobre aspectos relacionados à permanência e conclusão do Ensino Médio pelos alunos dessa etapa educacional.

Com base nos dados coletados, esta pesquisa visa compreender as percepções dos participantes acerca dos fatores que influenciam a aprovação e a permanência dos estudantes no Ensino Médio. Além disso, busca investigar as opiniões sobre o Novo Ensino Médio e o modelo de Ensino Médio em Tempo Integral, analisando de que forma a articulação entre a gestão escolar, os professores e a

supervisão pedagógica pode contribuir para o sucesso acadêmico e a permanência dos estudantes na instituição.

Os resultados obtidos serão interpretados à luz das contribuições teóricas apresentadas no Capítulo 3, o qual discute a gestão escolar, a formação dos professores e a participação da família, além das estratégias voltadas para a melhoria da qualidade educacional, permitindo uma análise que articula teoria e prática de maneira coerente.

3.4.2 Aprovação e permanência

Para a análise dos indicadores de aprovação e permanência, foram levantados dados sobre idade, deslocamento, reprovação e objetivos futuros, os quais foram incluídos nos questionários respondidos pelos estudantes, bem como nas questões abordadas nas entrevistas realizadas com os servidores da escola.

A Tabela 11 apresenta a idade dos alunos participantes da pesquisa. A maioria dos alunos participantes do questionário possui 18 anos, enquanto 14% têm 19 anos e 7% são maiores de 20 anos.

Tabela 11 – Idade dos alunos participantes da pesquisa

Idade	Total de alunos participantes	Percentual de alunos participantes
18 anos	22	78,5
19 anos	4	14,3
20 anos ou mais	2	7,2

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A Tabela 12 apresenta a distribuição dos participantes da pesquisa de acordo com o ano e o turno de escolaridade. A maior parte dos participantes está matriculada no 3º ano do Ensino Médio regular.

A tabela apresenta que 50% dos respondentes são alunos do 3º ano do Ensino Médio no período matutino, enquanto 28% (8 alunos) pertencem ao 3º ano regular noturno. Além disso, 18% (5 alunos) estão matriculados no 2º ano regular noturno e apenas 3% (1 aluno) é do Ensino Médio em Tempo Integral.

Tabela 12 – Turno de escolaridade dos alunos participantes da pesquisa

Turno	Ano de escolaridade	Percentual de alunos participantes
Manhã	3º ano do Ensino Médio Regular	50,0
Manhã	2º ano do Ensino Médio em Tempo Integral	3,0
Noite	3º ano do Ensino Médio Regular	28,0
Noite	2º ano do Ensino Médio Regular	18,0

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

No que diz respeito ao deslocamento dos estudantes, como indicado nas questões 5 e 6 do Apêndice D, 20 dos 28 alunos se deslocam através de transporte coletivo, enquanto sete caminham até a escola. Apenas um aluno utiliza transporte próprio, sendo este matriculado no 2º ano regular noturno. Em relação ao tempo de deslocamento até a escola, a maioria dos alunos leva entre 15 e 30 minutos para chegar ao local.

Em resposta aos itens 7 e 8 do Apêndice D, que abordam a questão da reprovação escolar, mais da metade dos alunos que responderam ao questionário relatou já ter sido reprovado em alguma série. Entre os 15 estudantes que confirmaram essa informação, 11 reprovações ocorreram durante o Ensino Fundamental.

Realizando uma análise comparativa entre os dados obtidos na pesquisa de campo e as considerações dos autores estudados, Jimerson (2001 *apud* Nicolella *et al.*, 2017) evidencia que “quase 80% dos alunos que abandonam em um momento, já repetiram o ano escolar em outro, e que a repetência aumenta de 20% a 50% a chance de um abandono futuro”. De forma similar, Karweit (1991 *apud* Nicolella *et al.*, 2017) ressalta que “tanto a promoção social como a retenção têm se mostrado por si só pouco efetivas para dar instrução apropriada para os estudantes de baixo desempenho e maior risco”. Assim, pode-se concluir que a diversidade de oportunidades oferecidas aos estudantes, em consonância com suas realidades individuais, familiares e sociais, exerce uma influência direta nos processos educacionais, especialmente no que se refere à permanência e à aprovação no ambiente escolar.

Ao analisar as respostas relativas aos itens 9 e 10 do Apêndice D, que indagam se o estudante conhece alguém que tenha interrompido os estudos e quais as

justificativas para tal ação, observou-se que 80% dos entrevistados afirmaram conhecer alguém que abandonou os estudos, sendo que 95% das justificativas para o abandono escolar estão associadas à necessidade de trabalho. Entre as respostas, apenas um indivíduo interrompeu os estudos por falta de interesse. Os dados apresentados vão ao encontro das análises de Nicolella *et al.* (2017), em um estudo realizado sobre o fracasso e sucesso escolar em Minas Gerais, no qual os autores identificam uma maior dificuldade de retorno aos estudos quando o estudante se compromete com o trabalho formalizado. As pesquisas conduzidas por esses autores revelaram que “apenas um fator apresentou-se capaz de contribuir de forma negativa ao retorno do aluno à escola: trabalhar com a carteira assinada” (Nicolella *et al.*, 2017, p. 28). Contudo, no que diz respeito à conclusão do Ensino Médio, abordada na questão 11 do Apêndice D, todos os estudantes entrevistados manifestaram interesse em concluir essa etapa de escolarização.

Em relação aos objetivos futuros, ao analisar as respostas aos itens 11 e 12 do Apêndice D, verifica-se que a maioria dos respondentes deseja dar continuidade aos estudos, sendo 57% interessados em realizar um curso superior, 18% em um curso técnico, 14% em ingressar no mercado de trabalho e 10% em realizar outra atividade. Ademais, considerando os autores Nicolella *et al.* (2017), observa-se que os alunos matriculados em escolas públicas apresentam experiências e condições distintas, o que se reflete na rotina educacional dos profissionais de ensino, bem como na diversidade das respostas ao questionário aplicado aos estudantes. Rumberger e Lim (2008, *apud* Nicolella *et al.*, 2017) classificam os fatores que influenciam o abandono e o desempenho em categorias para melhor entendimento.

Nas características individuais mostram-se importantes na explicação do abandono o desempenho educacional e sua trajetória, o comportamento e as atitudes, as características demográficas e suas experiências prévias. Com relação aos aspectos familiares, três mostram-se importantes: a estrutura e as mudanças nessa estrutura familiar, as características econômicas e o acompanhamento dos pais ou capital social. No que diz respeito às características escolares, a composição dos estudantes da escola, os recursos escolares, as políticas e práticas da escola e outras características estruturais mostram-se correlacionados ao abandono apesar de pouca evidência robusta favorável. Entretanto, pequenas classes de alunos e o clima escolar mostram-se importantes. Por fim, as características da comunidade na qual está inserido, como níveis de pobreza ou riqueza, exercem um papel importante na decisão de abandonar a escola (Nicolella *et al.*, 2017, p. 16).

A Escola Estadual Delfim Moreira encontra-se situada na região central da cidade e atende a um público estudantil oriundo de diferentes áreas urbanas. Essa diversidade geográfica resulta em uma variedade de realidades, experiências e contextos sociais e financeiros entre os alunos, o que, por sua vez, proporciona uma pluralidade de perspectivas futuras.

Conforme afirmado por diversos autores, famílias em situações financeiras desfavoráveis frequentemente encorajam os jovens a aceitarem qualquer emprego, mesmo que estes ofereçam baixa remuneração e prestígio. Tais atividades, no entanto, são consideradas essenciais para contribuir com a renda familiar ou complementá-la. Esse cenário pode induzir ao abandono escolar precoce ou à transferência dos alunos para o turno noturno. Além disso, diante das dificuldades enfrentadas no ambiente escolar, muitos jovens acabam por se sentir mais atraídos pelo trabalho do que pelas atividades escolares, especialmente quando suas famílias não conferem elevada importância à educação ou expressam ceticismo quanto à possibilidade de ascensão social por meio dos estudos.

Parte dos jovens, provavelmente devido ao seu capital cultural, se sente abalada por não conseguir vislumbrar sentido no que estuda e, ainda pior, sente negados os seus valores culturais pela escola, resultando num descolamento de seus interesses para fora das instituições tradicionais (Bourdieu, 1998, *apud* Nicolella et al., 2017).

No que diz respeito à frequência às aulas, em resposta às questões 13 e 14 do Apêndice D, 86% dos entrevistados relataram que são frequentes ou muito frequentes nas aulas, e a razão mais citada para as ausências foi a necessidade de trabalhar. As entrevistas realizadas demonstram que o acompanhamento da frequência dos alunos é feito de maneira sistemática e diária, sendo o docente o principal responsável por esse monitoramento. Em casos de faltas consecutivas ou ausências frequentes e alternadas, as informações são encaminhadas à supervisão escolar, que inicia uma busca ativa pelo aluno. Este processo envolve o contato direto com a família, com o intuito de identificar as razões para a ausência e promover o retorno do estudante à escola. Segundo Nicolella *et al.* (2017), em Minas Gerais, os principais fatores que comprometem a frequência escolar são “a dificuldade em conciliar trabalho com os estudos, gravidez na adolescência, problemas familiares, o excesso de disciplinas, a falta de interesse, a defasagem idade/série” (Nicolella et al., 2017, p. 18).

Ao realizar uma análise comparativa das entrevistas com os servidores, em função das respostas às perguntas 4, 5 e 6 dos Apêndices A, B e C, observou-se que há um alinhamento nas ações dos professores, da supervisão e da gestão escolar no que tange ao monitoramento da frequência. Os casos mais recorrentes de ausência estão associados a questões de saúde, compromissos com o serviço militar ou demandas profissionais.

No ensino médio, a gente percebe que existem algumas desistências porque eles começam com a necessidade de trabalhar. Então, quando eles começam a trabalhar, na parte da manhã, eles tendem a passar para a noite para conseguir trabalhar. Então, às vezes, a gente tem um pouco de evasão em função das questões de trabalho mesmo (Entrevista com a Supervisora Escolar do Ensino Médio Regular, 26 de novembro de 2024).

A declaração da supervisora vai de encontro à afirmação dos alunos, de que o trabalho é a principal justificativa para o abandono ou remanejamento escolar. Durante os Conselhos de Classe, que ocorrem bimestralmente, são discutidas estratégias para estimular a participação dos alunos e assegurar sua permanência na escola. Os alunos com alta taxa de faltas são identificados e estratégias são discutidas a fim de possibilitar seu retorno às aulas. A supervisora complementa:

Então, a gente até tenta, mas a justificativa no nosso caso, como é uma escola central, às vezes eles pedem transferência para cá porque fica perto de alguma coisa, né? A gente não tem muitos alunos que moram nessa região. A gente tem muitos alunos de bairros. Então, às vezes a evasão acontece também por causa disso, né? Distâncias, às vezes eles justificam, “ah, estava faltando porque eu não tinha passagem hoje”. Às vezes eles vêm aproveitando a passagem que eles ganham do curso técnico ou do trabalho que eles fazem, às vezes em meio período. Então, é muito atrelado a isso também (Entrevista com a Supervisora Escolar do Ensino Médio Regular, 26 de novembro de 2024).

No estado de Minas Gerais, o processo de Busca Ativa foi intensificado por meio da implantação de um painel digital. Este sistema lista os nomes dos alunos que possuem um alto índice de ausências, sendo responsabilidade da escola registrar a situação de cada estudante, as justificativas apresentadas para as faltas e, nos casos de infrequência, informar se o aluno retornou às atividades escolares, deixou de frequentar ou solicitou transferência. A declaração do supervisor do Ensino Médio em

Tempo Integral evidencia as ações de integração que foram implementadas no ano de 2024, com o objetivo de motivar a permanência dos alunos.

Eles chegam ali na sala de aula, igual a gente teve vários casos, principalmente no primeiro ano, que o aluno retornava e não conseguia, às vezes, adaptar. Não só no quesito enturmar com os colegas e com isso também ele não conseguia, às vezes, até aprender. Então a gente pedia os professores, principalmente de nivelamento de português, nivelamento de matemática, pra dar um apoio a eles. E os professores de estudos orientados, que tem dado um apoio nas diversas áreas da BNCC, pra ajudar esse aluno a reintegrar e, graças a Deus, deu bastante certo para os alunos (Entrevista com o Supervisor Escolar do EMTI, 27 de novembro de 2024).

Adicionalmente, no que tange à atenção dos professores em relação à frequência dos alunos, a professora de Língua Portuguesa sublinha como o processo de Busca Ativa realizado pela escola, em conjunto com o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula, pode contribuir de maneira significativa para a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

Eu percebo através da ligação, essa busca contínua do aluno que está ausente. E quando é algum problema de saúde ou, às vezes, problema financeiro por não ter passagem, eles nos comunicam para a gente tentar ajudar da maneira que for possível. A maior dificuldade é recuperar os conteúdos que não foram vistos por eles. E muitas vezes, quando o aluno tem essa evasão, é porque ele já não é aquele aluno que tem maior facilidade. Então, tem que ser um trabalho bem vagaroso com ele, tentando recuperar aquilo que foi dado através de materiais de apoio (Entrevista com a professora de Língua Portuguesa A, 27 de novembro de 2024).

As dificuldades enfrentadas para a permanência escolar corroboram as observações apresentadas por Nicolella *et al.* (2017), que indicam o trabalho como o principal fator que compromete a continuidade dos estudos. Considerando a situação de uma escola pública situada no centro da cidade, onde a maioria dos alunos depende de transporte, que não é gratuito, para se deslocar do bairro até a instituição de ensino, constata-se que a dificuldade financeira para alguns alunos se mantém como um obstáculo para a sua permanência, interesse e motivação em relação aos estudos e ao sucesso escolar.

3.4.3 Estratégias para a permanência e aprovação escolar

Em relação às estratégias destinadas a incentivar o aluno a permanecer engajado nos estudos, em resposta às questões 8, 9 e 10 dos Apêndices A, B e C, a análise das entrevistas revelou diversas abordagens e práticas adotadas com o intuito de atender às necessidades dos alunos e promover sua permanência no ambiente escolar. O professor da área de Ciências Humanas enfatizou a relevância de identificar as necessidades dos estudantes. O docente mencionou a implementação de práticas acessíveis, como a disponibilização de um QR Code que permite aos alunos consultarem todo o material entregue ao longo do ano letivo, por meio de uma pasta no Google Drive. Segundo suas palavras, "a ideia é sempre fornecer, deixar acessível o material de todo o ano para todos os alunos". Adicionalmente, o professor compartilha links de vídeos educacionais do YouTube, com o objetivo de contribuir para o engajamento e a aprendizagem dos estudantes.

No que concerne às estratégias para assegurar a frequência e o engajamento dos alunos nas aulas, o professor da área de Ciências da Natureza salientou a atribuição de parte da nota à frequência e à participação dos alunos como uma estratégia a ser adotada. Essa medida visa incentivá-los a comparecer às aulas e a participar de atividades, como a realização de pesquisas em sala de aula utilizando celulares, de modo a aumentar o interesse dos estudantes. Ademais, o professor busca fortalecer os vínculos entre estudante e docente, valorizando o aluno em sua individualidade e incentivando sua participação, reconhecendo-o como sujeito ativo do processo de aprendizagem. O professor também elogiou a criação dos Conselhos de Representantes de Turma, que se mostram fundamentais para o compartilhamento de informações, especialmente com alunos que estiveram ausentes das aulas.

Eu converso muito com eles em sala de aula. Você tenta criar um laço. Quando você faz chamada com nome, começa a ter o aluno tendo identidade na sala de aula, ele familiariza com aquilo, ele participa mais. E você vê aquela integração do representante de turma, de lembrar de um colega, de mandar atividade. Então esse trabalho que o pessoal faz de nomear o representante ajuda também a manter esse ritmo. Parte da frequência eu dou, parte dos pontos da avaliação eu dou como frequência (Entrevista com o professor de Ciências da Natureza, 09 de dezembro de 2024).

Nesse contexto, as considerações dos professores corroboram a reflexão de Arroyo (2013), que propõe uma transformação na relação entre professor e aluno, por

meio de uma abordagem mais humana e sensível, que aproxima realidades e contribui para uma aprendizagem mais significativa. Além disso, Nogueira (2005) destaca as transformações ocorridas desde o século XX que impactaram a relação entre família e escola, enfatizando a percepção do estudante como sujeito de direitos, com individualidades, autonomia, interesses e experiências que necessitam ser valorizadas, representando uma mudança significativa na postura adotada tanto pela família quanto pela escola em relação ao estudante.

Em relação às respostas ao item 7 dos Apêndices A, B e C, é importante ressaltar que, quando os alunos retornam após períodos prolongados de ausência, enfrentam desafios significativos, particularmente no que diz respeito à defasagem de conteúdo, o que demanda um suporte intensivo. Para mitigar essa situação, no modelo do Ensino Médio em Tempo Integral, são implementadas atividades durante as aulas de nivelamento nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, com o intuito de auxiliar na recuperação dos conteúdos não absorvidos. O professor de Ciências da Natureza mencionou que a escola promove ações como a realização de telefonemas para os responsáveis, a obtenção de informações junto a colegas sobre a situação dos alunos ausentes e o envio de atividades, a fim de garantir que esses alunos permaneçam atualizados. Tais iniciativas evidenciam a preocupação da escola em manter a frequência dos estudantes e assegurar que eles mantenham o vínculo com a instituição. Além disso, reuniões e discussões entre a gestão e a supervisão foram identificadas como elementos essenciais para alinhar estratégias e monitorar o progresso acadêmico dos alunos.

Em síntese, em relação ao acompanhamento da frequência e às estratégias adotadas para promover a aprovação e a permanência no Ensino Médio, os servidores identificaram os fatores que contribuem para o abandono escolar, sendo a principal razão a necessidade de trabalhar, o que leva muitos alunos a optarem pelo turno noturno. Outra dificuldade mencionada é a adaptação, especialmente enfrentada pelos estudantes no primeiro ano, relacionadas à socialização e ao processo de aprendizagem. A fim de sanar essas questões, a escola implementa diferentes estratégias, incluindo apoio pedagógico, com atividades nas aulas de estudos orientados e atividades de nivelamento, entretanto, essas disciplinas estão disponíveis apenas no currículo do Ensino Médio em Tempo Integral.

De acordo com Nicoletta *et al.* (2017), as dimensões família, escola e aluno são aquelas que exercem maior influência na decisão pelo abandono escolar. As

interações entre essas esferas são cruciais para os resultados educacionais. Contudo, Castro (2017) enfatiza que a atuação da gestão escolar também exerce um papel preponderante no sucesso ou no fracasso escolar, considerando que tais resultados possuem determinantes sociais significativos.

Ademais, a autora ressalta a importância das estratégias implementadas pelas famílias na promoção de avanços educacionais. Alunos provenientes de contextos familiares menos favorecidos tendem a apresentar uma maior defasagem escolar e quantidade elevada de ausências. Por fim, Castro (2017) destaca que a reprovação, especialmente desde o Ensino Fundamental, gera impactos negativos no percurso educacional. Essa vivência de retenção desmotiva os alunos e compromete suas expectativas acadêmicas, reduzindo, dessa forma, as chances de conclusão do Ensino Médio.

3.4.3.1 O trabalho integrado entre gestão, supervisão e professores

Nessa subseção, serão apresentados os resultados relativos ao trabalho integrado entre os diferentes sujeitos no ambiente escolar: gestão, supervisão e docentes. As perguntas 10 e 11 dos Apêndices A e B, bem como as perguntas 9 e 10 do Apêndice C, foram elaboradas com o objetivo de averiguar se existe uma colaboração efetiva entre a gestão escolar, os supervisores e os professores. À luz das declarações colhidas, ficou evidente que essa integração é efetiva e contribui significativamente para a permanência e a aprovação dos alunos na instituição.

Os servidores relataram que o trabalho em parceria entre os diversos setores educacionais facilita a identificação e a resolução de problemas, assim como o acompanhamento das demandas dos alunos, além de contribuir para a criação de estratégias que promovam a sua permanência na escola. Nesse sentido, a professora de Português B ressaltou: "Quando a supervisão trabalha em conjunto com os professores, é bem melhor, pois os alunos percebem esse envolvimento". A professora de Língua Portuguesa A complementou a afirmação, afirmando que "essa parceria funciona como uma 'engrenagem', onde cada membro desempenha um papel específico, e qualquer falha pode prejudicar o resultado". Adicionalmente, o professor de Ciências Humanas reiterou:

Eu acho que pode ajudar, por exemplo, evitando ali a repetência. E aí, a partir da repetência, a evasão escolar. Quando os gestores conseguem perceber certos problemas, o professor consegue se adiantar. Antes de você chegar numa fase mais aguda do ano, você consegue recuperar aquele aluno, trazer o interesse dele de volta. Eu acho que existe a possibilidade dessa gestão impactar na permanência do aluno. Mas, também, alguns casos específicos, acho que é importante mapear. Alguns casos são inevitáveis, por exemplo, casos em que o aluno precisa estudar, questão de incompatibilidade de horários, relações familiares, o aluno tem que se ausentar da escola para tratar de alguma família, ou então resolver cuidar de um irmão, cuidar de alguém doente. Isso a escola não consegue evitar. Mas eu acho que essa constante preocupação em mapear os problemas específicos dos estudantes, eu acho que isso já é uma ótima estratégia, tentar entender essas dificuldades (Entrevista com o professor de Ciências Humanas, 27 de novembro de 2024).

De acordo com as declarações dos servidores, o trabalho colaborativo pode se destacar como um diferencial para promover a manutenção e a aprovação dos estudantes. No entanto, a diretora escolar apontou a necessidade de ampliar o engajamento dos próprios professores na proposição de ideias e projetos, sendo a gestão um facilitador nesse processo.

Eu sinto um pouquinho de falta de uma parceria maior. Dos professores com a gestão. Eu vejo a gestão como uma facilitadora de boas ideias. Não uma que cria as boas ideias. Então, eu sinto um pouquinho de falta disso. Mais demanda, e que não fosse a gente propondo, eles propondo a gente sendo um facilitador, uma parceria. Eu sinto essa falta (Entrevista com a diretora escolar, 25 de novembro de 2024).

O Supervisor do Ensino Médio em Tempo Integral declarou que existem interações constantes entre a gestão e a supervisão, especialmente por meio de grupos de Whatsapp. Apesar dos relatos positivos, a Diretora identificou que os encontros específicos entre a gestão e a supervisão devem ocorrer com maior frequência, reconhecendo a exigência de estruturar de forma mais eficaz esses momentos de diálogo.

Eu acho que qualquer parceria contribui, né? Transforma um ambiente mais agradável. Mas eu sinto uma falha da parte da gestão, aí eu vou dizer, de ter mais encontros só desses dois grupos. Eu quero conseguir organizar isso melhor para o ano que vem. A gente conversa muito, porque está sempre ambos os lados acessíveis, mas eu acho que falta um sentar em momentos assim para ter uma conversa. E eu sei que é um caminho que tem que partir da direção. É uma falha que eu percebo e quero melhorar para o ano que vem (Entrevista com a diretora escolar, 25 de novembro de 2024).

O trabalho conjunto propicia um acompanhamento mais eficaz dos alunos, principalmente no que tange ao mapeamento de casos específicos e ao desenvolvimento de estratégias personalizadas. De maneira geral, as entrevistas demonstram que a colaboração, entre a gestão, a supervisão e os docentes, exerce um impacto significativo na permanência e aprovação dos alunos, promovendo um ambiente acolhedor e favorecendo a implementação de estratégias de apoio. Apesar dos avanços, ainda persistem desafios relacionados à comunicação, além da necessidade de fortalecer os encontros presenciais.

Ao correlacionar os dados obtidos na pesquisa de campo com os conceitos discutidos por Luck (2015), observa-se que a gestão da Escola Estadual Delfim Moreira transcende a mera administração, englobando os sujeitos envolvidos nos processos educacionais dinâmicos. A autora enfatiza que o modelo de gestão, para além da administração escolar, compartilha responsabilidades e se compromete com a criação de um ambiente acolhedor e transparente. Essa realidade é identificada na escola objeto da pesquisa, onde a direção e a vice-direção esperam um maior envolvimento dos professores e concedem autonomia à supervisão para lidar, por exemplo, com os alunos que apresentam infrequência.

A colaboração entre a gestão escolar e a supervisão se estabelece como um elemento central para o sucesso dos alunos no Ensino Médio. No entanto, a análise das entrevistas revela a necessidade de aprimoramentos na organização de encontros e na otimização da comunicação entre esses grupos. Todos os participantes salientaram a importância da colaboração entre os diversos agentes escolares. A proximidade e a acessibilidade da supervisão, direção e vice-direção são percebidas como aspectos distintivos da instituição. Essa dinâmica favorece um ambiente de confiança e facilita a implementação de ações conjuntas voltadas para atender às demandas dos alunos.

Os gráficos a seguir ilustram a percepção dos alunos acerca do trabalho dos professores e da gestão escolar, com o intuito de demonstrar de que maneira esses fatores influenciam sua motivação para a aprovação e permanência no Ensino Médio, além de evidenciar a acessibilidade da gestão escolar no cotidiano da escola (Figuras 3 e 4).

Ao analisar a Figura 3, observa-se que a maioria das respostas se encontra nos níveis “Frequentemente” e “Sempre”. Nesse contexto, a grande parte dos estudantes reconhece que a atuação do professor desempenha um papel significativo

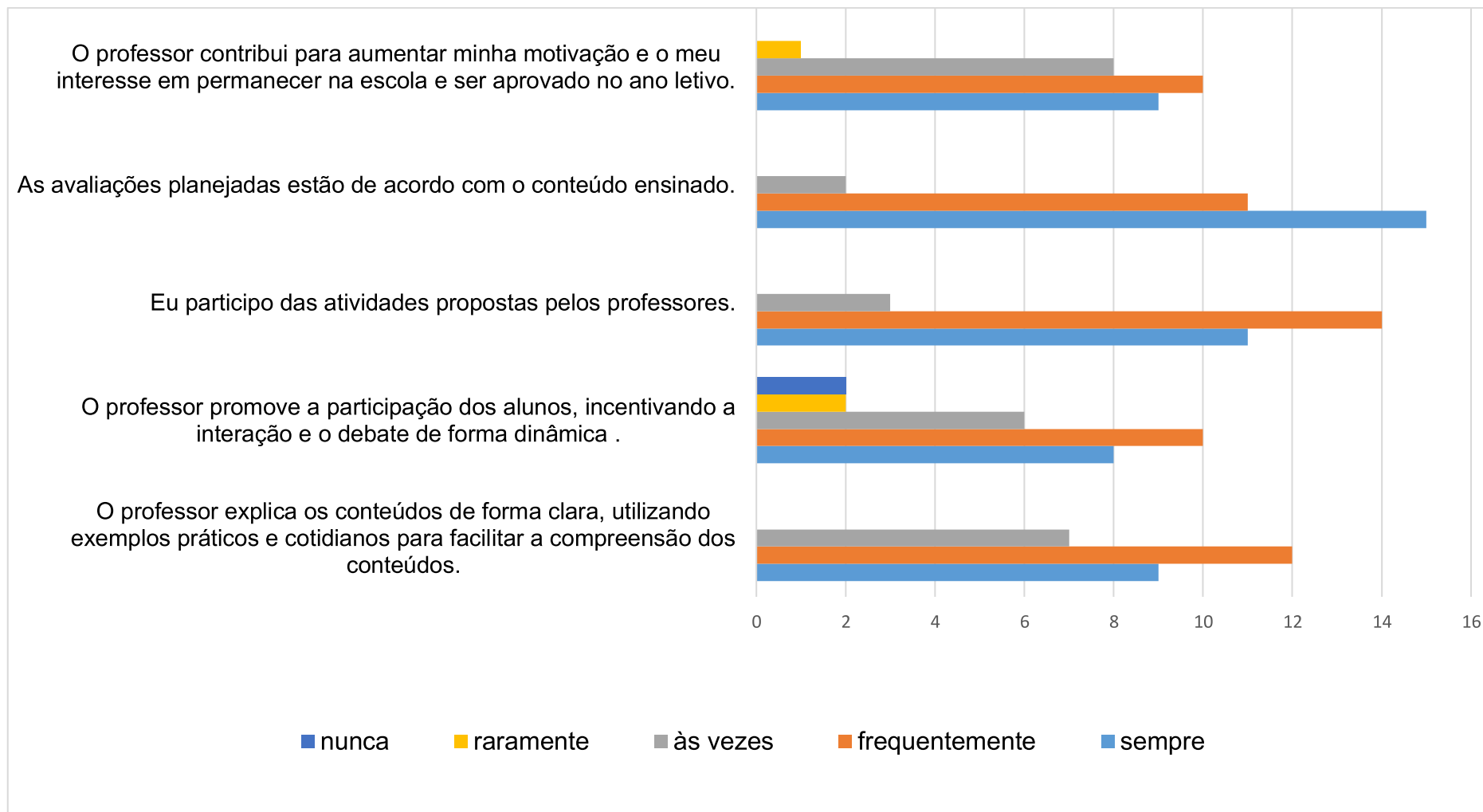
na motivação para os estudos, bem como na permanência e aprovação na instituição de ensino. Os alunos reportaram sua participação nas atividades planejadas, afirmando que as avaliações correspondem ao conteúdo ministrado nas aulas. Adicionalmente, os estudantes confirmaram que as explicações fornecidas pelos professores são claras, facilitando assim a compreensão dos conteúdos abordados. O único item que obteve a resposta “Nunca” referiu-se à promoção de momentos de debate e interação nas aulas, o que indica um aspecto que merece atenção e melhorias. De maneira geral, os estudantes avaliaram positivamente o desempenho dos professores, assim como a sua participação nas atividades em sala de aula.

No que tange ao trabalho da gestão escolar, a Figura 4 apresenta os aspectos avaliados pelos estudantes que responderam ao questionário.

Baseando-se nas análises dos gráficos apresentados nas Figuras 3 e 4, é possível afirmar, de maneira geral, que os estudantes reconhecem a gestão escolar como um agente que mantém diálogo com as famílias, realiza ações direcionadas a incentivar a permanência e a conclusão do Ensino Médio, promove um ambiente de respeito e inclusão, além de estar acessível no cotidiano. Contudo, ao que se refere à percepção dos alunos quanto a serem ouvidos pela gestão, observa-se uma quantidade expressiva de respostas nas categorias “Nunca”, “Às vezes” e “Raramente”. Isso sugere que, apesar da acessibilidade da gestão, os estudantes não se sentem plenamente escutados ou com suas necessidades atendidas. Além disso, as estratégias implementadas para fortalecer o diálogo com as famílias também requerem ampliação. Embora a maioria das respostas indique “Sempre” e “Frequentemente”, os dados revelam áreas que necessitam de melhorias para assegurar uma maior efetividade na interação entre a gestão e os alunos.

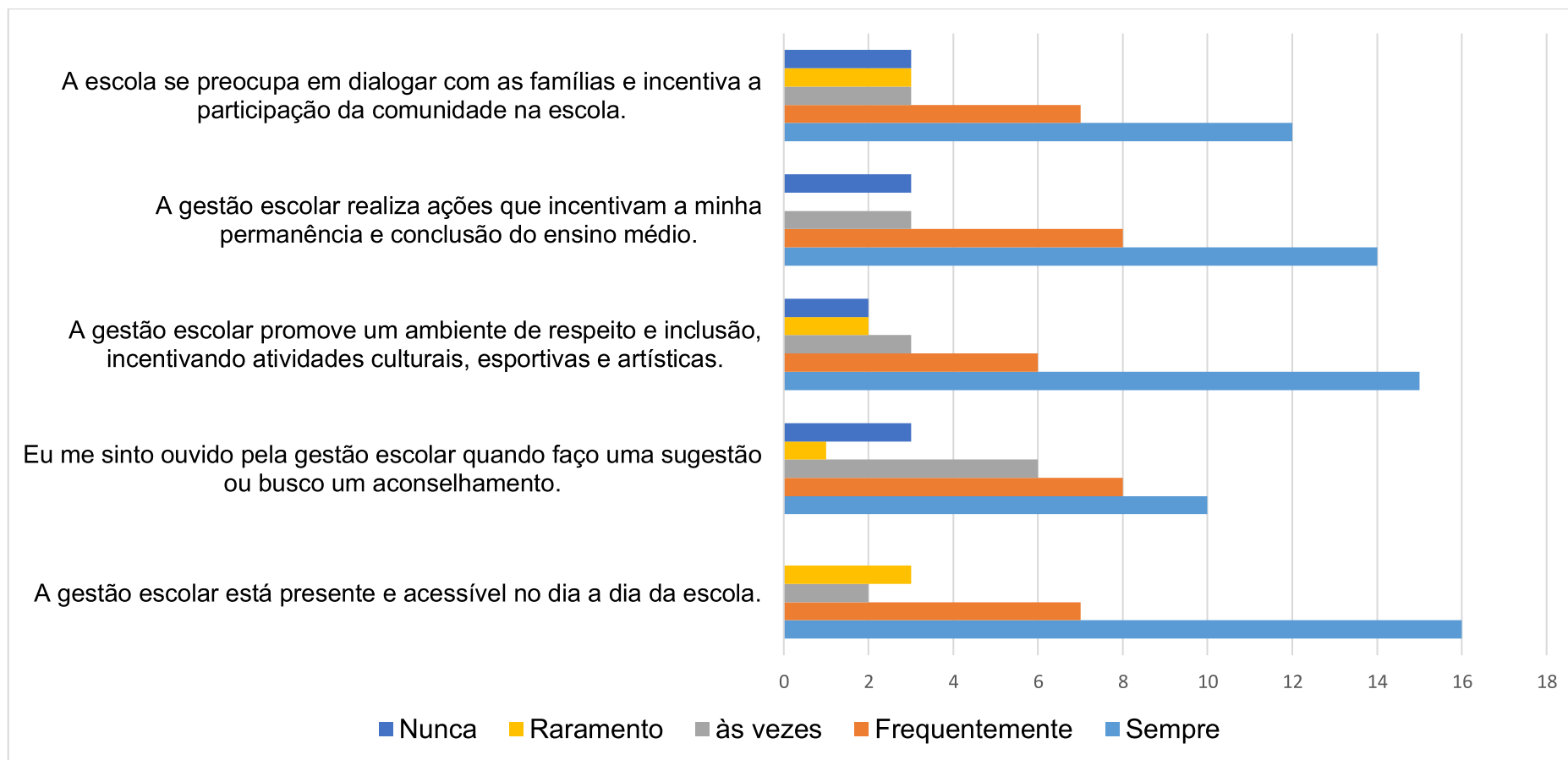
Em síntese, apesar da valorização do trabalho da gestão escolar e dos docentes, das estratégias mencionadas nas entrevistas e dos aspectos bem avaliados nos questionários dos estudantes, é possível observar alguns pontos que demanda aprimoramento, especialmente no que tange às estratégias que promovam um trabalho dinâmico do professor em sala de aula, incentivando a participação ativa dos alunos. Há, ainda, uma necessidade premente de fortalecer a disposição da gestão escolar em ouvir e valorizar as colocações dos alunos, especialmente em relação às suas necessidades. Além disso, é pertinente buscar meios para incrementar os momentos de discussão entre a gestão escolar e a supervisão, com o intuito de fortalecer o trabalho em equipe e expandir o vínculo da escola com as famílias.

Figura 3 – O trabalho do professor pelo olhar dos estudantes



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 4 – Análise do trabalho da gestão escolar pelos alunos do Ensino Médio em 2024



Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme afirmado por Luck (2015), as organizações que conseguem transcender a compreensão de um sistema educacional em sua totalidade, valorizando a opinião, o conhecimento e as habilidades de sua equipe, contribuem para um trabalho exitoso, promovendo, nesse contexto, a permanência e aprovação dos estudantes. O termo gestão escolar é utilizado em substituição ao de administração escolar, visando uma ampliação conceitual que vá além da definição reduzida e simplificada dessa forma de organização. Compreender que “cada um faz parte da organização e do sistema educacional como um todo, e de que a construção é realizada de modo interativo entre os vários elementos” (Luck, 2015, p. 75) contribui para a implementação de uma gestão compartilhada, democrática e participativa.

3.4.4 A avaliação do Novo Ensino Médio e Ensino Médio em Tempo Integral

Nessa subseção, serão analisadas as respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos estudantes e das entrevistas realizadas com os servidores, com o propósito de compreender como esses grupos percebem a implementação do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral na Escola Estadual Delfim Moreira. A análise contempla aspectos relacionados ao currículo e à carga horária, ao trabalho com as novas disciplinas e ao impacto dessa reformulação na formação integral dos educandos.

Em relação ao Novo Ensino Médio e ao Ensino Médio em Tempo Integral, considerando o novo currículo, a carga horária e sua contribuição para a aprovação e permanência dos alunos, os servidores destacaram que algumas disciplinas dos itinerários formativos são percebidas como relevantes, especialmente para aqueles alunos que planejam ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho. Contudo, a elevada carga horária de disciplinas no Ensino Médio em Tempo Integral tem ocasionado sobrecarga, prejudicando a organização e a motivação dos estudantes. Além disso, foi ressaltada a dificuldade dos alunos em desenvolver autonomia para realizar atividades fora do ambiente escolar, utilizando outros espaços da escola.

Arelaro (2017) afirma que essa divisão do Ensino Médio em formação geral básica e itinerários formativos compromete a formação dos estudantes, uma vez que os conteúdos oferecidos muitas vezes se revelam pouco significativos para uma formação sólida. A autora salienta ainda que essa segmentação reflete a preocupação

governamental com as avaliações externas e a implementação da BNCC. Tal inquietação se reflete nas falas dos entrevistados, que expressam apreensão quanto a uma formação ambígua e incompleta, a qual se mostra pouco significativa para os alunos que demonstram interesse em continuar os estudos ou ingressar no mercado de trabalho.

Para o ano de 2025, o governo de Minas Gerais anunciou a implementação de uma nova matriz curricular para o Ensino Médio em Tempo Integral, a qual foi recebida de forma positiva pela comunidade escolar da Escola Estadual Delfim Moreira. Essa alteração prevê a ampliação da carga horária dedicada à BNCC e a redução dos itinerários formativos, um aspecto amplamente criticado durante as entrevistas realizadas. A quantidade de disciplinas será reduzida de 27 para 21, com o intuito de tornar o currículo mais enxuto e funcional. A entrevista com o professor de Ciências da Natureza reforça a urgência dessa revisão curricular, salientando sua relevância para atender às necessidades reais dos estudantes e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

Eu vi nas atividades que a gente fazia em sala de aula, quando você tinha, por exemplo, Introdução ao Mundo do Trabalho, você tentava trazer temas dentro da realidade de um trabalho, mudança da legislação trabalhista, INSS, Jovem Aprendiz. Você vê que você conseguia direcionar o foco, mas se perdia, porque o foco deles era fazer uma faculdade. Eles reclamavam muito da perda de conteúdo de história, física, química. Então, eles sentiram muito isso. Para o ano 2025, eu acho que essa mudança vai ser positiva. Com relação à carga horária eu acho que são ofertas diferentes. Eu acho que o tempo integral atende as famílias que querem que o filho passe mais tempo dentro da escola. Eu acho que teria que melhorar realmente esse currículo, poder ter esse aluno engajado, ele fazer um curso que fosse mais interessante para ele, sim. [...] Então, eu acho que é só uma oferta diferente mesmo, mas o tempo integral, para mim, faltava ter um currículo melhorado, mais dialogado com a própria realidade da escola (Entrevista com o Professor de Ciências da Natureza, 09 de dezembro de 2024).

Em relação às questões 13 e 14 dos Apêndices A e C, bem como às questões 14 e 15 do Apêndice B, que abordam a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral, juntamente com o currículo e a sua carga horária, observou-se, por parte dos servidores, a exaustão dos alunos em face da necessidade de permanecer na escola por períodos extensos. Tornar a rotina escolar mais acolhedora tornou-se, portanto, uma prioridade. Com o intuito de mitigar essa exaustão e promover o engajamento dos alunos, a instituição implementa espaços de convivência e atividades recreativas

durante os intervalos, as quais incluem jogos de diversas modalidades e visitas técnicas a universidades públicas e faculdades particulares, conforme relatado pelo supervisor do Ensino Médio em Tempo Integral.

Eu acho que o aluno, principalmente no integral, eles às vezes ficam muito cansados, igual eles mesmos falam. E realmente a gente sabe que eles ficam o dia inteiro na escola, né? Então, o que a gente faz? A gente tenta fazer algumas visitas técnicas, a gente tenta melhorar o ambiente escolar deles, né? Igual a direção da escola coloca um ambiente mais tranquilo para eles, colocam os pufes para eles descansarem nos horários de intervalo. Jogos que eles têm nos horários de intervalo. A gente tem estimulado até os meninos que não gostam muito do esporte ali, para tentar fazer até o xadrez para estimular a memória e tudo. Levo os meninos ali para a minha sala e falo, utiliza a minha sala aqui, faz algum jogo aqui. A gente vai estimulando isso. A sala de convivência que eles usam para descansar também. Amanhã eles vão fazer uma visita na Universidade Federal. Parece que eles gostam de permanecer na escola, porque a escola já é bacana. A escola tem um ambiente bem legal que a direção e os demais integrantes têm preparado para eles (Entrevista com o Supervisor do EMTI, 27 de novembro de 2024).

E no ambiente de sala de aula, os professores têm utilizado estratégias didáticas como rodas de conversa, trabalhos em grupo, produção de documentários e aulas contextualizadas que se relacionam com a realidade dos alunos. Essas abordagens visam engajar os estudantes e tornar o aprendizado mais significativo. A escola também procura inspirar os alunos ao apresentar ex-alunos que conseguiram ingressar no ensino superior ou alcançar sucesso profissional, o que contribui para reforçar a importância da educação e evidenciar a viabilidade de futuros objetivos.

Todavia, mesmo diante desse esforço coletivo, foram identificados desafios no processo educacional, notadamente a falta de maturidade por parte dos estudantes. Ademais, observa-se uma carência de conscientização acerca da importância do Ensino Médio, uma vez que alguns alunos demonstram interesse apenas em concluir o ciclo escolar, sem reconhecer a relevância de uma formação robusta para o alcance de objetivos futuros, como a participação em concursos ou o ingresso na educação superior. A afirmação da vice-diretora ilustra como os alunos, muitas vezes, ainda não possuem a maturidade necessária para perceber a importância dos novos conteúdos ou para realizar o Ensino Médio de maneira proveitosa, buscando uma formação completa, além de suportar uma carga horária que, em muitos casos, não se adequa às necessidades de todos os alunos, resultando em grande fadiga pela permanência prolongada na escola.

Eu observo que a carga horária deles é muito extensa. Então, há um desestímulo muito grande. Eles ficam cansados. Eles julgam por eles que as matérias não são tão importantes. Eles não conseguem visualizar essa importância desses conteúdos na vida deles. Então, eu não vejo um engajamento muito grande, por conta deles serem bem imaturos para perceber a importância desses conteúdos. E eles são em excesso. Então, eles permanecem muito tempo na escola e acabam desmotivando (Entrevista com a vice-diretora, 27 de novembro de 2024).

Ao correlacionar as observações dos servidores com as reflexões de Luck (2015), destaca-se que o trabalho escolar deve acontecer de maneira transparente e colaborativa, incluindo a participação da sociedade e da comunidade escolar. Todos os envolvidos nos processos educacionais são fundamentais nas tomadas de decisão. Além disso, a autora enfatiza que “o processo educacional só se transforma e se torna mais competente na medida em que seus participantes tenham consciência de que são corresponsáveis pelo seu desenvolvimento e seus resultados” (Luck, 2015, p. 76).

Luck também ressalta a necessidade de que as políticas públicas abordem os problemas de forma holística, evitando intervenções paliativas que visem apenas a resolução pontual de questões isoladas. Esse enfoque redutivo resulta na persistência de problemas e na manutenção de indicadores de fracasso escolar. A declaração da diretora escolar reflete a ausência dessa parceria essencial entre formuladores de políticas e sua efetiva implementação

Então, eu acho que tem que ter parceria. Os alunos são adolescentes, a gente já foi um dia, então a gente não pode esquecer. Ele tem que ver alguma coisa de efetividade, como ele também tem que ver nas matérias da BNCC, nas do currículo tradicional. Eu acho a ideia de muitos itinerários importantíssima, de outros nem tanto. Igual o modelo que ainda está sendo esse ano, que ano que vem vai mudar. Eu acho que deveria ter mais opções de escolha. Existe uma carga horária um pouquinho maior de oportunidade de escolha. O que eu sou terminantemente contra o novo ensino médio foi a diminuição da carga horária das matérias do currículo básico. Eu acho que podiam ter coisas a mais, não tirar de onde, já em algumas situações, eu já acho pouco. A língua estrangeira, eu acho muito ruim ter diminuído para as escolas públicas. Principalmente quando a gente faz um paralelo com as escolas particulares. Porque o novo ensino médio é um projeto do governo federal, que todas as escolas, independente se elas forem públicas ou particulares, elas tinham que seguir. Só que nós seguimos uma grade que vem pronta do governo. Quem analisou? Perguntou a quem? Qual foi a participação? De novo, eu falo em parceria. Quem resolveu isso? A escola não participou. Entendeu? Eu sinto muita falta disso. Algumas matérias eu acho muito interessantes, outras nem tanto. Eu acho que com a mudança agora, continuam alguns itinerários. Voltou ao que era para algumas matérias do currículo

básico e ampliou outras. Eu acho superpositivo. Mantendo alguns itinerários. De novo, eu não digo que o problema são os itinerários. O problema acho que é como foi feito, porque não se perguntou. E o outro é a diminuição do currículo básico. E que isso acontece nas escolas públicas. Eu acho que ter sexto horário, no que é do ensino regular, eu acho bárbaro (Entrevista com a diretora escolar, 25 de novembro de 2024).

As declarações da diretora da escola evidenciam a carência de articulação entre a implementação de políticas públicas e a realidade do ambiente escolar. Não ocorreu a consulta ou o diálogo com os diversos sujeitos envolvidos no contexto escolar, incluindo os alunos, que enfrentaram mudanças significativas na carga horária de permanência na instituição, assim como os professores, que se viram obrigados a se preparar para abordar conteúdos desconhecidos em suas práticas pedagógicas. Tal ausência de articulação entre as secretarias e as escolas desconsidera a importância da comunidade escolar, relegando-a a um papel meramente executor das políticas impostas.

É comum observar, no ambiente escolar, uma falta de diálogo e um certo descontentamento em relação à implementação das políticas educacionais, que frequentemente são introduzidas sem informações prévias adequadas, o que dificulta sua execução com qualidade. Em relação aos conteúdos curriculares que compõem os Itinerários Formativos, as reflexões dos servidores entrevistados estão alinhadas aos pensamentos de Silva e Scheibe (2017), os quais discutem a imaturidade dos estudantes diante das escolhas disponíveis nas propostas curriculares do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral. Essa imaturidade se manifesta na desvalorização do Ensino Médio, seus conteúdos e, inclusive, nas propostas de estudos que poderiam ser realizadas de forma mais dinâmica. Além disso, os autores enfatizam como a diversidade social força alguns jovens a trabalharem em uma fase da vida em que deveriam dedicar-se ao Ensino Médio. Consequentemente, a formação durante este nível de ensino torna-se de baixa qualidade, considerando que, muitas vezes, os alunos faltam às aulas ou priorizam suas atividades laborais em detrimento de sua formação educacional.

Com relação a carga horária, eu acho que são ofertas diferentes. Eu acho que o tempo integral atende as famílias que querem que o filho passe mais tempo dentro da escola. Eu acho que teria que melhorar realmente esse currículo, poder ter esse aluno engajado, ele fazer um curso que fosse mais interessante para ele, sim. A gente fala muito em uma matemática financeira, uma informática. Então, eu acho que é

uma opção para essas famílias. Então, eu acho que só isso, variou esse atendimento. É diferente, por exemplo, quando você tem um ensino médio tradicional, que o menino não tem tempo e vai fazer outro curso fora. Então, para esse aluno, às vezes, o tempo integral não atende. O ensino Regular, tradicional, atende. Então, eu acho que é só uma oferta diferente mesmo, mas o tempo integral, para mim, faltava ter um currículo melhorado, mais dialogado com a própria realidade da escola (Entrevista com o professor de Ciências da Natureza, 09 de dezembro de 2024).

O docente da disciplina de Ciências da Natureza observa que a alteração na carga horária, embora apresente aspectos positivos, não atende de maneira equitativa às necessidades de todas as famílias e alunos, uma vez que sua adequação depende das condições sociais e financeiras de cada indivíduo, assim como de suas expectativas e planos futuros.

Ao considerar as perguntas 8 e 9 dos Apêndices A e B, que versam sobre as transferências escolares, a análise revela que essas transferências decorrem, principalmente, de questões econômicas e da incompatibilidade com o modelo do Ensino Médio em Tempo Integral. Diante das informações apresentadas, para minimizar estas transferências, a escola deve continuar investindo na melhoria do ambiente escolar, fortalecer a comunicação eficaz com a comunidade e propor uma maior flexibilidade para atender às demandas dos alunos. Entretanto, não há possibilidade de flexibilização para os alunos do EMTI, pois a carga horária prevista na matriz curricular deve ser oferecida integralmente. Apesar disso, a participação ativa das famílias nas atividades escolares pode fortalecer os vínculos e motivar os alunos a permanecerem na instituição.

Os depoimentos coletados evidenciam que a permanência e a aprovação dos alunos estão intrinsecamente relacionadas a uma abordagem complexa, que considera as dimensões sociais, emocionais e pedagógicas. O trabalho colaborativo da equipe escolar, aliado a estratégias inovadoras e inclusivas, desempenha um papel crucial na redução dos índices de evasão e na ampliação das oportunidades de sucesso acadêmico.

Patto (2022) ressalta que as famílias percebem a escola como um instrumento para a ascensão social; no entanto, frequentemente enfrentam preconceitos sociais e culturais, os quais são, em grande parte, reflexos das divisões que caracterizam nossa sociedade. Ademais, a questão financeira impacta de maneira significativa os pedidos de transferência dos alunos, uma vez que as famílias podem encontrar dificuldades

em arcar com os custos de transporte e ou outras despesas associadas à educação. Os estudantes também tendem a necessitar de empregos para contribuir com a renda familiar, o que os leva a buscar instituições de ensino mais próximas de suas residências.

Em diversos casos, a escola identificou que as transferências ocorrem em decorrência de mudanças de endereço dos estudantes, os quais, muitas vezes, retornam ao seu bairro de origem após a conclusão de cursos ou em função da perda de emprego. Outras motivações observadas incluem o desejo de participação em programas externos, como o projeto guarda-mirim ou o programa jovem aprendiz, conforme mencionado pela vice-diretora

Bem, acho que nesses últimos anos a gente tem percebido uma grande quantidade de transferências por conta do ensino médio em tempo integral. Isso foi bem visível. Eles solicitaram uma maior quantidade de transferências por conta de precisar trabalhar. Ou querer fazer outros cursos que acontecem no contraturno. Então a gente teve um alto índice de transferência por conta do integral. Fora isso, são alunos desmotivados. Às vezes querendo passar para o turno noturno. Ou querendo abandonar a escola e só trabalhar. Mas esses são poucos (Entrevista com a vice-diretora, 27 de novembro de 2024).

A instituição educacional busca desenvolver estratégias para mitigar os pedidos de transferência mediante a criação de um ambiente atrativo, que conta com uma infraestrutura física e pedagógica adequadas, professores dedicados a proporcionar aulas dinâmicas e interessantes, bem como a organização de espaços confortáveis e saudáveis, incluindo a oferta de alimentação de qualidade. Adicionalmente, foi ressaltada a importância de reforçar as reuniões com os responsáveis e a comunidade escolar, com vistas à identificação de possíveis estratégias para a permanência dos alunos. Um exemplo desse esforço é a observação feita pelo supervisor do Ensino Médio em Tempo Integral:

A gente tenta proporcionar um ambiente melhor para eles. É o que a gente tenta fazer o tempo todo. Fazer as visitas, fazer um ambiente mais saudável, comida bem saudável para eles. Aumentar, igual a direção aumenta também, as mesas para eles aqui. Os bancos, os lugares bem confortáveis para eles. E as aulas, os professores também. A gente sempre conversa, conversa com os professores. Porque eu acho que a gente não precisa nem cobrar que os professores são excelentes. Para que eles coloquem aulas bem dinâmicas, bem voltadas para que se cumpra o que é previsto. Mas que seja bem legal, para que os alunos gostem das aulas. E graças a

Deus, os que estão ali, realmente gostam das aulas dos professores. Eles sempre, os alunos sempre nos repassam isso. Então a gente tenta fazer o melhor para que os alunos permaneçam. A gente tem feito, os professores têm feito (Entrevista com o Supervisor do EMTI, 27 de novembro de 2024).

Durante as entrevistas também foi apontada a necessidade de mais incentivo à participação das famílias por parte da gestão escolar.

Eu acredito que às vezes mais reuniões com os pais, igual a gente fez ontem com o nono ano. Os próprios alunos conseguiram expor, fazer uma reunião, eles mesmos expondo para o nono ano que vai ir para o primeiro ano que vem, para dizer como que é o integral. E acredito que o que eu falo para os pais que vão nas reuniões, já é uma estratégia para auxiliar. Então acredito que não só essas reuniões, mas também uma coisa que os pais cobram muito nas minhas reuniões é a participação dos pais nas atividades escolares. Por exemplo, nas feiras, nas festas, igual a festa junina. Eu acho que é uma coisa que seria bem legal para eles participarem junto, eles conhecer. Não sei o porquê realmente não pode participar, não sei de onde vem, não consegui ainda identificar, pesquisar. Mas é uma coisa que os pais querem muito participar. Eles gostam muito da escola. E eles me cobram isso. Então eu acho que seria uma coisa que ia ser bem legal. Participar das festas, das feiras, das outras atividades que os alunos expõem os seus trabalhos. Para os pais não assistirem só nas redes sociais. Mas eles veem, tocam no material que os alunos produzem junto com os professores (Entrevista com o Supervisor do EMTI, 27 de novembro de 2024).

Além das considerações expostas pelo supervisor do Ensino Médio em Tempo Integral, as entrevistas realizadas com outros professores evidenciaram a urgência de uma aproximação mais estreita entre a escola e as famílias, com o intuito de promover uma colaboração efetiva que favoreça o sucesso escolar dos estudantes. Nesse sentido, Lahire (1997) destaca que a relação dos pais com a escola e o incentivo ao estudo exercem um papel significativo ao estimular perspectivas de aprimoramento nas condições laborais, remuneração e valorização futura dos educandos.

Em relação à nova configuração do Ensino Médio, os alunos que responderam aos questionários avaliaram diversos aspectos, entre os quais: o atendimento às suas necessidades educacionais, a preparação para o futuro, a nova carga horária e sua adequação para a aprendizagem, a relevância dos novos conteúdos para a formação profissional e pessoal, e a contribuição desse novo currículo para sua aprovação e permanência no Ensino Médio.

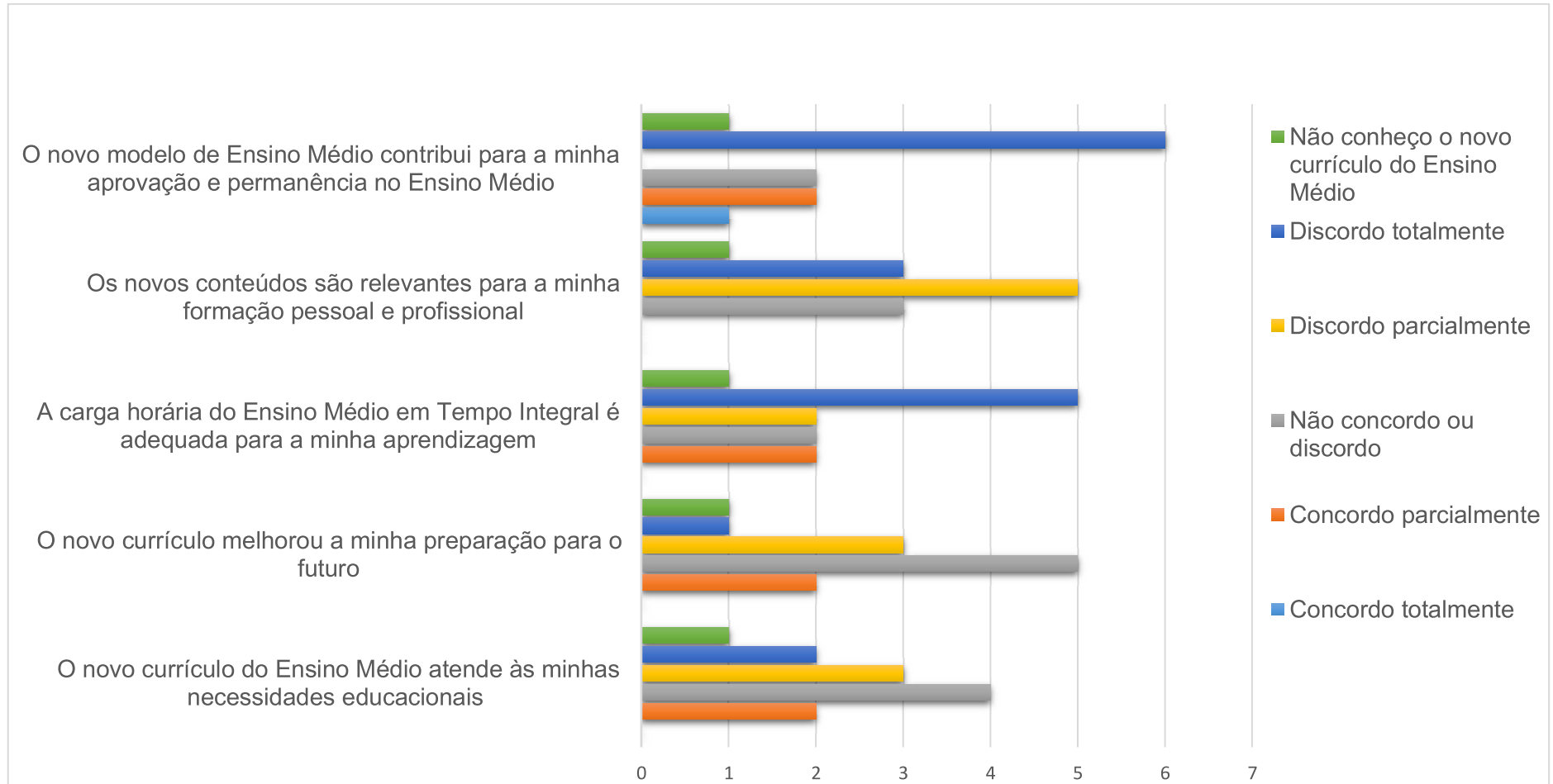
Na Figura 5, são apresentadas as avaliações do Novo Ensino Médio e Ensino Médio em Tempo Integral efetuadas pelos alunos participantes da pesquisa.

À luz dos resultados obtidos, é possível afirmar que os alunos participantes da pesquisa manifestam opiniões diversas acerca do Novo Ensino Médio e da Educação em Tempo Integral implementa na instituição de ensino. As percepções encontram-se distribuídas entre distintas categorias de concordância e discordância.

Na afirmativa "O novo modelo de Ensino Médio contribui para a minha aprovação e permanência no Ensino Médio", essa foi a única questão que recebeu respostas na opção "concordo totalmente". Contudo, a maioria dos estudantes discorda totalmente dessa afirmação, ou seja, os estudantes não concordam que o novo modelo do Ensino Médio contribui para a sua aprovação e permanência. Quanto à questão "Os novos conteúdos são relevantes para a minha formação pessoal e profissional", predominam respostas de discordância, seja parcial ou total, entre os estudantes. Em relação à afirmativa "A carga horária do Ensino Médio em Tempo Integral é adequada para a minha aprendizagem", a maior parte das respostas também se classifica como discordância total. Por outro lado, as afirmações "O novo currículo melhorou a minha preparação para o futuro" e "O novo currículo atende às minhas necessidades educacionais" indicam que os alunos demonstram incerteza em relação a essas mudanças, apresentando variações entre concordância e discordância.

Ao realizar uma análise geral, constata-se que as respostas dos alunos revelam dúvidas acerca do Ensino Médio em Tempo Integral, possivelmente em razão do desconhecimento dos objetivos de algumas disciplinas e de como estas podem ser benéficas para a formação futura do estudante. Paralelamente, percebe-se a necessidade de uma abordagem que apresente aos alunos os objetivos do EMTI e as vantagens da permanência durante o período integral.

Figura 5 – Avaliação do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral em Minas Gerais



Fonte: Elaborada pela autora.

As diferentes interpretações sobre o Novo Ensino Médio e suas características corroboram a urgência do envolvimento dos sujeitos na implementação das políticas educacionais, bem como o esclarecimento das novas propostas dirigidas aos alunos e suas famílias. Como aponta Luck (2015),

O entendimento que tem faltado, para a promoção da qualidade da educação, uma visão global de escola como instituição social e uma percepção abrangente da teia de relações entre os vários componentes que delineiam a experiência educacional; visão e percepção estas capazes de promover a sinergia pedagógica de que até muitas das melhores instituições educacionais estão carentes (Luck, 2015, p. 42).

Nesse sentido, é imprescindível considerar os sujeitos envolvidos nos processos educacionais para buscar uma melhoria na qualidade do ensino. Retomando as entrevistas realizadas com os servidores, a declaração da diretora da escola enfatiza como se dá a implementação das políticas na instituição.

Eu sou muito a favor de adolescente e criança na escola. O maior tempo possível que puder ficar. Mas eu acho que com coisas que chamem atenção. Que motivem. Por isso que eu acho que essas matérias tinham que ser mais próximas de coisas que eles queriam ou da realidade de cada escola. Eu vejo a resolução falando muito de se analisar individualmente. E eu vejo uma coisa muito engessada vindo. Então eu acho muito contraditório. O que se pregue e o que se propõe. Aí cabe também falar. Tem muitos projetos do governo que são interessantes, mas eles vêm muito rápidos. A escola está cada dia mais perdendo a autonomia de fazer coisas. O que vem é ruim? Não, mas tantas provas externas. Eu acho isso muito complicado. Eu entendo que tem que ter um mecanismo de avaliação. Sim. Mas ele não precisa ser tanto. De novo, eu sempre acho que a parceria e o diálogo resolveriam muitas coisas (Entrevista com a diretora escolar, 25 de novembro de 2024).

Sua afirmação vai ao encontro ao exposto por Silva e Scheibe (2017), que indicam que a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral ocorre de maneira impositiva, sem a participação efetiva dos membros da comunidade escolar e sem a devida preparação da escola. No caso dos cursos técnicos ministrados no EMTI, não há tempo suficiente para a organização de oficinas e materiais necessários às práticas, além de uma formação adequada para os professores. As autoras Silva e Scheibe (2017) ressaltam ainda que a reforma do Ensino Médio tem como discurso a melhoria nos testes educacionais, entretanto, seu verdadeiro objetivo se alinha com a formação para o mercado de trabalho.

se adequar a requisitos de eficiência inspiradas na lógica de organização mercantil, e por isso, tornar-se necessário “flexibilizar” o currículo, dividindo-o e ofertando o conhecimento de forma parcimoniosa (redução das disciplinas obrigatórias) e distinta aos diferentes sujeitos (distribuição pelos cinco itinerários formativos); implica, ainda, a construção de novas hierarquias que menosprezem determinados conhecimentos, como é o caso da Sociologia, da Filosofia e das Artes (Silva; Scheibe, 2017, p. 28).

Ademais, a professora de Língua Portuguesa expressa críticas à oferta de uma única modalidade (Ensino Médio em Tempo Integral) na escola, considerando o público atendido pela instituição.

na nossa realidade ainda existem muitos alunos que precisam trabalhar. E o que está acontecendo é que eles estão indo muito para a noite, e às vezes jovens mesmo, adolescentes, à noite, não seria o ideal. Eu acho que poderia haver a opção entre o ensino integral e o regular, e não uma obrigatoriedade como parece que tem sido a proposta. Ah, eu acredito que algumas disciplinas também mais práticas talvez fossem interessantes para eles. Eu acredito nessa questão do técnico, alguma coisa mais prática. As matérias práticas poderiam ser boas (Entrevista com a professora de Língua Portuguesa A, 27 de novembro de 2024).

A supervisora do Ensino Médio Regular expressa a convicção de que a questão se resume a um processo de sensibilização e orientação dos alunos. Ela defende que, ao demonstrar a relevância dos conteúdos e a importância de uma formação eficaz e abrangente no Ensino Médio, os estudantes se sentirão mais motivados e engajados com seus estudos, encontrando satisfação em permanecer longas horas na escola. Além disso, a preocupação com essa sensibilização é estendida às famílias dos alunos.

Durante sua entrevista o professor de Ciências Humanas refletiu sobre os desafios impostos pelo Novo Ensino Médio, ressaltando a desarticulação entre as políticas públicas e a realidade vivenciada nas escolas. O docente observou que, embora a implementação do novo modelo tenha introduzido novas disciplinas, também resultou na redução da carga horária de matérias tradicionais, como Sociologia, o que comprometeu o equilíbrio e o aprendizado dos alunos. Ele também destacou a falta de engajamento dos estudantes, enfatizando a dependência da avaliação por notas enquanto principal forma de motivação. O professor criticou a carência de consulta aos educadores e a constante mudança curricular, fatores que dificultam a adaptação de professores e alunos.

No que diz respeito ao Ensino Integral, o professor defendeu a adoção de um modelo mais flexível, inspirado em ideias de renomados educadores, como Darcy Ribeiro. Ele propôs que os alunos participem de oficinas e atividades extracurriculares no período da tarde, ao invés de se limitarem a aulas teóricas de 50 minutos. Segundo sua análise, o formato atual se revela cansativo e pouco produtivo tanto para os alunos quanto para os professores. O entrevistado enfatizou a necessidade de maior autonomia para as escolas e para os educadores na implementação de novas metodologias e na flexibilização do ensino, com a intenção de promover um ambiente mais engajador, alinhado às necessidades dos estudantes.

Durante a entrevista, o professor de Matemática corroborou a necessidade de flexibilização das atividades do período da tarde, sugerindo ações que visem a auxiliar na superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Ele mencionou a possibilidade de programas de monitoria ou grupos de estudos, afirmando: “De repente, mais flexível. Em vez de aulas de 50 minutos, um laboratório de aprendizagem. E os próprios alunos, por exemplo, alunos do terceiro ano, serem monitores de alunos do segundo, do primeiro” (Entrevista com o professor de Matemática, 06 de dezembro de 2024).

Em síntese, é possível constatar que o Ensino Médio em Tempo Integral é apreciado na escola, embora apresente algumas ressalvas. Os alunos que participaram da pesquisa não concordam que esse novo formato de ensino contribui para a sua aprovação e permanência.

Para o ano de 2025, estão previstas novas alterações no currículo do Ensino Médio em Tempo Integral em Minas Gerais. Os autores Krawczyk e Ferretti (2017), em suas contribuições relativas ao Novo Ensino Médio, indicam que a carga horária estipulada para os itinerários formativos, em sobreposição à carga horária destinada à formação geral básica, já evidenciava a ambiguidade quanto à formação integral do educando. A redução da carga horária dos itinerários formativos para 2025 e a ampliação da carga horária orientada pela BNCC demonstram uma atenção voltada para o interior da escola. Embora, mais uma vez, a comunidade escolar não esteja diretamente envolvida nas decisões, a mudança parece ser interpretada de maneira positiva por parte dos sujeitos escolares.

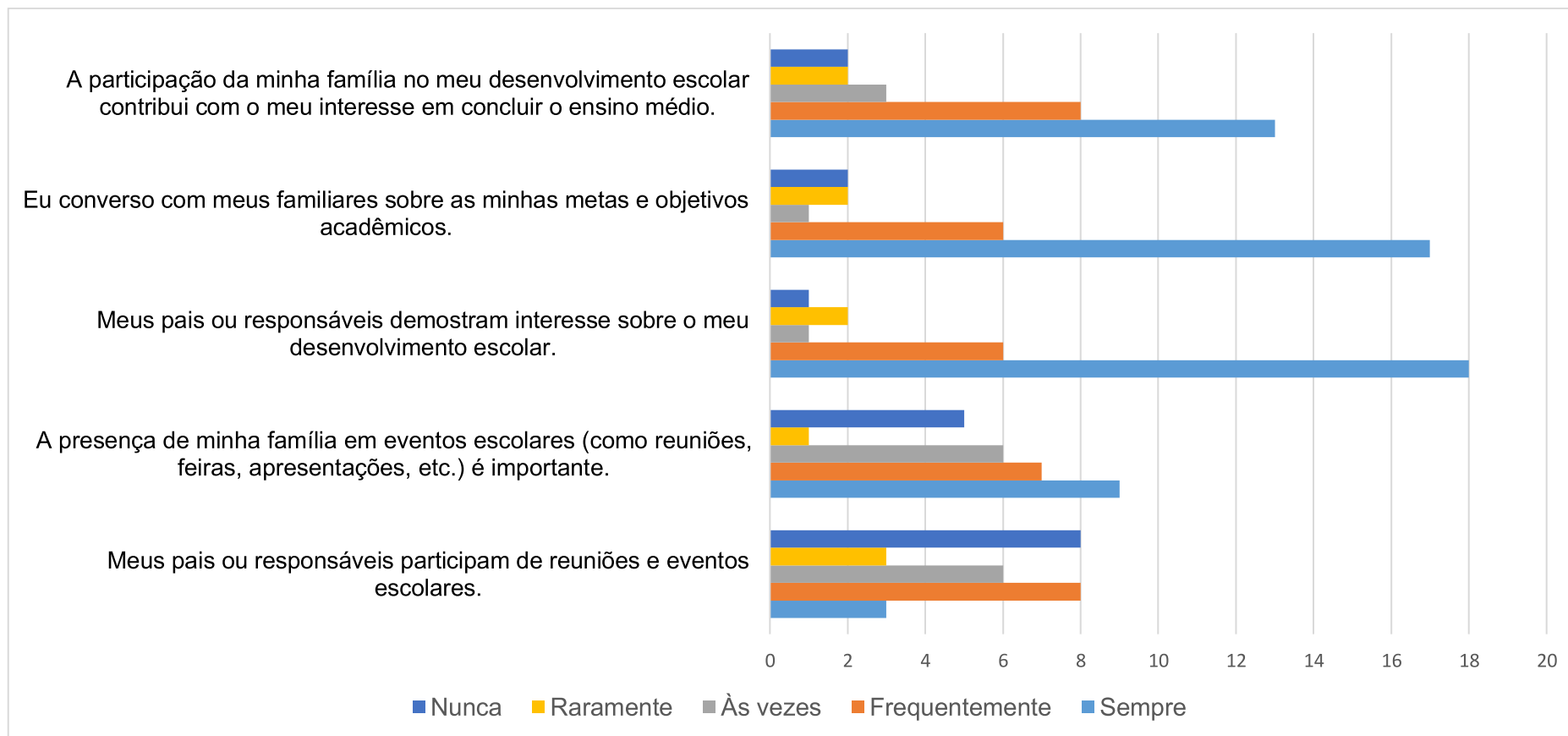
3.4.5 A participação da família

A autora Castro (2017) destaca que os resultados escolares impactam significativamente a vida social do aluno. Nesse contexto, esta seção tem como objetivo apresentar a avaliação que alunos e servidores fazem a respeito da participação da família nos processos educativos. A Figura 6 ilustra como os alunos percebem esse envolvimento familiar com a escola e de que maneira isso afeta os seus resultados escolares.

Os alunos afirmaram que a participação da família é de suma importância para o desenvolvimento escolar, sendo crucial, inclusive, para a conclusão do Ensino Médio. Dentre os 28 alunos que responderam à pesquisa, todos afirmaram ainda que mantêm um diálogo sobre metas e objetivos acadêmicos com seus familiares, além de relatar que os responsáveis demonstram interesse em acompanhar o desenvolvimento escolar, mesmo nesta etapa do ensino. No que diz respeito à importância e à participação efetiva da família em eventos escolares, as respostas foram variadas, evidenciando uma discrepância entre a frequência dessa participação e a forma como os alunos percebem sua relevância. Isso reforça a necessidade de promover ações que incentivem um maior envolvimento e engajamento das famílias nas escolas.

Relativo às entrevistas realizadas com os servidores, as perguntas 12 dos Apêndices A e B, e 11 do Apêndice C, tiveram como foco avaliar a percepção da participação familiar na escola. A diretora observou que “a família participa menos do que eu acho que deveria ser. Eu acho que quanto mais participativa, melhores resultados acadêmicos e mais desempenho. É nítido”. A vice-diretora complementou dizendo que “eu acho que quando a família incentiva, cobra, isso ajuda muito. Mas vai muito também da personalidade. A gente vê também famílias que correm atrás, que incentivam os filhos e eles não querem”. Dessa forma, a gestão escolar reforça as informações obtidas nos questionários dos alunos: é fundamental fortalecer a participação da família na escola, o que contribui substancialmente para melhores resultados.

Figura 6 – A importância da participação da sua família nos processos educacionais



Fonte: Elaborada pela autora.

Em contrapartida, a supervisora do Ensino Médio Regular, responsável apenas pelos alunos do 3º ano matutino, percebe que os pais participam quando convocados, mas ressalta que não há uma necessidade premente dessa participação, visto que os alunos já demonstram responsabilidade e apresentam raros problemas de aprendizagem e disciplina nessa fase. Por sua vez, o supervisor do Ensino Médio em Tempo Integral afirmou que “alguns pais entram sempre em contato, desde a primeira reunião de pais, eles perguntam como que está o aluno, o que pode ser feito para eles, se caso o aluno estiver dando algum problema, mas a maioria são dos bons alunos”. Em suma, os pais que costumam participar ativamente tendem a ser aqueles cujos filhos não apresentam problemas disciplinares ou de desempenho.

Em relação à participação da família, os professores expressaram a percepção de que os pais estão pouco envolvidos nas atividades escolares. A professora de Português B afirma que:

ainda é pouco, né? Quando a família tá presente, eu acho que o aluno se sente mais motivado, mais especial. Quando eles não participam, a família não se preocupa também, eu acho que eles acabam abandonando, né? Eles sentem que ninguém tá preocupado, que não faz diferença (Entrevista com a professora de Língua Portuguesa B, 27 de novembro de 2024).

Essa percepção é compartilhada pela professora de Português A, que também destaca a situação.

Isso é um grande problema. Porque muitas famílias participam, mas também existem grandes exceções. E na maioria das vezes, aqueles alunos com maiores problemas de socialização, de disciplina, são as famílias mais ausentes. Eu ainda não consigo uma estratégia, eu não imagino, para fazer a família participar mais, mas isso seria muito importante (Entrevista com a professora de Língua Portuguesa A, 27 de novembro de 2024).

O professor de Ciências Humanas menciona algumas situações que corroboram essa visão.

Eu acho que participa e eu acho que tem impacto, só que eu não sei se eu acho positivo e negativo. Eu acho que existem os casos da família ter um pouco cuidado e aí a gente entende que o aluno não se engaja, não tem uma preocupação com os estudos. Mas eu acho que existem os casos das famílias que acabam apresentando para os filhos, para a família, para os estudantes, uma ideia de que a escola não é uma fase importante da vida, não é algo fundamental. A gente percebe que os alunos que têm um bom engajamento, geralmente é

uma coisa familiar. Ou você tem um incentivo, tem ali um reconhecimento da família que você ter um bom desempenho no escolar é uma possibilidade de ascensão social, você melhorar de vida, conseguir um bom emprego. Eu acho que essa associação hoje em dia não está tão evidente, eu acho que tem muitas famílias que não defendem ou veem essa posição. A educação não estaria vinculada a uma boa...É, é como se você estuda por uma obrigação e depois do seu trabalho você vai ali fazer um cursinho, ou então se esforçar para um emprego com algum conhecido. Até a possibilidade de entrar na universidade eu acho que tem sido exigida, ou as pessoas reconhecem como muito difícil, ali é uma barreira simbólica, como se não fosse um lugar para eles. E é até curioso, porque nos últimos anos aconteceu o contrário. Aconteceu a sugestão das cotas, que é uma tentativa de trazer as pessoas, mas acho que algumas pessoas estão perdendo esse interesse por causa, talvez, do engajamento familiar. Mas aí a gente percebe um impacto positivo, sobretudo, nas famílias que já, por exemplo, de repente os pais já têm um ensino superior, ou então os pais conseguiram bons empregos, então tem ali um interesse em incentivar o aluno a ter um tempo de estudo, porque também isso é muito a formação de certas disposições para o aluno ter um bom desempenho. Não é só a criança chegar na sala, ficar lá e...Então acho que é isso, acho que impacta muito, mas de várias formas (Entrevista com o professor de Ciências Humanas, 27 de novembro de 2024).

Em um contexto mais amplo, todos os entrevistados afirmaram a importância da presença e do acompanhamento das famílias para o desenvolvimento escolar eficiente, enfatizando que essa colaboração deve ser reforçada na escola. Os entrevistados acreditam que tal parceria pode resultar em melhores desempenhos acadêmicos e valorização dos estudantes.

Ao analisar tais afirmações, constata-se uma correlação com as observações feitas por Castro (2017), que assinala que as famílias são responsáveis por escolhas que podem conduzir ao sucesso ou ao fracasso escolar de seus filhos. Essa trajetória é socialmente determinada, uma vez que os currículos estabelecem o que, como e quando determinadas informações são apresentadas. Conforme Silva e Hasenbaug (2002, *apud* Castro 2017), o capital econômico, o capital cultural da família e os arranjos familiares exercem influência significativa no sucesso ou fracasso escolar. Quanto mais elevado for o capital econômico e cultural, maior será o investimento das famílias na educação, seja dentro do ambiente escolar ou por meio de outras formas que promovam o conhecimento. No que diz respeito à estrutura familiar, esta pode tanto favorecer quanto prejudicar o desenvolvimento educacional.

Segundo as pesquisas de Castro (2017), os alunos provenientes de famílias menos favorecidas enfrentam mais dificuldades para concluir o Ensino Médio. Tavares Júnior, Mont'Alvão e Neubert (2015) reforçam essa ideia, ressaltando que existe uma

relação entre o poder econômico das famílias e as oportunidades de sucesso escolar, além do impacto do capital cultural e da escolarização dos pais. Assim, quanto maior for o poder econômico e cultural das famílias, e quanto mais elevada for a escolarização dos pais, maiores serão as chances de sucesso escolar para os seus filhos. Além disso, Patto (2022) defende a importância das políticas públicas em reavaliar as condições financeiras e sociais das famílias, visando contribuir para a promoção de uma educação nacional justa e igualitária.

Nesse contexto, torna-se essencial que as políticas públicas atuem no fortalecimento das condições econômicas e sociais das famílias, com o intuito de aumentar engajamento no sucesso escolar dos estudantes. Ao reduzir a necessidade de abandono escolar em função do trabalho e ao incrementar os incentivos à permanência na escola, será possível promover uma educação de qualidade superior e impulsionar o alcance dos objetivos acadêmicos dos alunos.

3.5 A ESCOLA QUE EU DESEJO: SUGESTÕES DE ALUNOS E SERVIDORES PARA A ESCOLA

A pergunta final, contida nos Apêndices A, B, C e D, tinha como finalidade proporcionar um espaço de reflexão onde os participantes pudessem expressar suas opiniões e sugestões para a melhoria da instituição educacional, a partir de suas próprias perspectivas.

Durante a entrevista, a diretora manifestou seu apoio ao Ensino Médio em Tempo Integral, expressando sua satisfação com essa abordagem, sob a premissa de que “a vida é integral”. Contudo, ressaltou a importância de um momento de diálogo prévio à implementação, no qual a escola pudesse ser ouvida pelos responsáveis pela execução do programa. O supervisor do Ensino Médio em Tempo Integral acrescentou que, para promover melhorias na educação, é essencial inicialmente identificar os problemas existentes.

a ausência da família eu acho que é um problema muito grande. Mas, como eu falei, eu não sei como seria a busca ativa da família. De repente, eu penso as vezes, assim, além da reunião, igual a gente teve a feira literária, quem sabe podendo trazer uma pessoa da família, porque aí pode conviver na escola além da reunião, não é só olhar o resultado. Sim, para alguma coisa também é agradável, não só para cobrança (Entrevista com o Supervisor Escolar do EMTI, 27 de novembro de 2024).

Nesse sentido, cada servidor identificou aspectos que podem ser esclarecidos para contribuir com o aprimoramento do ambiente escolar. O professor de Ciências Humanas expressou sua preocupação em relação ao uso das tecnologias nas salas de aula, apontando que isso impacta a participação dos estudantes nas atividades escolares. Afirma que “essa incapacidade do aluno se desconectar do mundo exterior para estar no ambiente escolar. Eu acho que essa é a grande dificuldade. Porque o aluno, ao mesmo tempo que está na escola, ele não está na escola”. Ademais, o docente mencionou que, frequentemente, pais enviam mensagens a seus filhos durante o horário das aulas, o que compromete a atenção dos estudantes. Essa situação reflete uma cultura familiar que necessita de uma abordagem disciplinar em relação ao uso de dispositivos eletrônicos.

A vice-diretora entrevistada expressou sua preocupação em relação à disciplina dos alunos, o que, frequentemente, resulta em um desinteresse dos professores em promover aulas mais dinâmicas, especialmente nos 1º e 2º anos do Ensino Médio. Segundo suas palavras, “com o desânimo dos alunos, (os professores) às vezes não conseguem dar aula, então vai sobrecarregando essa convivência”. A vice-diretora também salientou que essa situação está relacionada à heterogeneidade das turmas, que são compostas por alunos com diferentes perfis, idades e objetivos variados, o que, muitas vezes, compromete o aprendizado coletivo.

Neste contexto, Arroyo (2013) destaca uma preocupação premente com os programas de formação de professores e a desvalorização do trabalho docente. O autor observa que, embora a questão da disciplina ocupe uma parcela significativa das aulas, não é abordada de forma adequada nos cursos de formação. Além disso, enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar o trabalho dos educadores, uma vez que eles frequentemente são excluídos dos processos decisórios relacionados a currículos, avaliações e políticas educacionais. Complementando esta análise, Dourado (2001) aponta o baixo prestígio da profissão docente, agravado pelas condições de trabalho precárias, como salas de aula superlotadas e planos de carreira defasados, fatores que comprometem a qualidade do ensino e desvalorizam o profissional.

No questionário destinado aos estudantes, a pergunta final “O que você melhoraria na sua escola” gerou uma diversidade de respostas, incluindo muitos elogios. Uma única resposta, por sua vez, apresentou 10 sugestões:

1. *Programas de Mentoria: Alunos mais velhos podem atuar como mentores para os mais novos, ajudando-os em suas dificuldades acadêmicas e sociais.*
2. *Aulas Interativas: Utilizar tecnologias como quadros interativos e aplicativos educacionais para tornar as aulas mais dinâmicas e envolventes.*
3. *Atividades Extracurriculares: Oferecer uma variedade de clubes e atividades, como teatro, música, esportes e ciência, para desenvolver habilidades sociais e emocionais.*
4. *Espaços de Aprendizagem Colaborativa: Criar áreas na escola onde os alunos possam trabalhar em grupo, promovendo a colaboração e o aprendizado mútuo.*
5. *Educação Socioemocional: Implementar programas que ensinem habilidades como empatia, resolução de conflitos e gerenciamento de emoções.*
6. *Oficinas e Palestras: Convidar profissionais de diversas áreas para palestras e oficinas, inspirando os alunos e expandindo seus horizontes.*
7. *Projetos de Sustentabilidade: Incentivar os alunos a se envolverem em projetos que promovam a consciência ambiental, como hortas escolares ou campanhas de reciclagem.*
8. *Feedback Contínuo: Estabelecer um sistema onde alunos e professores possam dar e receber feedback constante, melhorando o processo de ensino-aprendizagem.*
9. *Estudos de Campo: Organizar saídas para locais relevantes ao currículo, permitindo que os alunos aprendam de maneira prática e contextualizada.*
10. *Programas de Leitura: Criar clubes de leitura ou desafios de leitura para estimular o hábito da leitura entre os alunos (Questionário dos estudantes, dezembro de 2024).*

Entre as sugestões apresentadas pelos alunos, algumas já se encontram em prática, como o aplicativo ENEM-MG, disponibilizado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, que contém redações e simulados para a preparação ao ENEM. Adicionalmente, são organizados passeios e visitas técnicas a museus, universidades e instituições de ensino superior, sob a supervisão de professores e da gestão escolar. O Clube de Leitura, que visa promover o hábito da leitura, está previsto para os alunos dos turnos da manhã, tarde e integral.

Além dessas sugestões, outras respostas sinalizaram a necessidade de um trabalho mais efetivo com a disciplina escolar, com o intuito de evitar que estudantes “matem aula, fazendo algo de errado dentro da escola, onde é um ambiente de respeito”. Destacou-se também a necessidade de revisar os conteúdos do Ensino Médio em Tempo Integral, aumentando a carga horária dedicada à BNCC e implementando novas tecnologias nas aulas, além de proporcionar mais aulas

dinâmicas e atividades extracurriculares. Apesar dessas considerações, a maioria das respostas foi positiva em relação à escola.

A análise comparativa entre as respostas dos alunos e as entrevistas realizadas revela que a escola é reconhecida por diversos pontos positivos, embora também apresente aspectos que requerem melhorias. Conforme Luck (2015), a gestão escolar enfrenta múltiplos desafios, em virtude dos diferentes contextos, experiências e culturas dos sujeitos que convivem no ambiente escolar, sempre com o objetivo de contribuir para um aprendizado significativo. Essa distinção evidencia a principal diferença entre gestão escolar e administração escolar. Para alcançar o sucesso educacional, é imprescindível que a gestão conte com o engajamento de todos os envolvidos, integrando elementos intra e extraescolares em suas decisões e estratégias de aprendizado.

O Quadro 1 apresenta um resumo dos principais problemas identificados na realização desta pesquisa de campo. Considerando que o objetivo deste trabalho é identificar as ações que a gestão escolar pode implementar para favorecer a aprovação e a permanência dos alunos, os principais problemas elencados no quadro, bem como as propostas de ações direcionadas à solução destes problemas (conforme apresentado no Capítulo 4), estarão diretamente relacionados à atuação da gestão escolar e às soluções que podem ser inovadoras no âmbito de suas competências.

Quadro 1 – Principais problemas encontrados na pesquisa de campo

(continua)

Problema	Descrição do problema	Evidências do campo
Reprovação	Alto índice de reprovações no Ensino Fundamental.	Em resposta às questões 7 e 8 do Questionário dos Estudantes (Apêndice D), mais da metade dos alunos respondentes já foi reprovado em alguma série. Entre os 15 estudantes que já foram reprovados, 11 reprovações ocorreram no Ensino Fundamental.
EMTI e transferências	O EMTI é uma política que não atende os alunos que precisam trabalhar ou desejam realizar outros cursos. Os alunos que apresentam muitas faltas justificam essa ocorrência devido à necessidade de trabalhar. Essa situação gera o remanejamento de alunos para o turno noturno ou transferências para outras escolas.	Analisando as respostas às questões 9 e 10 do Questionário dos Estudantes (Apêndice D), que buscam identificar se o estudante conhece alguém que interrompeu os estudos e as justificativas para essa ação, 80% dos respondentes declararam conhecer alguém que interrompeu os estudos, sendo que 95% das justificativas para o abandono escolar estão relacionadas à necessidade de trabalhar. Dentre as respostas, apenas uma pessoa interrompeu os estudos por falta de interesse. Com relação às entrevistas, considerando as perguntas 8 e 9 que tratam sobre as transferências (Apêndices A e B), os servidores afirmaram que as transferências escolares decorrem principalmente de questões econômicas e da incompatibilidade com o modelo do EMTI.
Projetos escolares	Necessidade de maior engajamento dos professores com atividades extraescolares ou projetos para serem desenvolvidos dentro e fora da escola. Trabalho interdisciplinar e mais dinâmico, prático, com a inserção de novas metodologias.	De acordo com as falas dos servidores, o trabalho colaborativo pode ser um diferencial para promover a permanência e a aprovação do estudante. Apesar disso, a diretora escolar afirma que ainda há a necessidade de ampliar o engajamento dos próprios professores para a proposição de ideias e projetos. Em resposta ao questionário voltado aos estudantes, com relação ao trabalho dos professores, o único item com resposta “Nunca”, foi com relação à promoção de momentos de debate e interação nas aulas, o que demonstra um ponto de atenção e melhoria nesse quesito.
Reuniões presenciais	Necessidade de fortalecer a prática de reuniões presenciais, com objetivos definidos, entre a gestão e a supervisão e essas duas parcelas com os professores.	O Supervisor do EMTI afirmou que há constantes interações entre a gestão e a supervisão, principalmente através de grupos de WhatsApp. A Diretora identificou que os encontros específicos entre a gestão e a supervisão precisam ocorrer de forma mais frequente, reconhecendo a necessidade de estruturar melhor esses momentos de diálogo.

Quadro 1 – Principais problemas encontrados na pesquisa de campo

(conclusão)

Problema	Descrição do problema	Evidências do campo
Valorização do EMTI	Os alunos não valorizam o estudo com relação ao Ensino Médio, desconhecem o currículo do EMTI ou não compreendem, principalmente, a parte dedicada aos Itinerários Formativos.	Realizando uma análise geral, as respostas dos alunos demonstram que estes possuem dúvidas com relação ao EMTI, desconhecendo os objetivos de algumas disciplinas e de que forma estas podem ser úteis para a formação futura do educando. Ao mesmo tempo, percebe-se a necessidade de uma abordagem que apresente aos alunos os objetivos do EMTI e as vantagens sobre a permanência durante o período integral. As diferentes interpretações sobre o Novo Ensino Médio e suas características confirmam a necessidade do envolvimento dos sujeitos com a implementação das políticas, bem como o esclarecimento das novas propostas para os alunos e suas famílias.
Gestão ouvinte	Gestão escolar acessível, mas o estudante não se sente ouvido.	Embora a gestão seja acessível, os estudantes não se sentem plenamente ouvidos ou com suas necessidades atendidas.
Participação da família	A família não participa da escola ou participa pouco.	Durante as entrevistas foi pontuada a necessidade de mais convites à participação das famílias por parte da gestão escolar. Ficou evidenciada a necessidade de uma maior aproximação entre a escola e as famílias, com o objetivo de promover uma colaboração efetiva para o sucesso escolar dos estudantes. Com relação ao questionário dos estudantes, quanto à importância e à efetiva participação da família em eventos escolares foi evidenciada a necessidade de promover ações que incentivem uma maior presença e engajamento das famílias na escola. A gestão da escola reforça o que os questionários dos alunos apresentaram: é necessário reforçar a participação da família na escola, o que contribui para melhores resultados. No geral, todos os entrevistados afirmaram que a presença e o acompanhamento das famílias são importantes para um bom desenvolvimento escolar e que essa ação deve ser fortalecida na escola. Os entrevistados acreditam que essa parceria pode gerar melhores resultados e valorização do estudante.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados da pesquisa de campo (2024).

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Esta seção tem como finalidade apresentar um Plano de Ação Educacional, cujo foco é o desenvolvimento de estratégias para abordar os problemas identificados na pesquisa de campo. Os principais problemas identificados foram os seguintes:

1. **Reprovações:** A pesquisa revelou que mais de 50% dos alunos que responderam ao questionário afirmou ter enfrentado reprovações ao longo de trajetória escolar, com 73% das reprovações ocorrendo no Ensino Fundamental.
2. **Ensino Médio em Tempo Integral e Transferências:** O estudo destacou a necessidade de valorização do EMTI pela escola e de um maior entendimento acerca de seu funcionamento por parte dos alunos e suas famílias. Tal abordagem contribuiria para o fortalecimento dessa política e a redução das solicitações de transferência. Além disso, identificou-se a importância de um acompanhamento sistemático dessas solicitações para compreender as razões que levam os alunos a optarem pela mudança de escola.
3. **Projetos Escolares:** Evidenciou-se a demanda por um maior envolvimento dos professores em projetos e atividades que sejam dinâmicas, interdisciplinares e práticas. Há uma necessidade premente de introduzir novas metodologias em sala de aula, bem como fomentar o desenvolvimento de projetos dentro e fora do ambiente escolar.
4. **Reuniões presenciais:** Identificou-se a necessidade de fortalecer a realização de reuniões presenciais, com objetivos bem definidos, entre a gestão e a supervisão, assim como entre esses segmentos e os professores, visando aprimorar o alinhamento e a comunicação interna da escola.
5. **Valorização do Ensino Médio em Tempo Integral:** Muitos alunos não reconhecem a importância do Ensino Médio e demonstram desconhecimento a respeito do currículo do EMTI, especialmente no que se refere aos Itinerários Formativos, o que compromete seu engajamento nessa modalidade de ensino.
6. **Gestão Ouvinte:** Embora os alunos considerem a gestão escolar acessível e presente, eles relataram não se sentirem efetivamente ouvidos em relação às suas necessidades e demandas.
7. **Participação da Família:** A pesquisa indicou uma baixa participação das famílias na vida escolar dos alunos. Tanto os relatos das entrevistas quanto as respostas

dos questionários sugerem que a presença familiar na escola é limitada ou, em muitos casos, inexistente.

O Quadro 2 apresenta um levantamento detalhado dos problemas identificados, das evidências coletadas na pesquisa e das ações planejadas no Plano de Ação Educacional (PAE) com o intuito de minimizar esses desafios.

Uma vez identificados os problemas, será elaborado um Plano de Ação Educacional (PAE) com o objetivo de definir estratégias para cada questão, utilizando a ferramenta 5W2H. Este instrumento metodológico fornece diretrizes claras e objetivas para a execução das atividades e orienta a estruturação de um plano estratégico, visando a resolução dos problemas identificados. Além disso, a ferramenta contribui para a elaboração de um planejamento mais eficaz, otimizando processos, simplificando informações e promovendo o uso eficiente dos recursos disponíveis. Segundo Campos (2020), a sigla 5W2H refere-se a cinco palavras em inglês que começam com a letra W e duas palavras que iniciam com a letra H, que significam:

- What: O quê será realizado?
- When: Quando vai acontecer?
- Why: Por quê será realizado?
- Where: Onde vai ocorrer?
- Who: Quem será o responsável?
- How: Como será realizado?
- How Much: Quanto vai custar?

A sistematização dessas informações possibilita que o plano de ação seja mais organizado, estabelecendo prazos, designando responsáveis e estimando os custos de cada iniciativa. Com base nos resultados da pesquisa de campo, foram sugeridas ações direcionadas à identificação de estratégias que a gestão escolar pode adotar para favorecer a aprovação e a permanência dos estudantes no Ensino Médio. Essas ações estão detalhadas nas subseções deste capítulo, sendo que cada uma delas foi apresentada em um quadro no formato 5W2H, com a descrição específica das atividades a serem implementadas.

Quadro 2 – Problemas identificados e ações previstas

(continua)

Problema	Descrição do problema	Evidências do campo	Ação prevista
Reprovação	Alto índice de reprovações no Ensino Fundamental.	Em resposta às questões 7 e 8 do Questionário dos Estudantes (Apêndice D), mais da metade dos alunos respondentes já foi reprovado em alguma série. Entre os 15 estudantes que já foram reprovados, 11 reprovações ocorreram no Ensino Fundamental.	Reuniões para análise dos índices de reprovação no Ensino Fundamental e Ensino Médio; Conscientização sobre o impacto da reprovação na vida escolar e social do aluno; Conscientização dos alunos e suas famílias sobre a importância da valorização dos estudos em todas as etapas da educação.
Projetos escolares	Necessidade de maior engajamento dos professores com atividades extraescolares ou projetos para serem desenvolvidos dentro e fora da escola. Trabalho interdisciplinar e mais dinâmico, prático, com a inserção de novas metodologias.	De acordo com as falas dos servidores, o trabalho colaborativo pode ser um diferencial para promover a permanência e a aprovação do estudante. Apesar disso, a diretora escolar afirma que ainda há a necessidade de ampliar o engajamento dos próprios professores para a proposição de ideias e projetos. Em resposta ao questionário voltado aos estudantes, com relação ao trabalho dos professores, o único item com resposta “Nunca”, foi com relação à promoção de momentos de debate e interação nas aulas, o que demonstra um ponto de atenção e melhoria nesse quesito.	Utilizar os momentos de reunião de Módulo II para desenvolver capacitações com planejamentos interdisciplinares, estratégias de ensino e elaboração de projetos interdisciplinares, inclusive com o compartilhamento de boas práticas.
Reuniões presenciais	Necessidade de fortalecer a prática de reuniões presenciais, com objetivos definidos, entre a gestão e a supervisão e essas duas parcelas com os professores.	O Supervisor do EMTI afirmou que há constantes interações entre a gestão e a supervisão, principalmente através de grupos de WhatsApp. A Diretora identificou que os encontros específicos entre a gestão e a supervisão precisam ocorrer de forma mais frequente, reconhecendo a necessidade de estruturar melhor esses momentos de diálogo.	Proporcionar mais momentos de reunião presencial entre a gestão escolar e a supervisão e dessa parcela com os professores.

Quadro 2 – Problemas identificados e ações previstas

(continua)

Problema	Descrição do problema	Evidências do campo	Ação prevista
EMTI e transferências	O EMTI é uma política que não atende os alunos que precisam trabalhar ou desejam realizar outros cursos. Os alunos que apresentam muitas faltas justificam essa ocorrência devido à necessidade de trabalhar. Essa situação gera o remanejamento de alunos para o turno noturno ou transferências para outras escolas.	Analisando as respostas às questões 9 e 10 do Questionário dos Estudantes (Apêndice D), que buscam identificar se o estudante conhece alguém que interrompeu os estudos e as justificativas para essa ação, 80% dos respondentes declararam conhecer alguém que interrompeu os estudos, sendo que 95% das justificativas para o abandono escolar estão relacionadas à necessidade de trabalhar. Dentre as respostas, apenas uma pessoa interrompeu os estudos por falta de interesse. Com relação às entrevistas, considerando as perguntas 8 e 9 que tratam sobre as transferências (Apêndices A e B), os servidores afirmaram que as transferências escolares decorrem principalmente de questões econômicas e da incompatibilidade com o modelo do EMTI.	Elaboração de um instrumento para a justificativa da transferência, a ser preenchido pelo aluno ou seu responsável legal, no ato da solicitação de transferência; Criar uma pasta física e uma planilha de Excel para alimentar os dados sobre as justificativas para as transferências; Conscientizar alunos e famílias sobre o formato do EMTI e a importância da valorização do ensino básico.
Valorização do EMTI	Os alunos não valorizam o estudo com relação ao Ensino Médio, desconhecem o currículo do EMTI ou não compreendem, principalmente, a parte dedicada aos Itinerários Formativos.	Realizando uma análise geral, as respostas dos alunos demonstram que estes possuem dúvidas com relação ao EMTI, desconhecendo os objetivos de algumas disciplinas e de que forma estas podem ser úteis para a formação futura do educando. Ao mesmo tempo, percebe-se a necessidade de uma abordagem que apresente aos alunos os objetivos do EMTI e as vantagens sobre a permanência durante o período integral. As diferentes interpretações sobre o Novo Ensino Médio e suas características confirmam a necessidade do envolvimento dos sujeitos com a implementação das políticas, bem como o esclarecimento das novas propostas para os alunos e suas famílias.	Ampliar os momentos de reunião com os alunos e suas famílias, apresentar o currículo do EMTI, principalmente com relação à parte voltada aos Itinerários formativos, seus objetivos e valorização para a formação completa do educando. Permitir que os alunos que estão no 3º ano do EMTI compartilhem suas experiências com os alunos recém matriculados nessa modalidade.

Quadro 2 – Problemas identificados e ações previstas

(conclusão)

Problema	Descrição do problema	Evidências do campo	Ação prevista
Gestão ouvinte	Gestão escolar acessível, mas o estudante não se sente ouvido.	Embora a gestão seja acessível, os estudantes não se sentem plenamente ouvidos ou com suas necessidades atendidas.	Fortalecer o Conselho dos Representantes de turma, agendando reuniões com a supervisão e gestão escolar, para que os alunos se sintam ouvidos e tenham sanadas as suas demandas.
Participação da família	A família não participa da escola ou participa pouco.	Durante as entrevistas foi pontuada a necessidade de propor mais momentos de interação entre a família e a escola, com o objetivo de promover uma colaboração efetiva para o sucesso escolar dos estudantes. Com relação ao questionário dos estudantes, foi evidenciada a necessidade de promover ações que incentivem uma maior presença e engajamento das famílias na escola. A gestão da escola reforça o que os questionários dos alunos apresentaram: é necessário reforçar a participação da família na escola, o que contribui para melhores resultados. No geral, todos os entrevistados afirmaram que a presença e o acompanhamento das famílias são importantes para um bom desenvolvimento escolar e que essa ação deve ser fortalecida na escola. Os entrevistados acreditam que essa parceria pode gerar melhores resultados e valorização do estudante.	Propor mais momentos de interação entre a família e a escola, para além dos momentos de reunião de entrega dos resultados. A participação nas apresentações dos projetos, como Feira de Ciências, Feira Literária e Formatura poderá estreitar a relação família e escola e contribuir para a valorização do processo educacional.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados da pesquisa de campo (2024).

4.1 PLANEJAMENTO DE REUNIÕES DE MÓDULO II

Conforme indicado por Luck (2015), a inclusão dos sujeitos nos processos de decisão, reconhecendo-os como protagonistas das práticas, é fundamental para a promoção de uma gestão democrática que favorece a melhoria do funcionamento institucional. Uma gestão eficaz deve abranger todos os membros da comunidade escolar, assegurar transparência em suas decisões e compartilhar responsabilidades, valorizando a participação de cada um. É importante ressaltar que a gestão educacional é um processo dinâmico, capaz de gerar soluções autônomas em consonância com a sua realidade.

Para abordar os desafios identificados na pesquisa de campo, tais como os índices de reprovação, o engajamento dos professores em atividades interdisciplinares e projetos, a valorização do Ensino Médio em Tempo Integral e a participação da família, o Quadro 3 delinea processos destinados ao desenvolvimento de reuniões presenciais. Essa abordagem orienta a gestão na realização de reuniões com objetivos claros, definições explícitas e ações viáveis, valorizando a organização coletiva e respeitando a rotina dos docentes que são os profissionais que interagem diretamente com os alunos, os quais constituem o foco do trabalho escolar. O planejamento das reuniões aprimora os processos de alinhamento de informações, desenvolvimento de projetos, trabalho interdisciplinar e capacitação da equipe.

As reuniões de Módulo II estão programadas para ocorrer uma vez por mês, durante o ano letivo, aos sábados, com uma carga horária de oito horas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela resolução do calendário escolar da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. O quadro 5W2H apresentado estabelece um fluxo estruturado para as reuniões escolares, contemplando a identificação das demandas dos alunos por meio do Conselho dos Representantes de Turma e a realização de uma reunião entre a gestão escolar e a supervisão pedagógica, com o intuito de alinhar as informações e planejar a reunião mensal relativa ao Módulo II, conforme previsto no calendário escolar. Com o objetivo de enfrentar os problemas identificados na pesquisa, a cada mês serão abordados temas específicos para fortalecer estratégias que favoreçam a aprovação e a permanência dos estudantes na escola. As reuniões deverão ocorrer no auditório da escola, que está equipado com televisão, projetor, computador e acesso à internet.

Quadro 3 – Planejamento de reuniões escolares do Módulo II

(continua)

O quê (What)	Por quê (Why)	Quem (Who)	Quando (When)	Onde (Where)	Como (How)	Quanto (How Much)
Encontro com o Conselho dos Representantes de Turma	Verificação das demandas dos alunos através das falas dos representantes de turma.	Supervisão escolar e representantes das turmas	Uma semana antes da reunião de Módulo II	Sala de Estudos da EEDM	Levantamento das demandas dos Conselhos dos Representantes de Turma, registros em ata e fotografias.	Impressão de ata com os recursos internos da escola.
Planejamento da reunião	Garantir a organização, a definição dos assuntos abordados, os objetivos e a duração de cada etapa.	Gestão escolar e supervisão pedagógica	Após a reunião com o Conselho dos Representantes de turma, mínimo de cinco dias antes da reunião de Módulo II prevista no calendário escolar.	Sala da supervisão	Levantamento de demandas, sugestão de pautas.	Sem custo
Convocação dos participantes	Garantir a presença dos envolvidos.	Gestão escolar e supervisão	Três dias antes da reunião	Comunicação através do WhatsApp e pessoalmente, na sala dos professores.	Envio de lembretes e convites.	Sem custos.

Quadro 3 – Planejamento de reuniões escolares do Módulo II

(conclusão)

O quê (What)	Por quê (Why)	Quem (Who)	Quando (When)	Onde (Where)	Como (How)	Quanto (How Much)
Preparação de materiais	Preparação e organização dos materiais de apoio da reunião, garantindo objetividade e coerência com a pauta exigida	Gestão escolar e supervisão	3 dias antes da reunião	Sala da supervisão pedagógica	Levantamento dos documentos oficiais a serem utilizados na reunião, elaboração de slides e atas.	Carga horária da supervisão e gestão para elaboração do material; impressão de material com recurso interno da escola.
Realização da reunião	Alinhamento de informações, discussão de demandas, definição de ações.	Gestão, supervisão e equipe escolar	Mensalmente de acordo com o calendário escolar.	Auditório da escola	Apresentação dos temas, discussão e deliberações.	Sem custos.
Registro e acompanhamento	Documentar decisões e garantir o cumprimento das ações.	Supervisão pedagógica	Após a reunião	Arquivo da escola	Organização de dados e compartilhamento pelo grupo de WhatsApp da escola, registros fotográficos e acompanhamento das ações.	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na semana que antecede a reunião referente ao Módulo II, serão realizados dois encontros. O primeiro consiste na reunião entre o Conselho dos Representantes de Turma e a Supervisão Pedagógica, na qual cada estudante representante de sua respectiva turma levantará as demandas coletivas e as apresentará durante a reunião com a supervisão. O registro desta sessão será formalizado em ata e por meio de registros fotográficos. Os alunos terão a oportunidade de expor suas ideias, dúvidas e sugestões, e a supervisão avaliará as viabilidades de implementação dessas propostas, além de responder aos questionamentos levantados. As questões que não puderem ser resolvidas na ocasião serão encaminhadas à gestão escolar ou discutidas entre toda a equipe escolar durante a reunião do Módulo II. A inclusão de um momento no calendário para a escuta do Conselho dos Representantes de Turma representa uma ação direcionada à resolução do problema identificado na pesquisa, em que muitos alunos relataram que a gestão está presente na escola, mas que não se sentem devidamente ouvidos. Assim, promover momentos de diálogo entre a supervisão e os estudantes visa mitigar essa percepção, conferindo voz às suas necessidades.

O segundo momento que precede a reunião do Módulo II será a reunião entre a gestão escolar e a supervisão pedagógica. Nesta ocasião, a supervisão apresentará à gestão a ata da reunião com o Conselho dos Representantes de Turma, e juntos irão verificar as possíveis intervenções a serem realizadas. Ademais, nesta reunião serão discutidas as ideias e necessidades que deverão ser abordadas nas reuniões de Módulo II, definindo a pauta, as estratégias, dinâmicas, projetos e metodologias a serem empregadas.

Com até três dias de antecedência em relação à reunião do Módulo II, será realizada a convocação por meio de uma mensagem enviada via aplicativo de WhatsApp, além de um comunicado verbal na sala dos professores. Posteriormente, os materiais que serão utilizados na reunião serão preparados, incluindo a impressão da ata, a lista de presença, a elaboração de slides e a busca de material pertinente ao assunto a ser tratado. Durante a reunião, serão alinhadas as informações, discutidas as demandas e definidas ações concretas. Os registros da reunião serão feitos por meio da ata, da lista de presença e de fotografias. Os materiais utilizados nas reuniões devem ser compartilhados com os professores, quando pertinente.

Mensalmente, serão levantadas as pautas necessárias para o trabalho conjunto entre a gestão, a supervisão e os professores da escola. O Quadro 4 sugere um

cronograma para as reuniões do Módulo II, com o objetivo de solucionar os problemas evidenciados na pesquisa de campo.

Apresentando de maneira mais clara as informações contidas no Quadro 4, no mês de março serão discutidos os Itinerários Formativos do Ensino Médio em Tempo Integral e o currículo de forma geral. Durante a primeira hora da reunião, a supervisão pedagógica irá apresentar o link disponibilizado no Google Drive, o qual contém os documentos, resoluções, cadernos e o currículo que orientam o trabalho do Ensino Médio em Tempo Integral. Também haverá um espaço dedicado ao compartilhamento de boas práticas já implementadas por professores, com o intuito de fortalecer a compreensão e o trabalho com o referido conteúdo. Este momento visa ampliar o engajamento dos docentes nas atividades e projetos escolares, bem como fomentar a elaboração de novos projetos, inclusive interdisciplinares, a serem desenvolvidos tanto dentro quanto fora da escola, com ações dinâmicas e práticas. Além disso, pretende-se reforçar estratégias que favoreçam a permanência e participação dos alunos nas atividades escolares.

Após essa fase, os professores serão organizados em grupos de cinco pessoas, com o objetivo de desenvolver um plano de aula alinhado aos itinerários formativos. Professores que já atuaram nesta disciplina atuarão como mediadores, acompanhando a execução da atividade. Após 40 minutos de trabalho em grupo, serão concedidos mais 30 minutos para a apresentação dos grupos, o que permitirá também trocas de experiências entre os demais membros presentes na reunião. Dentre as apresentações, serão selecionados dois planos a serem implementados na escola.

Para o mês de abril, o tema abordado na reunião do Módulo II serão as metodologias ativas, incluindo sua definição e aplicação prática. O objetivo deste tema é identificar novas metodologias adequadas às diversas áreas de conhecimento, buscando aumentar o engajamento dos professores nas atividades extracurriculares e no desenvolvimento de projetos que reforcem o interesse dos alunos pelo estudo, incorporando novas metodologias e tecnologias de forma mais prática e dinâmica. Serão exploradas as possibilidades viáveis dentro da escola, incluindo o compartilhamento de boas práticas que já foram realizadas.

Quadro 4 – Cronograma para as reuniões do Módulo II

(continua)

O quê (What)	Por quê (Why)	Quem (Who)	Quando (When)	Onde (Where)	Como (How)	Quanto (How Much)
Itinerários formativos e o currículo do EMTI	Ampliar o engajamento dos professores com atividades interdisciplinares, buscando uma valorização do currículo do EMTI e esse reconhecimento por parte dos alunos.	Gestão escolar, Supervisão pedagógica e professores	Março	Auditório da Escola Estadual Delfim Moreira	Apresentação das Resoluções sobre o EMTI; os documentos norteadores da SEEMG para o trabalho com os Itinerários Formativos; CRMG, Catálogo de Eletivas, entre outros documentos oficiais. Separar os professores em grupos de cinco pessoas para cada grupo apresentar um projeto possível de ser realizados na escola, de forma a promover o trabalho interdisciplinar.	Carga horária de pessoas envolvidas com o planejamento da reunião e atas e lista de presença, impressos com recursos internos disponíveis na escola.
Metodologias ativas: o que são e como utilizá-las no dia a dia escolar	Desenvolver um trabalho interdisciplinar e mais dinâmico, prático, com a inserção de novas metodologias.	Gestão escolar, Supervisão pedagógica e professores	Abril	Auditório da Escola Estadual Delfim Moreira	Apresentar as metodologias ativas e como estas podem ser utilizadas no trabalho cotidiano. Compartilhamento das práticas exitosas.	Carga horária de pessoas envolvidas com o planejamento da reunião e atas e lista de presença, impressos com recursos internos disponíveis na escola.

Quadro 4 – Cronograma para as reuniões do Módulo II

(continua)

O quê (What)	Por quê (Why)	Quem (Who)	Quando (When)	Onde (Where)	Como (How)	Quanto (How Much)
Fortalecer a participação da família	Fortalecer a participação da família na escola para além da reunião bimestral para entrega dos resultados dos alunos.	Gestão escolar, Supervisão pedagógica e professores	Maio	Auditório da Escola Estadual Delfim Moreira	Levantar sugestões para a participação da família na escola. Serão apresentados projetos e ações para fortalecer o vínculo da família com a escola, considerando que essa é uma demanda percebida pelos próprios professores e a gestão escolar.	Carga horária de pessoas envolvidas com o planejamento da reunião e atas e lista de presença, impressos com recursos internos disponíveis na escola.
O impacto da reprovação na vida escolar e social do aluno	Refletir sobre o alto índice de reprovações no Ensino Fundamental.	Gestão escolar, Supervisão pedagógica e professores	Junho	Auditório da Escola Estadual Delfim Moreira	Apresentar artigos científicos que comprovam o impacto negativo da reprovação na vida escolar e social do aluno, considerando um novo olhar para essas situações. Realizar o diagnóstico de habilidades não consolidadas para planejar as aulas, buscando minimizar as dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a aprovação do estudante.	Carga horária de pessoas envolvidas com o planejamento da reunião e atas e lista de presença, impressos com recursos internos disponíveis na escola.

Quadro 4 – Cronograma para as reuniões do Módulo II

(conclusão)

O quê (What)	Por quê (Why)	Quem (Who)	Quando (When)	Onde (Where)	Como (How)	Quanto (How Much)
Análise dos resultados do 1º semestre letivo	Identificar os resultados dos alunos e analisar as possibilidades de práticas e estratégias para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem.	Gestão escolar, Supervisão pedagógica e professores	Julho	Auditório da Escola Estadual Delfim Moreira	Realizar um diagnóstico do desenvolvimento dos alunos no decorrer do primeiro semestre letivo, buscando compartilhar práticas exitosas entre os professores.	Carga horária de pessoas envolvidas com o planejamento da reunião e atas e lista de presença, impressos com recursos internos disponíveis na escola.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A supervisão escolar identificará algumas metodologias, tais como: aprendizagem baseada em problemas; aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, estudo de caso, seminários, aprendizagem colaborativa e em equipe, rodas de conversa, dramatização e interpretações musicais e oficinas. Os professores serão agrupados por área de conhecimento e, como atividade, deverão escolher um plano de curso de uma série específica. Um objeto de conhecimento será selecionado e uma metodologia será sorteada. O grupo deverá elaborar um plano de aula, atividade ou projeto que inclua a metodologia sorteada. Ao final da atividade, cada grupo apresentará os resultados de seu trabalho, compartilhando com todas as áreas, de modo que cada professor, conforme seu conteúdo, possa perceber como essa metodologia pode ser integrada em seu planejamento de aulas.

No mês de maio, o tema da reunião será o fortalecimento da participação familiar. A deliberação referente ao calendário escolar determina que a escola promova reuniões com pais e responsáveis a cada bimestre, nas quais serão apresentados os resultados acadêmicos dos alunos. Contudo, o objetivo é expandir e ampliar essa participação, para além da apresentação de resultados e das chamadas individuais, que ocorrem, especialmente, em situações de indisciplina ou baixo desempenho. Durante essas reuniões coletivas, os professores identificarão estratégias para fortalecer o vínculo entre a escola e as famílias. Ao final da atividade, tais estratégias serão compartilhadas com toda a equipe, e a gestão escolar deverá avaliar as possibilidades de implementação dessas ações, visando aproximar ainda mais as famílias da escola.

No mês de junho, será discutido o impacto da reprovação na vida social e escolar do aluno. Serão apresentados artigos científicos, vídeos e resultados de pesquisas que evidenciam como a reprovação pode exercer um efeito prejudicial sobre a vida do estudante, proporcionando um novo enfoque para essas questões. Será analisado como a escola pode intervir com o intuito de desenvolver habilidades que ainda não foram consolidadas, dentro do planejamento das aulas, buscando minimizar as dificuldades de aprendizagem e promovendo a aprovação do aluno.

No mês de julho, será realizada a análise dos resultados do primeiro semestre letivo, com o objetivo de identificar as possíveis lacunas de aprendizagem. Este processo envolverá uma troca de experiências e metodologias entre os docentes, contando também com a contribuição da supervisão, por meio da busca ativa, e a participação das famílias no acompanhamento do desenvolvimento escolar. Serão

sugeridas novas estratégias, projetos e atividades a serem implementados no segundo semestre.

Para o segundo semestre, poderão ser realizadas reuniões com novos temas relevantes, identificados ao longo do ano letivo, utilizando a mesma estrutura da reunião do Módulo II, que será conduzida mensalmente pela gestão escolar.

4.2 ACOMPANHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS

Um dos problemas identificados na pesquisa é que o Ensino Médio em Tempo Integral não atende plenamente aos estudantes que desejam trabalhar ou que têm interesse em realizar outros cursos. Considerando a diversidade socioeconômica dos alunos matriculados no EMTI, muitos necessitam contribuir para a renda familiar, enquanto outros buscam ingressar precocemente no mercado de trabalho por meio de atividades remuneradas, como, por exemplo, os programas de Jovem Aprendiz. Essa realidade tem resultado no remanejamento de estudantes para o turno noturno ou na transferência para outras instituições de ensino.

Retomando as análises de Silva e Hasenbalg (2002, *apud* Castro 2017), os autores demonstraram de que forma o capital econômico, o capital cultural da família e os arranjos familiares podem interferir no desempenho escolar. Quanto maior a disponibilidade de recursos financeiros, maior será a demanda por educação. Além disso, observa-se que os alunos que se encontram em condições menos favoráveis estão mais propensos à ausência e apresentam maior defasagem escolar. Diante dos dados levantados pela pesquisa, ficou evidente que a maior parte dos alunos que abandonam a escola o faz em função da necessidade de inserção no mercado de trabalho.

Tavares Júnior, Mont'Alvão e Neubert (2015) destacam que a reprovação, mais do que a evasão, configura-se como um dos principais desafios da educação brasileira. Fatores sociodemográficos, como gênero e etnia, impactam diretamente o processo de aprendizagem. Além disso, a distribuição das oportunidades educacionais é permeada por desigualdades em todo o território nacional, abrangendo tanto áreas urbanas quanto rurais.

Com o objetivo de identificar, de forma clara e objetiva, os fatores que levam os alunos a solicitarem transferências e, caso essas questões sejam de natureza interna à escola, propor estratégias para mitigá-las, disponibilizando na secretaria escolar um

formulário como o modelo apresentado no Apêndice E. Este documento deverá ser preenchido pelo próprio aluno, caso tenha 18 anos ou mais, ou por seu responsável legal no momento da solicitação da transferência (Quadro 5).

O preenchimento do formulário e a análise dos motivos que orientam os pedidos de transferência visa identificar as causas subjacentes e propor estratégias para a sua mitigação. O responsável pela secretaria escolar encaminhará o documento à vice-direção, que assumirá a responsabilidade de registrar as informações em uma planilha no drive da escola. Esta providência permitirá um acompanhamento sistemático e a análise mensal dos registros. A partir dessa análise, será possível identificar os principais fatores que levam os alunos a solicitarem a transferência. Caso estes fatores estejam relacionados a questões internas da escola, a gestão escolar deverá elaborar um plano de ação para solucionar os problemas identificados, envolvendo a equipe pedagógica, os docentes e as famílias, com o intuito de promover medidas eficazes que reforcem a permanência dos alunos e aprimorem a qualidade do ensino.

4.3 A FAMÍLIA NA ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS ESCOLARES

A participação ativa da família no processo educativo dos alunos é fundamental para o sucesso escolar e o desenvolvimento integral dos alunos. Retomando as considerações de Nogueira (2005), cada família possui uma forma singular de incentivar e valorizar os estudos, contribuindo assim para o sucesso escolar. Essa atuação e incentivo são cruciais para o sucesso escolar do estudante. As relações entre a família e a escola têm se modificado, tornando-se mais próximas; atualmente, o indivíduo é reconhecido como um sujeito de direitos, com suas individualidades e autonomia respeitadas. De acordo com Nogueira (2005), a escola desenvolve parcerias, projetos e atividades que envolvem as famílias, transcendendo as associações de pais e as reuniões com os professores. No presente momento, a relação individual entre pais e escola tende a ser mais interativa.

Quadro 5 – Transferências

O quê (What)	Por quê (Why)	Quem (Who)	Quando (When)	Onde (Where)	Como (How)	Quanto (How Much)
Formulário para acompanhamento das transferências	Compreender os motivos das transferências solicitadas e propor ações para minimizá-las.	Aluno maior de 18 anos ou o responsável legal	No momento da solicitação de transferência	Secretaria escolar	Preenchimento do Formulário de Solicitação de Transferência (Apêndice E)	Impressão do formulário a partir de recursos internos da escola
Encaminhamento da solicitação para a vice-direção	Garantir que a gestão tenha acesso às informações para análise	Responsável pelo atendimento na secretaria escolar	Após o recebimento da solicitação	Vice-direção da escola	Encaminhamento do formulário preenchido para a vice-direção da escola	Carga horária de trabalho do profissional que encaminha o documento à vice-direção.
Registro e monitoramento das transferências	Monitorar as justificativas das transferências escolares	Vice-direção	Diariamente	Drive da escola	Alimentação de planilha de Excel	Carga horária do profissional que alimenta a planilha no drive.
Acompanhamento dos registros e proposição de ações	Minimizar as solicitações de transferências	Gestão e supervisão	Mensalmente	Reuniões da equipe gestora e supervisão pedagógica	Revisão dos dados, identificação de ações para minimizar as transferências.	Carga horária dos profissionais que analisam os registros e organizam ações posteriores.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com o objetivo de promover uma colaboração eficaz entre a escola e os familiares, o Quadro 6 oferece uma abordagem estruturada para organizar ações que visem fortalecer o vínculo entre a família e a escola. As estratégias propostas buscam manter as famílias envolvidas de maneira contínua, seja por meio de reuniões ou eventos escolares, garantindo que todos os envolvidos compartilhem responsabilidades no processo educativo. Este alinhamento visa melhorar o desempenho dos alunos, aumentar o engajamento familiar e criar um ambiente escolar mais colaborativo e inclusivo. A ação tem como objetivo estreitar a relação entre família e escola, valorizando os processos educacionais, o desenvolvimento do estudante e integrando a família nas atividades da escola.

A participação da família na escola ainda é inferior às expectativas dos alunos, professores, supervisores e da gestão escolar. Com o propósito de ampliar esse envolvimento, serão organizados momentos que vão além das reuniões de entrega de resultados, nos quais a escola convidará as famílias a participar de eventos escolares, como a Feira de Ciências, a Mostra de Profissões e a Feira Literária. Durante essas ocasiões, cada aluno poderá trazer um familiar para conhecer a escola e participar das atividades programadas.

Os desafios envolvidos nesta ação remetem à necessidade de um maior engajamento dos educadores em atividades extraescolares ou em projetos a serem desenvolvidos tanto no ambiente escolar quanto fora dele. Tais iniciativas devem promover o aprimoramento das práticas pedagógicas e fomentar uma abordagem interdisciplinar, dinâmica e prática, mediante a inserção de novas metodologias. Além disso, observa-se que os alunos apresentam uma desvalorização do estudo em relação ao Ensino Médio, com um desconhecimento ou incompreensão do currículo do Ensino Médio em Tempo Integral, em especial no que tange aos Itinerários Formativos. A participação das famílias pode ser ampliada de maneira mais prazerosa, por meio de momentos que integrem aprendizado e lazer, como as feiras e projetos promovidos pela escola. Nesse sentido, essa ação visa minimizar os diversos problemas identificados na pesquisa, sendo passível de implementação pela gestão escolar, contribuindo para a aprovação e permanência dos alunos.

Quadro 6 – Família na escola (para além das reuniões bimestrais)

(continua)

O quê (What)	Por quê (Why)	Quem (Who)	Quando (When)	Onde (Where)	Como (How)	Quanto (How Much)
Organização do evento escolar ou reunião com os responsáveis.	Ampliar a participação da família na escola para promover melhores resultados e valorização do processo educacional.	Gestão, Supervisão, Professores.	Semana anterior ao evento.	Sala da supervisão pedagógica.	Levantamento dos assuntos abordados no evento ou reunião, metodologia que será utilizada, elaboração de slides e atas.	Carga horária de pessoas envolvidas com o planejamento da reunião e atas e lista de presença, impressos com recursos internos disponíveis na escola.
Convite à família a participar de eventos ou reuniões escolares	Melhorar a participação da família na escola no processo educacional do estudante	Supervisão Pedagógica	Uma semana antes do evento ou reunião	Salas de aula	Imprimir convite aos familiares ou responsáveis e entregar a cada aluno, reforçando a necessidade da presença da família.	Impressão do material

Quadro 6 – Família na escola (para além das reuniões bimestrais)

(conclusão)

O quê (What)	Por quê (Why)	Quem (Who)	Quando (When)	Onde (Where)	Como (How)	Quanto (How Much)
Realizar a reunião ou o evento escolar	Realizar o evento escolar ou a reunião com a participação de um membro da família ou um responsável, valorizando o processo educativo por parte do educando e da escola.	Gestão escolar, supervisão, professores, alunos e responsáveis	Durante o evento escolar	Local do evento (dentro das dependências da escola)	Apresentação de slides, apresentação oral e material dos alunos e professores.	Custos com os materiais do evento: impressão de listas de presença, materiais disponibilizados para os alunos, como folha, cartolina, isopor, entre outros disponibilizados com os recursos internos da escola.
Avaliação da ação	Identificar os pontos positivos da ação e os pontos de melhoria para as próximas atividades.	Supervisão Pedagógica	No final do evento	Dependências da escola	Disponibilizar papel e caneta para avaliação da ação por parte das famílias e estudante e uma caixa para inserção dos papeis preenchidos.	Impressão da avaliação e carga horária do profissional que analisará as avaliações.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar ações que a gestão escolar da Escola Estadual Delfim Moreira pode implementar para melhorar os índices de aprovação e permanência dos alunos no Ensino Médio. Por meio de análise documental, estudo do referencial bibliográfico e pesquisa de campo, este trabalho identificou os dados referentes ao Ensino Médio no Brasil, Em Minas Gerais e na EEDM, a percepção dos servidores e alunos a respeito da gestão escolar e de que forma o trabalho dos professores e a participação da família podem interferir na aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira.

A pesquisa respondeu à questão central proposta, possibilitando a delineação de estratégias para a gestão escolar que visem a fortalecer a aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio da referida instituição, valorizando a atuação dos professores e o envolvimento dos alunos e de suas famílias, uma vez que a escola é inserida em contexto social, familiar e cultural que abrange todos os que nela estudam e trabalham.

A principal dificuldade enfrentada para a realização da pesquisa de campo foi motivar os estudantes a responderem o questionário online. Foram convidados a participar os alunos com idade igual ou superior a 18 anos, matriculados nas turmas noturnas, matutinas e integrais do Ensino Médio. A definição dessa faixa etária foi deliberada para que os próprios alunos pudessem aceitar o termo de consentimento livre e esclarecido, participando da pesquisa, sem necessidade de autorização do responsável. O formulário foi elaborado de forma a ser acessível e viável de ser preenchido por meio de dispositivos móveis; no entanto, apenas 28 alunos participaram da pesquisa. Em relação às entrevistas, a pesquisadora aguardou a disponibilidade dos servidores, considerando que, ao final do ano letivo, período em que as entrevistas foram realizadas, diversas atividades acontecem na escola, como a busca ativa, avaliações finais, certificação e encerramento anual. Não obstante, todos os entrevistados se mostraram bastante receptivos às entrevistas e demonstraram disposição em responder às questões propostas.

Os resultados obtidos contribuem significativamente para a prática profissional do pesquisador, uma vez que evidenciam aspectos já percebidos em sua atuação anterior, reforçando a necessidade de rever algumas ações da gestão escolar.

Destaca-se a importância do fortalecimento do vínculo entre a família e a escola, a promoção de mais reuniões presenciais e a realização de momentos de aprendizado coletivo, os quais enriquecem a realidade profissional de todos os envolvidos e podem resultar em melhores resultados educacionais.

Os resultados da pesquisa indicaram para uma nova abordagem que sugere a continuidade dos estudos, com um enfoque no Ensino Fundamental, especificamente nos anos finais. Ademais, é imperativo expandir a escuta das percepções das famílias e dos demais profissionais, incluindo aqueles que atuam no Ensino Fundamental, a fim de identificar novas medidas que favoreçam a aprovação e a permanência deste grupo escolar. Considera-se que a aprendizagem é um processo cumulativo, no qual cada ano de escolarização desempenha um papel crucial para o futuro educacional e social do estudante.

Dessa forma, caso houvesse disponibilidade de mais tempo para a realização da pesquisa ou uma equipe maior, seria possível ampliar a investigação para incluir este grupo. Em relação à faixa etária dos alunos que responderam ao questionário online, a pesquisa poderia se beneficiar de uma análise mais aprofundada com os alunos do Ensino Médio, desde que obtida a autorização dos responsáveis para a participação dos menores de 18 anos.

As soluções apresentadas no Plano de Ação Educacional não devem ser consideradas definitivas; a partir delas, podem surgir outras iniciativas passíveis de implementação. Contudo, estas ações foram viáveis de serem realizadas na instituição, levando em consideração o perfil da gestão, dos profissionais envolvidos e dos alunos que compõem a Escola Estadual Delfim Moreira. Além disso, essas iniciativas poderão servir como sugestões para outras escolas, contribuindo para o fortalecimento da atuação da gestão escolar e sua relevância na promoção da aprovação e permanência dos alunos na escola.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M.; LUDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- ARELARO, L. R. G. Reforma do ensino médio: o que querem os golpistas. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 11-17, 2017. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.770>.
- ARROYO, M. G. **Currículo**: território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BASSI, C.; CODES, A.; ARAÚJO, H. E. **O que muda com a reforma do ensino médio** – conhecendo suas alterações, o debate e as lacunas. Brasília: IPEA/Diretoria de Estudos e Políticas Sociais/IPEA, 2017. (Nota técnica, 41). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8033/1/NT_O%20que%20muda_2017.pdf. Acesso em: 03 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 10 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 08 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base nacional comum curricular** – educação é a base: ensino médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaix_a_site_110518.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.
- BRASIL. **Anuário da educação básica**. Brasília: Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Saeb 2021**: indicador de nível socioeconômico do Saeb 2021. Brasília: INEP/MEC, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/Indicadores_de_nivel_Nota_tenica_2021.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.
- CAMPOS, L. M. F. **Administração pública estratégica**: planejamento, ferramentas e implantação. São Paulo: Contentus, 2020.

CASTRO, V. G. Sucesso escolar em contextos sociais desfavoráveis. In: NEUBERT, L. F.; TAVARES JÚNIOR, F. (Orgs.). **Desafios do sucesso educacional no Brasil**. Juiz de Fora: Olps Gráfica, 2017. p. 1-21.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 2, n. 4, p. 1-13, 2008. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17591>. Acesso em: 15 ago. 2023.

DOURADO, L. F. A reforma do estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001, p. 49-57.

ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA. **Projeto Político Pedagógico**. Juiz de Fora: EEDM, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.40, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre a cidade de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 06 jan. 2023.

KRAWCZYK, N.; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Mais verdades da “reforma”. **Retratos da escola**, v. 11, n. 20, p. 33-44, 2017. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.757>.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LUCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4.657/2021, de 12 de novembro de 2021**. Dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1 ano do Ensino Médio e às turmas do 1º e 2º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2022 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em: [https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.657%202021,%20DE%2010%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202021%20\(2\).pdf](https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.657%202021,%20DE%2010%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202021%20(2).pdf). Acesso em: 30 ago. 2023.

MINAS GERAIS. **Currículo referência de Minas Gerais 2023**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

NICOLELLA, A.; NÓBREGA, M. C.; FERNANDES, N. S.; SOARES, T. M. Uma análise do fracasso escolar no Ensino Médio público de Minas Gerais. In: SOARES, T. M.; BONAMINO, A. **Estudos sobre a educação brasileira**: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017. p. 15-32.

NOGUEIRA, M. A. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Análise Social**, v. 40, n. 176, p. 563-578, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41012165>. Acesso em: 27 jul. 2024.

NÓVOA, A. Formação de professores: uma terceira revolução? **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 67, p. 1-14, 2024. <https://doi.org/10.24840/esc.vi67.777>.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Psicologia, 2022. <https://doi.org/10.11606/9786587596334>.

QEDU. **Escola Estadual Delfim Moreira**: distorção idade-série. 2023. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31068586-ee-delfim-moreira/distorcao-idade-serie?ano=2023>. Acesso em: 14 set. 2024.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.769>.

TAVARES JÚNIOR, F. **Rendimento educacional no Brasil**. Juiz de Fora: Olps Gráfica, 2018. (Gestão e Avaliação da Educação Pública, 5). Disponível em: https://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2019/01/Livro-RENDIMENTO-EDUCACIONAL-NO-BRASIL_Miolo-Capa.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

TAVARES JÚNIOR, F.; MONT'ALVÃO, A.; NEUBERT, L. F. Rendimento escolar e seus determinantes sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 3, n. 6, p. 117-138, 2015. <https://doi.org/10.20336/rbs.123>.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para os gestores: direção e vice-direção

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa de campo para a obtenção de dados para a dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora/ Minas Gerais, desenvolvida por Isabela Dutra Laureano Fayer, supervisora pedagógica da Escola Estadual Delfim Moreira, de Juiz de Fora, Minas Gerais. A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a gestão escolar da EEDM pode contribuir para a aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio, evitando o abandono e evasão escolar, bem como as transferências. O pesquisador garante ao aluno e ao seu responsável que as informações serão usadas somente para este fim. **Autoriza a gravação do áudio?**

Cargo: _____

SOBRE SUA EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

1. Qual é a sua área de formação e experiência na educação?
2. Possui pós-graduação? Qual?
3. Há quanto tempo atua na SEEMG e na EEDM? Conte um pouco sobre sua trajetória até se tornar diretor ou vice-diretor.

ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS

4. A gestão escolar realiza o acompanhamento da frequência dos alunos? Se sim, como é realizado e quais medidas são adotadas quando há excesso de faltas?
5. A gestão escolar promove ações para identificar e oferecer suporte a alunos com risco de evasão? Você percebe que essas ações têm um impacto positivo?
6. Quais são os desafios enfrentados pela gestão com alunos que retornam às aulas após um longo período de ausência? São adotadas estratégias para a reintegração deste aluno?

7. A gestão incentiva os alunos a permanecerem na escola e alcançar a aprovação no ensino médio? Se sim, de que forma isso acontece? Quais ações são realizadas?

TRANSFERÊNCIAS

8. A gestão escolar consegue identificar os principais motivos que levam os alunos a solicitarem transferência? Saberá citar os principais motivos? Existe algum procedimento que a escola realize para tentar manter os alunos nessa escola?
9. A gestão escolar realiza alguma estratégia para alunos e famílias evitarem solicitar a transferência? O que acredita que poderia ser feito?

INFLUÊNCIA DO PROFESSOR, DA SUPERVISÃO ESCOLAR E DA GESTÃO NA PERMANÊNCIA E APROVAÇÃO DOS ALUNOS

10. Na sua visão, o trabalho conjunto entre o professor e a gestão escolar pode impactar na permanência e aprovação dos alunos? Essa colaboração acontece na escola? De que forma? Quais práticas conjuntas você considera mais eficazes?
11. O trabalho conjunto entre a supervisão escolar e a gestão escolar pode impactar na permanência e aprovação dos alunos? Essa colaboração acontece na escola? De que maneira? Quais práticas conjuntas você considera mais eficazes?

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E IMPACTOS NO DESEMPENHO DOS ALUNOS

12. Você percebe a participação da família na vida escolar dos alunos? Quais resultados observa no desempenho e permanência?
13. De que forma a escola pode promover uma maior participação familiar? Existem ações que poderiam ser mais efetivas?

IMPACTO DA NOVA ESTRUTURA DO ENSINO MÉDIO

14. Como você avalia o impacto do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral na aprovação, permanência e engajamento dos alunos?

15. Na sua experiência, o novo currículo e a carga horária atendem às necessidades dos alunos? O que você mudaria?

PERGUNTA FINAL

- 16) Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado nas perguntas anteriores?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para a supervisão pedagógica

Caro supervisor:

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa de campo para a obtenção de dados para a dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora/ Minas Gerais, desenvolvida por Isabela Dutra Laureano Fayer, supervisora pedagógica da Escola Estadual Delfim Moreira, de Juiz de Fora, Minas Gerais. A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a gestão escolar da EEDM pode contribuir para a aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio, evitando o abandono e evasão escolar, bem como as transferências. O pesquisador garante ao aluno e ao seu responsável que as informações serão usadas somente para este fim.

Turno de atuação: _____

SOBRE SUA EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- 1) Qual é a sua área de formação e experiência na educação?
- 2) Possui pós-graduação? Qual?
- 3) Há quanto tempo atua na SEEMG e na EEDM? Conte um pouco sobre a sua trajetória.

ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS

- 4) A supervisão pedagógica acompanha a frequência das aulas e apoia a gestão escolar na adoção de medidas para os casos de excesso de faltas? Como ocorre esse acompanhamento e quais ações são realizadas?
- 5) A gestão escolar promove ações para identificar e oferecer suporte a alunos com risco de evasão? De que forma? Você percebe que essas ações têm um impacto positivo?
- 6) Quais são os desafios enfrentados pela supervisão pedagógica com alunos que retornam às aulas após um longo período de ausência? São adotadas estratégias para a reintegração deste aluno?

- 7) A supervisão pedagógica realiza ações para incentivar o engajamento dos alunos e contribuir para sua permanência e aprovação?

TRANSFERÊNCIAS

- 8) A supervisão escolar consegue identificar os principais motivos que levam os alunos a solicitarem transferência? Saberia citar os principais motivos? Existe algum procedimento que a escola realize para tentar manter os alunos nessa escola?
- 9) A supervisão ou a gestão escolar realizam alguma estratégia para alunos e famílias evitarem solicitar a transferência? O que acredita que poderia ser feito?

INFLUÊNCIA DO PROFESSOR, DA SUPERVISÃO ESCOLAR E DA GESTÃO NA PERMANÊNCIA E APROVAÇÃO DOS ALUNOS

- 10) Na sua visão, o trabalho conjunto entre o professor e a supervisão escolar pode impactar na permanência e aprovação dos alunos? Essa colaboração acontece na escola? De que forma? Quais práticas conjuntas você considera mais eficazes?
- 11) O trabalho conjunto entre a supervisão escolar e a gestão escolar pode impactar na permanência e aprovação dos alunos? Essa colaboração acontece na escola? De que maneira? Quais práticas conjuntas você considera mais eficazes?

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E IMPACTOS NO DESEMPENHO DOS ALUNOS

- 12) Você percebe a participação da família na vida escolar dos alunos? Quais resultados observa no desempenho e permanência?
- 13) De que forma a escola pode promover uma maior participação familiar? Existem ações que poderiam ser mais efetivas?

IMPACTO DA NOVA ESTRUTURA DO ENSINO MÉDIO

- 14) Como você avalia o impacto do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral na aprovação, permanência e engajamento dos alunos?

- 15) Na sua experiência, o novo currículo e a carga horária atendem às necessidades dos alunos? O que você mudaria?

PERGUNTA FINAL

- 16) Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado nas perguntas anteriores?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista para os professores

Caro professor:

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa de campo para a obtenção de dados para a dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora/ Minas Gerais, desenvolvida por Isabela Dutra Laureano Fayer, supervisora pedagógica da Escola Estadual Delfim Moreira, de Juiz de Fora/ Minas Gerais. A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a gestão escolar da EEDM pode contribuir para a aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio, evitando o abandono e evasão escolar, bem como as transferências. O pesquisador garante ao aluno e ao seu responsável que as informações serão usadas somente para este fim.

SOBRE A SUA EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- 1) Qual a área de conhecimento em que atua?
- 2) Possui pós-graduação? Qual?
- 3) Há quanto tempo trabalha na SEEMG e na EEDM? Conte um pouco da sua trajetória profissional.

ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA DOS ALUNOS

- 4) Você realiza o acompanhamento da frequência dos alunos? De que maneira?
- 5) São adotadas estratégias quando há excesso de faltas? Existe um protocolo específico para você seguir nesses casos? Quais ações são realizadas?
- 6) Os professores, a supervisão ou a gestão escolar promovem ações para identificar e oferecer suporte a alunos com risco de evasão? Você percebe que essas ações têm um impacto positivo?
- 7) Quais desafios você identifica ao trabalhar com alunos que retornam às aulas após um longo período de ausência? Existem estratégias específicas que você utiliza para facilitar a reintegração desses alunos?

INFLUÊNCIA DO PROFESSOR, DA SUPERVISÃO ESCOLAR E DA GESTÃO NA PERMANÊNCIA E APROVAÇÃO DOS ALUNOS

- 8) Você utiliza alguma estratégia para manter seus alunos engajados e participativos nas suas aulas? Você acredita que essas estratégias impactam na permanência e aprovação dos alunos? Quais práticas você considera mais eficazes?
- 9) Na sua visão, o trabalho conjunto entre o professor e a supervisão escolar pode impactar na permanência e aprovação dos alunos? Essa colaboração acontece na escola? De que forma? Quais práticas conjuntas você considera mais eficazes?
- 10) O trabalho conjunto entre o professor e a gestão escolar pode impactar na permanência e aprovação dos alunos? Essa colaboração acontece na escola? De que maneira? Quais práticas conjuntas você considera mais eficazes?

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E IMPACTOS NO DESEMPENHO DOS ALUNOS

- 11) Você percebe a participação da família na vida escolar dos alunos? Quais resultados observa no desempenho e permanência?
- 12) De que forma a escola pode promover uma maior participação familiar? Existem ações que poderiam ser mais efetivas?

IMPACTO DA NOVA ESTRUTURA DO ENSINO MÉDIO

- 13) Como você avalia o impacto do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral na aprovação, permanência e engajamento dos alunos?
- 14) Na sua experiência, o novo currículo e a carga horária atendem às necessidades dos alunos? O que você mudaria?

PERGUNTA FINAL

- 15) Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado nas perguntas anteriores?

APÊNDICE D – Questionário para os estudantes

Caro aluno:

Este roteiro de entrevista faz parte da pesquisa de campo para a obtenção de dados para a dissertação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora/ Minas Gerais, desenvolvida por Isabela Dutra Laureano Fayer, supervisora pedagógica da Escola Estadual Delfim Moreira, de Juiz de Fora, Minas Gerais. A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a gestão escolar da EEDM pode contribuir para a aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio, evitando o abandono e evasão escolar, bem como as transferências. O pesquisador garante ao aluno e ao seu responsável que as informações serão usadas somente para este fim.

1. Declaro que possuo 18 anos ou mais e estou devidamente matriculado no Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira (Regular e Ensino Médio em Tempo Integral)

- ☐ Possuo 18 anos (ou mais) e estou devidamente matriculado(a) no Ensino Médio da EE Delfim Moreira.
- ☐ Não possuo 18 anos (ou mais) ou não estou devidamente matriculado(a) no Ensino Médio da EE Delfim Moreira.

2. Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **“Aprovação e permanência: desafios da gestão em uma escola estadual de Juiz de Fora”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a análise das taxas de aprovação, reprovação, evasão e transferências do Ensino Médio da Escola Estadual Delfim Moreira (EEDM), inclusive com a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral, no ano de 2023.

Nesta pesquisa pretendemos analisar e identificar estratégias que possam ser inovadoras pela gestão da EEDM para promover melhorias nas taxas de aprovação e permanência dos estudantes do Ensino Médio. Em paralelo, o estudo busca examinar de que maneira a formação e o trabalho dos professores, a participação das famílias e as ações da gestão escolar influenciam diretamente nos resultados educacionais, na redução das taxas de transferência e evasão e no aumento da aprovação e permanência dos alunos do Ensino Médio.

Caso você concorde em participar, vamos fazer a seguinte atividade com você: aplicação de questionário online, através da ferramenta Google Formulário. Esta pesquisa não contém riscos. A pesquisa pode contribuir para o entendimento e o desenvolvimento de práticas de gestão que impulsionem uma educação de qualidade, acessível e significativa, fomentando um ambiente escolar que valorize a continuidade e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se em destaque nesse questionário e a pesquisa terá continuidade somente com a sua concordância na opção abaixo. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, novembro de 2024.

Nome do Pesquisador Responsável: Isabela Dutra Laureano Fayer

Campus Universitário da UFJF

Faculdade/Departamento/Instituto: PPGP / Caed

CEP: 36036-900

Fone: (32)98806-4417

E-mail: isabeladutrafayer@outlook.com

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. **Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.br

3. Você declara que leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido? Marque sua opção.

- ☐ Concordo com o documento e vou participar da pesquisa.
- ☐ Não concordo com o documento.

4. Idade

- ☐ 18 anos
- ☐ 19 anos
- ☐ 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

5. Você está cursando qual série/ano em 2024?

- ☐ 1º ano EMTI
- ☐ 2º ano EMTI
- ☐ 3º ano Regular Manhã
- ☐ 1º ano Regular Noturno
- ☐ 2º ano Regular Noturno
- ☐ 3º ano Regular Noturno

6. Como você vai à escola?

- ☐ Meio de transporte próprio
- ☐ Meio de transporte coletivo
- ☐ A pé

7. Quanto tempo você leva para chegar à escola?

- ☐ Menos de 15 minutos
- ☐ 15 a 30 minutos
- ☐ 30 minutos a 1 hora
- ☐ Mais de 1 hora

8. Você já repetiu alguma série/ ano?

- ☐ Não (pular para a pergunta 10)
- ☐ Sim, 1 vez
- ☐ Sim, 2 vezes
- ☐ Sim, mais de 2 vezes

9. Já repeti algum ano de escolaridade. Quais séries você repetiu?

10. Você conhece alguém que interrompeu os estudos? Marcar apenas uma opção.

- ☐ Não conheço (pular para a pergunta 12)
- ☐ Conheço 1 a 3 pessoas
- ☐ Conheço 3 a 5 pessoas
- ☐ Conheço mais de 5 pessoas

11. Poderia identificar o principal motivo que levou essas pessoas a abandonarem os estudos? Marcar apenas uma opção.

- ☐ Precisava trabalhar
- ☐ Não tinha escola na localidade, vaga ou turno desejado
- ☐ Por gravidez
- ☐ Precisava realizar trabalho doméstico ou cuidar de pessoas
- ☐ Problemas de saúde
- ☐ Não tinha interesse em estudar
- ☐ Outros motivos

12. Você tem interesse em concluir o ensino médio? Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito interesse
- ☐ Tenho Interesse
- ☐ Não tenho certeza
- ☐ Pouco Interesse
- ☐ Não vou concluir

13. Quais são os seus objetivos futuros com relação aos estudos? Marcar apenas uma opção.

- ☐ Curso Superior
- ☐ Curso Técnico
- ☐ Trabalho
- ☐ Outro

14. Como você avalia a sua frequência à escola? Marcar apenas uma opção.

- ☐ Muito frequente (pular para a pergunta 16)
- ☐ Frequente (pular para a pergunta 16)
- ☐ Poucas faltas (pular para a pergunta 16)
- ☐ Muitas faltas
- ☐ Infrequente

15. Poderia identificar o principal motivo que prejudica a sua frequência à escola? Marcar apenas uma opção.

- ☐ Preciso trabalhar
- ☐ Não tinha escola na localidade, vaga ou turno desejado
- ☐ Por gravidez
- ☐ Preciso realizar trabalho doméstico ou cuidar de pessoas
- ☐ Problemas de saúde
- ☐ Não tenho interesse em estudar
- ☐ Outros motivos

16. Avaliando o Novo Ensino Médio e Ensino Médio em Tempo Integral

A – Considerando a implementação do Novo Ensino Médio e do Ensino Médio em Tempo Integral em Minas Gerais nos anos de 2022 e 2023, avalie as seguintes afirmações de acordo com sua experiência.

Currículo	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo ou discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não conheço o novo currículo do ensino médio
O novo currículo atende às minhas necessidades educacionais.						
O novo currículo melhorou a minha preparação para o futuro.						
A carga horária do Ensino Médio em Tempo Integral é adequada para a minha aprendizagem.						
Os novos conteúdos são relevantes para minha formação pessoal e profissional.						
O novo modelo de ensino médio contribui para a minha aprovação e permanência no ensino médio.						

B – Agora, você deverá analisar a contribuição do PROFESSOR, da FAMÍLIA e da GESTÃO ESCOLAR para a sua aprovação e sua permanência na escola. Assinale a alternativa que melhor descreve o **trabalho dos seus professores**, utilizando a escala (Sempre, Frequentemente, Às vezes, Raramente ou Nunca).

Professor	Sempre	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
O professor explica os conteúdos de forma clara, utilizando exemplos práticos e cotidianos para facilitar a compreensão dos conteúdos.					
O professor promove a participação dos alunos, incentivando a interação e o debate de forma dinâmica.					
Eu participo das atividades propostas pelos professores.					
As avaliações planejadas estão de acordo com o conteúdo ensinado.					
O professor contribui para aumentar sua motivação e interesse em permanecer na escola e ser aprovado no ano letivo.					

C – Assinale a alternativa que melhor descreve **a participação da sua família** nos processos educacionais, utilizando a escala (Sempre, Frequentemente, Às vezes, Raramente ou Nunca).

Participação da família	Sempre	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
Meus pais ou responsáveis participam de reuniões escolares e eventos escolares.					
A presença da minha família em eventos escolares (como reuniões, feiras, apresentações etc.) é importante.					
Meus pais ou responsáveis demonstram interesse sobre o meu desenvolvimento escolar.					
Eu converso com os meus familiares sobre as metas ou objetivos acadêmicos.					
A participação da minha família no meu desenvolvimento escolar contribui para que eu tenha interesse em concluir o ensino médio.					

D – Assinale a alternativa que melhor descreve o trabalho da **gestão escolar**, utilizando a escala (Sempre, Frequentemente, Às vezes, Raramente ou Nunca).

Gestão escolar	Sempre	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
A gestão escolar está presente e acessível no dia a dia da escola.					
Eu me sinto ouvido pela gestão escolar quando faço uma sugestão ou busco um aconselhamento.					
A gestão escolar promove um ambiente de respeito e inclusão, incentivando atividades culturais, esportivas e artísticas.					
A gestão escolar realiza ações que incentivam a minha permanência e conclusão do ensino médio.					
A escola se preocupa em dialogar com as famílias e incentivar a participação da comunidade na escola.					

17. O que você melhoraria na sua escola?

APÊNDICE E – Formulário de transferência

	ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA FORMULÁRIO DE TRANSFERÊNCIA
NOME DO ESTUDANTE: _____ TURMA: _____	
MARQUE O TURNO EM QUE O ESTUDANTE ESTÁ MATRICULADO: ☐ Ensino Médio Integral ☐ Ensino Médio Noturno ☐ Ensino Médio EJA ☐ Ensino Fundamental Manhã ☐ Ensino Fundamental Tarde ☐ Ensino Fundamental EJA	
MARQUE O PRINCIPAL MOTIVO DA SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA: ☐ Mudança de endereço residencial ☐ Mudança de local de trabalho do estudante ☐ Mudança de local de trabalho do responsável ☐ Ingresso em curso técnico, profissionalizante ou programa Jovem Aprendiz ☐ Dificuldade de transporte ou deslocamento até a escola ☐ Dificuldade de adaptação ao ambiente escolar ☐ Problemas de convivência (conflitos com colegas, professores ou equipe escolar) ☐ Reprovação ou dificuldades acadêmicas ☐ Influência da família ou amigos na decisão ☐ Outros motivos: _____	
Foi realizado atendimento da equipe gestora ou pedagógica para análise da transferência? ☐ Sim ☐ Não	
Data da solicitação: ____/____/____	
Responsável legal ou aluno maior de 18 anos: _____	
Parentesco com o aluno: ☐ Mãe ☐ Pai ☐ Avó/Avô ☐ Irmão/Irmã ☐ Tio/Tia ☐ Outro	
Responsável pelo atendimento na secretaria: _____	